



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Niely Natalino de Freitas Leyendecker

**Universidade do Ar: nas ondas do rádio se formam os professores  
secundaristas do Brasil (1941 – 1944)**

São Gonçalo

2019

Niely Natalino de Freitas Leyendekcer

**Universidade do Ar: nas ondas do rádio se formam os professores secundaristas do  
Brasil (1941 – 1944)**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Educação

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Sônia Camara de Oliveira Rangel

São Gonçalo

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

L683 Leyendekcer, Niely Natalino de Freitas.  
Universidade do Ar: nas ondas do rádio se formam os professores  
secundaristas do Brasil (1941 – 1944) / Niely Natalino de Freitas  
Leyendekcer. – 2019.  
162f.: il.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Sônia Camara de Oliveira Rangel.  
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado  
do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Professores – Formação – Teses. 2. Radiodifusão educativa – Teses. 3.  
Ensino à distância – Teses I. Rangel, Sônia Camara de Oliveira.  
II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de  
Professores. III. Título.

CRB/7 - 4994 CDU 371.3

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta  
dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Niely Natalino de Freitas Leyendecker

**Universidade do Ar: nas ondas do rádio se formam os professores secundaristas do  
Brasil (1941 – 1944)**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Educação

Aprovada em 26 de Julho de 2019.

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Sônia de Oliveira Camara Rangel  
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Patrícia Coelho da Costa  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Jorge Antonio Rangel  
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

São Gonçalo

2019

## DEDICATÓRIA

À minha avó, mulher guerreira, que sempre me fez acreditar que é possível fazer diferente!

A Pedro, minha inspiração a nunca desistir!

Ao meu companheiro de uma vida, Rodrigo Leyendecker

Aos meus pais, irmão e cunhada por estarem perto!

Dedico aos meus amigos, professores, companheiros do cotidiano!

Dedico à minha orientadora, Prof<sup>a</sup> Sônia Camara , sim, a ela que me fez acreditar em mim!

## AGRADECIMENTOS

Deus, essa expressão de amor que move a minha vida, do acordar ao deitar, para Ele sempre será tudo o que eu fizer!

Sou profundamente grata por ter tido uma mulher que me impulsionou até seu último dia de vida, minha avó Zelina, que torceu por mim e tive a graça de compartilhar com ela, a alegria da aprovação no mestrado.

Agradeço de coração aos meus pais, Neiva e Ismael, meu irmão e minha cunhada querida, Hugo e Marcela. O que seria de mim se não fossem vocês nos momentos mais difíceis que enfrentei ao longo desses dois anos? Obrigada por me apoiarem com palavras de conforto, incentivo e até mesmo entendendo minhas ausências. Não tenho palavras....

Minha tia Lina, essa conquista só foi possível porque tive a senhora comigo. Obrigada por todos os momentos de auxílio, de cuidados intensos, de partilha, de risos, mesmo quando meu desespero foi extremo.

Agradeço à minha família, que me viu ser a primeira a ingressar num curso superior e agora, me vê a primeira mestra e EM EDUCAÇÃO!!!

Não poderia deixar de agradecer à amiga e companheira de tantas jornadas, minha cunhada Dr<sup>a</sup> Cláudia Valéria Nobre Leyendecker. Se hoje sou educadora, a inspiração também foi nela, mas acima de tudo, obrigada por nunca deixar eu desacreditar que o mestrado seria possível.

Dizem que perdemos para ganhar, eu perdi algumas noites de sono e ganhei a experiência dessa família incrível chamada NIPHEI. Sou grata a cada um, Bruna, Jodar, Cinthya, Claudio, André, Adelly, Milena, Luciano, Alessandra, Rosa, Leonardo, Luiza, Victória, Marcela, Leny, pela parceria na pesquisa, a generosidade que poucas ou nenhuma vez eu encontrei na academia. Que Grupo! Que Grupo!! O Niphei me deu pessoas incríveis, as quais a minha vida tomou novo sentido ao poder contar com elas. O grupo “Caronetes”, Leonardo, Alessandra, Rosa e Milena, carinhosamente chamado por ser formado pelos colegas que gentilmente dividiu suas caronas comigo para juntos chegarmos à UERJ e muito mais que isso, chorarmos e sorrirmos juntos as agruras da vida. Essa dissertação teve grandes inspirações nesses momentos. Vocês são incríveis!!

A explicação do Niphei ser um lugar de muito aprendizado, pesquisa e solidariedade está na nossa orientadora, Dr<sup>a</sup> Prof. Sônia Camara. Obrigada, minha querida professora! É uma alegria imensa ter a experiência de ser orientada por vc. Ainda ouço ela dizer: “Nós

vamos conseguir!” A minha gratidão vai muito além de páginas escritas nessa dissertação. Ela vai para uma vida inteira.... Obrigada é muito pouco!!!

Gratidão por poder contar com o professor Fidel, meu primeiro professor universitário na FFP-UERJ. Ele sempre me incentivou e esteve disponível em minhas buscas sobre a Universidade do Ar.

Sou grata às professoras Mônica e Marilene por toda partilha nessa fase final da escrita. Obrigada por clarearem as discussões com suas colocações, elas foram essenciais!

Muita gratidão aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação Processos Formativos e Desigualdades Sociais, da nossa amada FFP-UERJ. Eles foram fundamentais para a construção teórica e metodológica dessa pesquisa, mas acima de tudo, me ajudaram a encarar com grandeza o retorno de uma licença médica que quase me afastou da pesquisa. Ao querido Marquinhos, que na secretaria foi um ajudador de meus momentos de dúvidas, sempre com o auxílio que precisei. Muito Obrigada!!!

À minha amiga-irmã, Thayana (Thay), por todo empenho em me ajudar com as questões mais complexas. A sua presença nessa caminhada torna meus dias mais leves. Obrigada pela partilha e pelo auxílio técnico nesse texto, que foi essencial. A todos os colegas professores, que estão ou já estiveram nas escolas comigo, dividindo as dores de fazer pesquisa estando em sala de aula.

Aos meus amigos de formação, da turma de Letras UERJ-FFP 2006/1, Gizele, Isabelle, Geovane, Annelise, Adriana, Patrícia, Verônica, Marcia, Patrícia, Thalyta e João (que foi sorrir aos anjos antes de nós). Somos um grupo forte e eu não teria chegado aqui, sem o apoio emocional, profissional e acadêmico de vocês. Obrigada de coração a todos vocês, “Os Letrados”.

A minha gratidão para aqueles que me completam, meu esposo Rodrigo, que nas horas de extrema correria, foi a paz que eu precisei, o apoio técnico, emocional, e com as xícaras de café divididas. Foram os momentos de apoio que precisei e você, melhor do que ninguém soube me dar. Meu filho, Pedro, que esteve ao lado do computador o tempo todo comigo. Como ele diz, o textão da mamãe finalmente vai ser apresentado. Sem vocês eu não suportaria e não teria chegado aqui.

Não poderia deixar de agradecer de forma especial ao professor Fidel e à professora Patrícia Coelho da Costa, por aceitarem gentilmente analisarem esse trabalho. Vocês são parte constitutiva dessa dissertação, muito antes de aceitarem fazer parte dessa banca. Obrigada por cada orientação, cada detalhe sugerido que iluminaram meu caminho e me deram novas perspectivas de análise.

Palavras me faltam, gratidão transborda-me.....



Nessa inevitável subordinação ao passado, nós nos emancipamos, ao menos no sentido de que, embora permanecendo condenados a conhecê-lo exclusivamente com base em seus rastros, conseguimos, todavia, saber bem mais a seu respeito do que ele resolvera nos dar a conhecer [...] Olhando bem, trata-se de uma grande revanche da inteligência sobre o mero dado concreto

*BLOCH apud GINZBURG, 2007, p.10*

## RESUMO

LEYENDECKER, Niely Natalino de Fretas. *Universidade do Ar: nas ondas do rádio se formam os professores secundaristas (1941 – 1944)*. 2019. 162f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2019.

Este trabalho tem o objetivo de analisar a Universidade do Ar, curso de formação pedagógica, destinado aos professores da educação secundária e transmitido pela Rádio Nacional (1941 – 1944). A partir da centralidade assumida pela educação no Estado Novo (1937 -1945), os micros contextos - que estruturaram a educação secundária e tornaram a Universidade do Ar essencial para o magistério secundário - são problematizados. Assim, em meio às correntes, liberal e católica, que disputavam a hegemonia do ensino no país, o projeto configurou-se como parte integrante da formação docente e do jovem estudante, aluno secundarista. Este estudo justifica-se pela necessidade de compreender a Universidade do AR e o seu pioneirismo na formação de professores na modalidade a distância. Para isso, analisamos a composição de seu corpo docente, suas tessituras sociais, com base nas redes de sociabilidades (Sirinelli, 2003). O recorte temporal compreende o período em que o programa foi desenvolvido no contexto educacional do Estado Novo. A análise metodológica da pesquisa pauta-se em Revel (1998 e 2010), que auxilia-nos a direcionar o olhar sobre o objeto. Buscamos ainda, analisar as apropriações e representações, com base em Chartier (1988), que os professores da Universidade do Ar fizeram do programa, tendo como base os inquéritos publicados no jornal A Noite, na semana de seu lançamento. A partir do olhar macro dos contextos histórico e político, ajustamos nossas lentes sobre a concepção de universidade que se buscou implementar no Brasil, na qual a Universidade do Ar veio como instrumento de formação, não só pedagógica, mas de costura entre o ensino secundário, formador das elites dirigentes, diante da concepção de ensino difundida pelo Estado Novo. As fontes contam com as cartas trocadas entre alunos e professores da Universidade do Ar, documentos da Rádio Nacional referentes ao programa, disponibilizados no acervo do Arquivo Nacional; além de matérias impressas dos jornais A Noite, Jornal do Brasil e Diário de Notícias, consultadas na Hemoreteca Digital da Biblioteca Nacional.

Palavras-chave: Educação a distância. Ensino radiofônico. Formação docente. Universidade do Ar

## ABSTRACT

LEYENDECKER, Niely Natalino de Fretas. *Radio waves university: in the waves of the radio the secondary teachers are formed (1941–1944)*. 2019, 162f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2019.

The present study is aimed at analyzing the Radio waves University, a course of pedagogic training, for teachers of secondary education and transmitted by National Radio (1941 - 1944). The study seeks to understand the program focused on teacher training for secondary education. Beginning From the centrality assumed by education in the Estado Novo (1937-1945), the micro contexts - which structured secondary education and made the Radio wave University essential for secondary teaching - are problematized. Thus, in the midst of the liberal and catholic currents that disputed the hegemony of education in the country, the project was a fully part of the teacher training and, consequently, had a strong influence on the formation of young students from secondary school. This study is justified by the need to understand the Radio wave University and its pioneering in the teacher's training in the distance education modality. In order to do so, we analyze the composition of its teaching staff, its social structures, based on sociability networks (Sirinelli, 2003). The temporal cut includes the period in which the program was developed in the educational context of the Estado Novo. The methodological analysis of the research is based on Revel (1998 and 2010), which helps us to look straight on the object. We also pursuit to analyze the appropriations and representations, based on Chartier (1988), that the professors of the Radio wave University made the program, based on the surveys published in the newspaper A Noite, the week of its launch. From the macro regard of the historical and political contexts, we adjusted our lenses on the conception of university that was sought to implement in Brazil, in which the Radio wave University came as an instrument of formation, not only pedagogical, but also sewing between secondary education, forming the ruling elites, in the face of the conception of education spread by the Estado Novo. The sources have the letters exchanged between students and professors of the Radio wave University, National Radio documents related to the program, available in the collection of the National Archives; in addition to this, printed materials from the newspapers A Noite, Jornal do Brasil and Diário de Notícias, consulted at the digital Hemoreteca from Biblioteca Nacional.

Keywords: Distance education. Radio teaching. Teacher training. Secondary Education

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Getúlio Vargas com o presidente do Paraguai em visita a Volta Redonda .....	41
Figura 2 –	Lançamento do Departamento de Imprensa e Propaganda .....	45
Tabela 1 -	Instituto Brasileiro Geografia e Estatística – 1939 – 1940 .....	57
Figura 3 –	Professores da Universidade do Ar reunidos .....	65
Figura 4 –	Folheto com o cronograma das aulas .....	71
Figura 5 –	Folheto de divulgação da Universidade do Ar .....	76
Figura 6 –	Lançamento da Universidade do Ar .....	79
Figura 7 –	Orientações sobre o projeto .....	80
Figura 8 –	Entrevista de Abgar Renaut .....	82
Figura 9 –	Entrevista com Lucia Magalhães .....	83
Figura 10 –	Entrevista com Gilberto de Andrade .....	85
Figura 11 –	Entrevista com Julio Barata.....	86
Figura 12 –	Entrevista com Petronio Motta .....	87
Figura 13 –	Gustavo Capanema na cerimônia de aprovação da lei que funda a Universidade do Distrito Federal .....	96
Figura 14 –	Decreto de transferência dos alunos da Universidade do Distrito Federal para a Universidade do Brasil .....	98
Figura 15 –	Homenagem a Alceu Amoroso Lima .....	99
Figura 16 –	Circular para os professores da Universidade do Ar .....	101
Figura 17 –	Carta de uma aluna a Jonathas Serrano .....	103
Figura 18 –	Publicação da 1ª Sessão da Comissão Nacional do Livro Didático .....	111
Figura 19 –	Artigo de Julio Barata ao jornal <i>A Batalha</i> .....	113

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Professores – Professores da Universidade do Ar por disciplina .....	63
Quadro 2 – Professores da Universidade do Ar – Institutos de origem .....	64
Quadro 3 – Relação de inscritos por disciplina – 1943 .....	65
Quadro 4 – Professores da Universidade do Ar integrantes da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) .....	108

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
1.	<b>O RÁDIO CHEGOU ENCURTANDO AS DISTÂNCIAS DO BRASIL</b>	32
1.1	<b>Do nascimento ao seu lugar no Estado Novo</b> .....	32
1.2	<b>O Rádio entre a repressão e o ensino do Serviço de Radiodifusão Educativo (SRE)</b> .....	40
1.2.1	<u>O Serviço de Radiodifusão Educativo: um departamento de Ensino pelo Rádio</u> .....	47
1.3	<b>A Rádio Nacional – Uma voz do governo na radiodifusão</b> .....	50
2.	<b>UNIVERSIDADE DO AR: A FORMAÇÃO DO PROFESSOR SECUNDARISTA TAMBÉM CHEGA PELO RÁDIO</b> .....	54
2.1	<b>O Ensino Secundário em foco nas Reformas Educacionais do Ministério da Educação e Saúde</b> .....	54
2.1.1	<u>A Formação docente para o ensino secundário, um novo caminho a partir das reformas Francisco Campos (1931) e Capanema (1942)</u> .....	59
2.2	<b>No ar: a Universidade que vai formar professores</b> .....	62
2.3	<b>Entre apropriações e representações, uma análise a partir do jornal <i>A Noite</i></b> .....	75
3	<b>NA COSTURA DAS TEIAS, A UNIVERSIDADE DO AR NA CONSOLIDAÇÃO DE UM PROJETO DE EDUCAÇÃO</b> .....	90
3.1	<b>A Universidade do Ar e os projetos educacionais em disputa</b> .....	90
3.1.1	<u>A Universidade do Distrito Federal (UDF) – um projeto de formação superior no Brasil</u> .....	92
3.1.2	<u>A Universidade do Brasil, a formação superior se estabelece</u> .....	94
3.1.3	<u>Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), a Formação sob um Único Pensamento</u> .....	99
3.2	<b>E na Tessitura da História, as Redes de Sociabilidades fortalecem as disputas pelo ensino superior</b> .....	104
3.3	<b>A Comissão Nacional do Livro Didático e a Universidade do Ar, espaços de construção do pensamento</b> .....	109

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	116
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	121
<b>APÊNDICE A</b> – Síntese das Matérias publicadas no Jornal A Noite, na semana de lançamento da Universidade do Ar .....	126
<b>APÊNDICE B</b> – Relação de alunos inscritos no ano letivo de 1943 na disciplina História do Brasil – Prof. Jonatas Serrano .....	127
<b>APÊNDICE C</b> – Universidade do Ar - História do Brasil – Prof. Jonathas Serrano Relação de alunos aprovados em 1943 .....	130
<b>APÊNDICE D</b> – Fontes .....	131
<b>APÊNDICE E</b> – Cartas trocadas .....	132
<b>ANEXO A</b> – Comunicado para ser fixado na sala de professores da Universidade do Ar .....	135
<b>ANEXO B</b> – Planejamento Mensal das aulas .....	136
<b>ANEXO C</b> – Comunicado para ser fixado na sala de professores da Universidade do Ar .....	137
<b>ANEXO D</b> – Universidade do Ar - História do Brasil – Prof. Jonathas Serrano Relação de alunos aprovados em 1943 .....	143
<b>ANEXO E</b> – Relatório da Reforma por Jonathas Serrano, S/d .....	144
<b>ANEXO F</b> – Carta de Lucia Magalhães e Gilberto de Andrade a Jonathas Serrano .....	146
<b>ANEXO G</b> – Matéria do jornal <i>A Noite</i> – Lançamento da Universidade do Ar (Inauguração da Universidade do Ar em homenagem de Getúlio Vargas) .....	147
<b>ANEXO H</b> – Matéria do Jornal A Noite - “Universidade do Ar, os fins do importante empreendimento cultural da Rádio Nacional” .....	148
<b>ANEXO I</b> – Matéria do Jornal A Noite, “Universidade do Ar, promissora em seus frutos e em suas realizações” .....	150
<b>ANEXO J</b> – Entrevista do Jornal <i>A Noite</i> a professora Lucia de Magalhães, idealizadora do projeto: “Universidade do Ar, notável empreendimento cultural da Rádio Nacional” .....	152
<b>ANEXO K</b> – Entrevista de Gilberto de Andrade ao jornal <i>A Noite</i> – Instalada solenemente a Universidade do Ar .....	154
<b>ANEXO L</b> – Universidade do Ar, Escola para Professores – Fala à Noite o	

professor Julio Barata, diretor da Divisão do Rádio do D.I.P .....	156
<b>ANEXO M</b> – Entrevista do professor Petronio Motta: “Universidade do Ar, o êxito extraordinário do empreendimento da Nacional .....	157
<b>ANEXO N</b> – Bons livros para a formação moral e cívica dos brasileiros O que foi a reunião da Comissão Nacional do Livro Didático .....	159
<b>ANEXO O</b> – A Luz do Regimen – Julio Barata .....	160
<b>ANEXO P</b> – Carta de Lucia Magalhães a Jonathas Serrano .....	162



## INTRODUÇÃO

O rádio é o jornal de quem não sabe ler; é o mestre de quem não pode ir à escola; é o divertimento gratuito do pobre; é o animador de novas esperanças; o consolador do enfermo; o guia dos sãos, desde que o realizem com o espírito altruísta e elevador.

*Edgar Roquette-Pinto*

As primeiras décadas do século XX determinaram de forma emblemática a história do Brasil. Não somente embates políticos contribuíram para a derrocada do monopólio oligárquico influenciando o cenário social do país, como também, intensas manifestações culturais com o objetivo de modernizar as artes pela afirmação nacional de uma cultura brasileira. A inauguração da Universidade do Rio de Janeiro, na década de 1920, favoreceu a consolidação da produção do pensamento intelectual. Em 1922, a Semana de Arte Moderna e a fundação do Partido Comunista, de acordo com Herschmann e Pereira (1994), representaram dois eventos importantes de oposição à política baseada na troca de interesses representados no eixo Minas Gerais e São Paulo, no revezamento da cadeira presidencial. Ainda nesse ano, a Sociedade de Ciências, fundada em 1916 no Rio de Janeiro, é renomeada como Academia Brasileira de Ciência, ligada ao Instituto Franco-Brasileiro de Alta Cultura. Em 1924, a Associação Brasileira de Educação é fundada como um espaço de pesquisa e discussão a respeito da Educação.

Como afirma Carvalho (2005), a Associação Brasileira de Educação (ABE) foi, nos anos 1920 e 1930, uma das principais instâncias de organização do chamado movimento de renovação educacional no Brasil. Dentro da ABE, duas frentes de pensamentos político-educacional convergiam para as discussões em direção da formação da “causa cívico-educacional”, esse foi o discurso dos educadores que, após a Revolução, em 1930, dividiram-se em lados opostos, ainda de acordo com Carvalho (2005, p. 88), “a conjuntura de crescimento estatal e de disputa por hegemonia política, a luta pelo controle do aparelho escolar tornou-se, para os referidos grupos, central”.

Essas divergências no interior da ABE emanavam de distintos posicionamentos entre dois grupos de educadores e intelectuais. De um lado, os “pioneiros” da Educação, grupo impulsionado pelos ideais do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, movimento de

renovação do ensino postulado por 26 intelectuais a partir da divulgação do documento em 1932, destinado ao povo e ao governo. De outro, os “católicos”, grupo constituído por intelectuais militantes, que se concentravam em associações católicas de ensino e, a partir de 1934, na Confederação Católica Brasileira de Educação.

A tendência renovadora do pensamento educacional ganhou força com as reformas da instrução pública ocorridas nos estados e que, em 1932, impulsionou a produção do Manifesto dos Pioneiros da Educação. Novas formas de conceber o ensino foram pensadas, mobilizadas pelas experiências empreendidas com base nas reformas regionais dos anos de 1920. As aspirações educacionais advindas dos ideais escolanovistas traziam uma atmosfera de conhecimento a ser experienciado, com sentido aplicável no cotidiano do aluno. O conhecimento deveria orbitar por uma contextualização prática das teorias. No bojo do que defendiam os pioneiros, a educação deveria ser ainda, uma prática ofertada a todos, e não somente àqueles que tinham acesso a uma educação elitista.

Segundo Vidal (1994, p.24), “[...] o conhecimento deixava de ser percebido como erudição para assumir o caráter de vivência”. O ensino, antes pautado no conteúdo e no professor, passou a ter o aluno como o centro do trabalho pedagógico. Um dos meios propiciadores dessas vivências foi o rádio, por sua abrangência, que lhe conferia um caráter democratizador do conhecimento. Assim, segundo a autora “A notícia difundida a distância pelo rádio, e a visibilidade de outras culturas, realizada pelo cinema, permitia ao homem adquirir uma nova percepção do real” (1994, p.25).

O advento da radiodifusão, neste contexto, foi um divisor de águas nas formas de aprender e ensinar no Brasil. Com a chegada do rádio e sua inserção no cotidiano das famílias brasileiras, foi possível aproximar os sujeitos pelas ondas radiofônicas, o que favoreceu o uso desse veículo com fins educativos. As experiências com programas culturais e educativos por ondas radiofônicas, favoreceram o início do ensino a distância. Deste modo, o elemento agregador de pessoas, tanto ouvintes, quanto os produtores de programação, a expansão da comunicação e a possibilidade da chegada do conhecimento em regiões distantes, fizeram do rádio um protagonista na Educação.

Com intuito de difundir o conhecimento e a cultura, projetos educacionais foram desenvolvidos através do rádio, em especial o da Universidade do Ar, programa transmitido pela Rádio Nacional (PR-8), entre os anos de 1941 a 1944. O objetivo da Universidade do Ar era o de possibilitar a formação pedagógica aos professores que atuavam na educação secundária em todo o país. A programação contava com aulas de metodologia para ensino das

seguintes disciplinas: Português, Francês, Inglês, Latim, História do Brasil, Geografia Geral, Ciências e História Natural.

A Universidade do Ar, criada em 1941, desenvolveu-se como um projeto do Ministério da Educação e Saúde para a formação pedagógica do professorado do ensino secundário, durante o Estado Novo (1937 - 1945), período que compreendeu uma das fases do governo do presidente Getúlio Vargas. Esse momento político constituiu-se, segundo Capelato (2012, p. 109), “em decorrência de uma política de massas que se foi definido no Brasil a partir da Revolução de 30, culminando com a chegada de Vargas ao poder e se acirrando com o período que se caracterizou como ditatorial”.

O modelo das políticas de massas encontrou sua origem no período entre guerras, em que a Europa e outras partes do mundo viviam, o que Capelato (2012) chamou de “crise de consciência generalizada”, levando a críticas à democracia. Nesse contexto, via-se a necessidade de um modelo político que inibisse as manifestações populares e que, ao mesmo tempo, representasse um Estado forte, com o controle social através de um líder que fosse a representação carismática de um protetor, que conduzisse e ordenasse as massas.

No Brasil, a configuração do modelo de estado que se difundiu na Europa constituiu-se em referência na organização do Estado autoritário e forte. A intenção era a de promover as mudanças necessárias para o “progresso dentro da ordem” (CAPELATO, 2012, p. 110). Até mesmo no que diz respeito à figura do líder, essa concepção política, trouxe uma “[...] nova forma de identidade nacional: a ‘identidade nacional coletiva’”, (CAPELATO, 2012, p. 112). Nesse sentido, a figura do governante era o parâmetro, o modelo de identidade e de nacionalismo colocado à população, através do rádio e da imprensa para ser seguido como exemplo.

Um marco do Estado Novo foi a censura imposta a qualquer tipo de manifestação contrária ao novo regime, com prisões, torturas e exílio para os opositores do governo. Nesse movimento, o novo regime preocupou-se em legitimar-se e para isso, duas estratégias foram necessárias, como afirma Capelato (2012), a propaganda e a repressão política. Os veículos de comunicação opositores do governo foram silenciados e os simpatizantes da nova política, tinham a missão de enaltecer os feitos do governo e promover a divulgação dos ideais do Estado Novo.

Diante desse cenário de repressão política, verifica-se uma forte expansão do ensino secundário provocado pelo desenvolvimento econômico, o que ocasionou o aumento do alunado, nesse nível de ensino. Experiência que não se repetiu com matrículas de crianças em

escolas primárias e até mesmo nas universidades. Em um estudo realizado por Abreu (1955), a respeito da educação secundária no Brasil, entre os anos de 1933 a 1955, observa-se que:

Analisando-se a expansão da escola secundária brasileira, verifica-se que o seu crescimento de matrículas no período de 1933 a 1953 andou em torno a 490%, crescimento ainda mais expressivo quando cotejado com o das escolas elementar e superior no mesmo período, que foi, respectivamente, de 90% e 80%, respectivamente (ABREU, 1955, p.46).

A formação de professores para lecionar no ensino secundário era uma necessidade latente do Ministério da Educação e Saúde Pública. O ministro Gustavo Capanema que assumiu o cargo em 1934, organizou a Universidade de Filosofia Ciências e Letras, em 1939. Esta passou a ter um papel essencial na formação dos professores que pretendiam dedicar-se ao ensino nos ginásios e colégios congêneres. No entanto, esses cursos não eram suficientes para formar o quantitativo de docentes necessário para atuar na educação secundária, uma vez que o número de estudantes de nível secundário em escolas mais afastadas era crescente e o alunado constituído por futuros professores, em sua grande parte, de regiões próximas à capital.

Ainda nessa direção, o estudo realizado pelo professor Jayme Abreu<sup>1</sup> para o Seminário Internacional de Educação Secundária, em Santiago no Chile, em 1955, diagnosticou que na década de 1940, já havia falta de formação pedagógica em nível superior, aos professores que atuavam nesse nível de ensino.

A exigência legal, regular, para a obtenção do registro é o título de licenciado nas Faculdades de Filosofia, que formam professores secundários. Como o número dos diplomados por essas faculdades ainda é insuficiente para atender às necessidades docentes, admite a lei, onde não haja professores licenciados disponíveis, concessões de registro a título precário, até a prestação de 'exames de suficiência' (ABREU, 1955, p. 60).

No mesmo estudo, Abreu (1955) afirmou que na década de 1940, o Brasil vivia, o que ele chamou de “Magistério de emergência”. Segundo o estudo, os professores que chegavam à docência do Ensino Secundário, vinham de outras áreas profissionais, já que os cursos de

---

<sup>1</sup> Jayme Abreu participou ativamente do projeto pedagógico renovador empreendido na gestão de Anísio Teixeira, frente à Secretaria de Educação e Saúde do Estado da Bahia, integrou a equipe de reformadores da educação nacional e, neste contexto, produziu estudos e diagnósticos acerca do Ensino Secundário nacional. Quando na posse de Anísio Teixeira como diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) em 1952, foi transferido para o Rio de Janeiro e passou a integrar equipe anisiana, onde consolidou sua participação no projeto educacional do Inep e mais especificamente do CBPE - Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, destacando-se especialmente nas pesquisas acerca do ensino secundário (CLARINO e DALLABRIDA, 2014, p. 1)

filosofia das Universidades, não davam conta da formação docente em todo o Brasil. Havia necessidade de aperfeiçoamento desses professores, uma vez que a formação de docentes em curso superior estava muito aquém da necessidade real das escolas secundaristas. Com grande número de alunos no ensino secundário e professores sem formação pedagógica, a aprendizagem tornava-se uma tarefa difícil e desgastante.

As aspirações por uma educação pautada na aprendizagem do aluno, primando pela formação docente, já integrava parte das reivindicações presentes no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, no qual seus idealizadores traziam os anseios de uma formação que propiciasse uma educação pública igualitária.

Ora, dessa elite deve fazer parte evidentemente o professorado de todos os graus, ao qual, escolhido como sendo um corpo de eleição, para uma função pública da mais alta importância, não se dá, nem nunca se deu no Brasil, a educação que uma elite pode e deve receber. A maior parte dele, entre nós, é recrutada em todas as carreiras, sem qualquer preparação profissional, como os professores do ensino secundário e os do ensino superior (engenharia, medicina, direito, etc.), entre os profissionais dessas carreiras, que receberam, uns e outros, do secundário a sua educação geral. O magistério primário, preparado em escolas especiais (escolas normais), de caráter mais propedêutico, e, as vezes misto, com seus cursos geral e de especialização profissional, não recebe, por via de regra, nesses estabelecimentos, de nível secundário, nem uma sólida preparação pedagógica, nem a educação geral em que ela deve basear-se. A preparação dos professores, como se vê, é tratada entre nós, de maneira diferente, quando não é inteiramente descuidada, como se a função educacional, de todas as funções públicas a mais importante, fosse a única para cujo exercício não houvesse necessidade de qualquer preparação profissional. Todos os professores, de todos os graus, cuja preparação geral se adquirirá nos estabelecimentos de ensino secundário, devem, no entanto, formar o seu espírito pedagógico, conjuntamente, nos cursos universitários, em faculdades ou escolas normais, elevadas ao nível superior e incorporadas às universidades [...] (Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, 1932, p. 58).

A formação de professores era, nesse contexto, uma questão que veio sendo colocada na ordem do dia. Na tentativa de atendimento a essa demanda, é implementado pelo Ministério da Educação e Saúde, durante a gestão de Gustavo Capanema (1934 – 1945), a Universidade do Ar. Esta foi concebida através das ondas da Rádio Nacional (PRE-8), sendo o primeiro programa de educação continuada não presencial para professores secundaristas no país, o que foi possível, pela presença do rádio no contexto educacional, como já vinha sendo praticado desde seu início.

A educação pelo rádio foi um tema a que tive contato ainda na graduação, quando realizei uma pesquisa na disciplina Cultura Brasileira, a qual me trouxe os programas voltados para a difusão cultural nas periferias. Com o olhar seduzido aos temas de discussões que envolviam a composição dos processos históricos da Educação, a abrangência dos programas

de ensino, os personagens, os acontecimentos históricos e os seus desdobramentos, o conhecimento teórico agregado à formação conduziu-me, paulatinamente, ao que se constitui, hoje, o objeto dessa pesquisa.

O caminho intensificou-se em minha atuação docente, que desde o início se deu tanto na educação presencial, na rede pública de ensino, como na educação a distância em cursos de graduação e pós-graduação nessa modalidade. Ao final da graduação, optei por realizar uma especialização em Planejamento, Gestão e Implementação de cursos a distância, cursada entre os anos de 2009 a 2010, na Universidade Federal Fluminense<sup>2</sup>. Essa nova experiência colocou-me ainda mais presente na historicidade dos processos de ensino, pois foi durante o curso que me senti novamente seduzida pela História da Educação a Distância no Brasil. Naquele momento, pesquisei de forma bastante ampla a respeito dos componentes dessa modalidade.

Algum tempo depois, durante uma pesquisa para o I Seminário de Tutoria do Centro de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro, CEDERJ, em 2013 - instituição na qual atuo como tutora a distância desde 2011 - tive o primeiro contato com o que se constituiu no objeto dessa pesquisa, a Universidade do Ar, programa radiofônico transmitido pela Rádio Nacional (PR-8) com o objetivo de levar formação pedagógica aos professores do ensino secundário de todo país. Nessa ocasião, um intenso trabalho de pesquisa sobre a Educação a Distância foi desenvolvido pela equipe de Fundamentos da Educação I, disciplina na qual atuo como bolsista e que compõe as disciplinas pedagógicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro no consórcio. As pesquisas se deram em caráter exploratório e voluntário, pois caberia ao nosso grupo de trabalho promover as discussões de história da formação de professores na modalidade a distância.

Na ocasião, atraiu-me as tensões no âmbito educacional no período do Estado Novo (1937-1945). Os projetos de governo para a unificação do país pelo viés nacionalista através da educação impuseram-se à sociedade, apoiados na imprensa e no já familiarizado rádio. Ao mesmo tempo, as investigações davam conta de que o governo ia compondo-se de intelectuais, como estratégia de colocar-se de forma ampla, nos domínios culturais. Busquei assim, estreitar o olhar sobre a Universidade do Ar<sup>3</sup>, sobre a relevância de um programa de rádio, de formação docente, em um contexto educacional como o Estado Novo.

---

<sup>2</sup> Monografia apresentada como conclusão do curso de Especialização: “O tutor e a construção do conhecimento através da interação em Educação a Distância”, sob orientação da professora Keite Mello.

<sup>3</sup> Naquela ocasião, mantive contato com um colega de graduação, Geovani Lever de Mendonça, que estava desenvolvendo sua pesquisa sobre Carlos Drummond de Andrade e sua atuação no Ministério da Educação sob orientação da professora Dr<sup>a</sup> Sônia Camara, no NIPHE. A Conversa foi muito promissora e vi ali, que os ganhos

Diante do desafio de contribuir com a história da Educação a partir da análise dos primeiros projetos de educação a distância no Brasil, a pesquisa realizada em 2013 direcionou-se aos programas educativos radiofônicos, que tinham como objetivo levar educação o mais distante possível dentro do território nacional, ainda na década de 1920 e 1930, como as palestras proferidas pela Radio Sociedade (PRA-2). Ao analisar algumas iniciativas do uso educativo do rádio deparei-me com os estudos de alguns intelectuais entusiastas da radiodifusão educativa. Um desses intelectuais foi o professor Jonathas Serrano<sup>4</sup> (1885 – 1944), professor de História, catedrático do Colégio Pedro II, escritor de livros didáticos, educador de vertente católica, através do qual tomei ciência do projeto Universidade do Ar, por sua grande contribuição na formação de professores de História dentro desse projeto.

Durante o período de composição do projeto de pesquisa para a seleção no mestrado, muitos foram os desafios para uma escrita que desse a dimensão do intento em relação ao possível objeto. Nas buscas de referencial teórico para o embasamento do projeto deparei-me com a produção de Rangel<sup>5</sup> (2010), na biblioteca da escola em que leciono. Esse contato foi com a coleção Educadores, do Ministério da Educação. A obra é um ensaio no qual o professor Jorge Antonio Rangel tece a biografia a respeito de Edgar Roquette-Pinto, sua atuação na educação e na promoção do rádio como um veículo democratizador do ensino. A partir desse olhar, pude dar corpo ao projeto de pesquisa.

Já como mestranda, em curso das disciplinas do programa, deu-se início aos estudos teóricos no campo. Sem contar com a experiência da iniciação científica, o caminho como pesquisadora iniciou-se, de fato, no curso de mestrado, através das discussões no grupo de pesquisa e nos estudos individuais, devidamente orientados e norteados com o auxílio da professora Sônia Camara. Ainda em fase inicial da produção da pesquisa, as discussões

---

já obtidos com as pesquisas, poderia, de fato, constituir-se em um objeto a ser investigado. MENDONÇA, Geovani Lever de. *Um gauche nos trópicos: a ação política de Carlos Drummond de Andrade no Ministério da Educação e Saúde Pública de 1934 a 1945*. Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ – Faculdade de Formação de Professores – FFP. NIPHEI - Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em História da Educação e Infância. 2014, sob orientação da profª Drª Sônia Camara.

<sup>4</sup> Professor de grande destaque no cenário educacional das primeiras décadas do século XX. Escritor de diversos livros didáticos, Serrano foi diretor do Círculo Católico da Mocidade, em 1901. Em 1908, fundou a União Católica Brasileira. Na década de 1930, participou da fundação da Confederação Católica Brasileira de Educação, da Associação dos jornalistas católicos e do Secretariado de Cinema e Rádio da Ação Católica Brasileira (Silva, 2105, p. 17)

<sup>5</sup> Em algumas conversas que trocamos a respeito da Universidade do Ar, o professor Fidel clareou o que para mim, ainda se mostrava como ponto obscuro em relação ao olhar que eu deveria ter sobre o programa, se ele seria, de fato, objeto, ou fonte de pesquisa. Esse esclarecimento foi definitivo para a elaboração do projeto e aprovação na seleção de ingresso ao curso de mestrado.

levantadas sempre apontaram a necessidade de um rigor nos processos metodológicos da mesma.

André (2001), alerta para a dificuldade em conciliar o papel de pesquisador e ator, sob o risco de o pesquisador deixar-se apaixonar e sua pesquisa sucumbir ao fascínio de sua ação, o que tornaria o rigor um elemento coadjuvante no desenvolvimento da pesquisa. Diante dessa orientação, observamos que a ação investigativa, por mais presente e próxima que seja do pesquisador, não poderá deixar em segundo plano o rigor, ou seja, os elementos constituintes de um texto acadêmico, com seus fios articuladores de questões que mobilizam a pesquisa e instituem resultados, não definitivos, mas que possibilitam novas perspectivas sobre um objeto.

O olhar investigativo de construção do estado da arte estabeleceu parâmetros a serem observados na constituição do objeto. Esse processo foi fundamental, no sentido de analisarmos os trabalhos já produzidos sobre a Universidade do Ar e em que medida, nosso olhar pode contribuir para a expansão do conhecimento sobre ela. Nesse sentido, cursar a disciplina Estudos Avançados em História da Educação I foi fundamental. Os instrumentos metodológicos trazidos durante o curso foram de grande auxílio para o entendimento de que não se faz um estudo partindo de um viés próprio somente, mas que é importante analisar as pesquisas realizadas, e assim, operar nos e com os desdobramentos dos estudos já constituídos.

Atentando para o que Costa (2002, p. 154) orienta, citando os doze passos para a pesquisa, a autora afirma que essa “é uma atividade que exige reflexão, rigor, método e ousadia”, desse modo, o rigor também mencionado por Bourdieu (1989) como norteador dos trabalhos científicos deve abranger a escolha do método e o caminho que o pesquisador irá optar para fazer a abordagem de sua pesquisa. Nesse sentido, a investigação sobre a produção acadêmica no campo se faz essencial para que o olhar sobre o objeto pesquisado levasse em conta diversas outras perspectivas que ajudaram na opção e seleção de modelos e caminhos para esse trabalho.

Iniciada a busca por estudos sobre a Universidade do Ar dentro do nosso campo de estudo, três revistas foram visitadas: *Revista Brasileira de História da Educação* (RBHE) – publicação oficial da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE); *Revista História da Educação* (RHE) - publicação do grupo Sul-Rio-Grandense de pesquisadores em História da Educação – ASPHE-RS; e *Cadernos de História da Educação* (CHE) - periódico da



Universidade Federal de Uberlândia (UFU), em Minas Gerais<sup>6</sup>. Além dos Periódicos citados, também foram realizadas buscas no banco de teses e dissertações da CAPES, na intenção de tecer uma análise de como estão os estudos a respeito do objeto da pesquisa em desenvolvimento.

Foram escolhidas três palavras-chave para dar início às buscas: “Universidade do Ar”, “Rádio Nacional” e “Educação a Distância”. A seleção dos vocábulos citados se deu com o objetivo de delimitar o quantitativo de trabalhos que traziam, mesmo que margeando, o nosso objeto de pesquisa. Especificamente, a escolha de utilizar como mecanismo de busca “Rádio Nacional” em periódicos do campo História da Educação, como as revistas aqui analisadas, foi uma estratégia para restringir, de forma bem incisiva, os resultados. No conjunto das três revistas localizamos seis artigos, sendo dois desses, dos mesmos autores de teses e dissertações disponíveis no banco da CAPES, são eles: *O ensino renovado de história pelo catedrático do Colégio de Pedro II*, Jonathas Serrano, de Costa - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO, 2015); e *A Inserção do Rádio Educativo na Modernidade Brasileira: A Universidade do Ar em questão*, de Romero – Universidade Federal de Uberlândia - (UFU, 2014), ambas relevantes ao desenvolvimento de nosso trabalho.

Já a pesquisa no banco da CAPES, contou com o resultado final de quatro obras, sendo elas, uma dissertação e três teses. Foram localizados trabalhos que mencionavam a Universidade do Ar, contextualizando a educação pelo rádio em recortes temporais que contemplam, em parte, a periodização desta pesquisa. Alguns dessas obras, como Santos (2016), *Eu cresço com o Minerva e o Brasil cresce também. O Projeto Minerva pela Radiobrás: a experiência em Sergipe (Brasil - 1970 / 1985)*; Silva (2015), *O batismo de clio: Catolicismo, ensino de história e novas mídias em Jonathas Serrano (1908 – 1944)*; Romero (2014), *Universidade do Ar: em foco a primeira iniciativa de formação de professores secundaristas via rádio no Estado Novo (1941 – 1944)*; Costa (2012), com a tese: *Educadores do Rádio: Concepção, realização e recepção de programas educacionais radiofônicos (1935-1950)*.

Esses trabalhos contribuem de forma mais direta para a nossa pesquisa, como no caso da tese *Educadores do Rádio: concepção, realização e recepção de programas educacionais radiofônicos (1935 – 1950)*, da professora Patrícia Coelho da Costa (2012). Nesse estudo,

---

<sup>6</sup> A escolha por essas publicações se deu como critério de avaliação da disciplina cursada no PROPED, por serem referências na área da História da Educação e contarem com estudos realizados por pesquisadores de referência, denotando assim, a relevância e permanência dessas publicações no campo.

podemos compreender como os projetos radiofônicos voltados para a educação, dentre eles a Universidade do Ar, traziam uma concepção de ensino baseado em lições e constituído de professores da elite do ensino da década de 1930 a 1950. O trabalho ainda nos trouxe a análise da trajetória desses educadores, como também, as concepções de ensino pelo rádio que moviam os professores e suas posições marcadas nos espaços das programações radiofônicas.

Já a tese, *O Batismo do Clio: Catolicismo, Ensino de História e Novas Mídias em Jonathas Serrano (1908 – 1944)*, Geovane José da Silva (2015) traz Gilberto de Andrade (Presidente da Rádio Nacional), Lucia de Magalhães (Diretora da Divisão de Ensino Secundário do Ministério da Educação e Saúde Pública) e Abgar Renaut (Diretor da Divisão de Ensino do Ministério da Educação e Saúde Pública), nas palavras de Jonathas Serrano, como a “Trindade Patriótica”. A Universidade do AR, segundo Serrano, seria a Terceira ação gerada por Lucia de Magalhães e Gilberto de Andrade em uma tríade nacionalizadora pela Educação, seguindo *A Hora da Juventude* e *a Hora da Família*.

Do ponto de vista da historiografia, essa tese nos traz uma hipótese bastante elucidativa a respeito da relevância das redes de sociabilidades identificadas entre os intelectuais atuantes no Ministério da Educação e no rádio. Para o autor, a composição da “trindade patriótica”, é de grande relevância para o nosso olhar sobre o objeto, pois a partir dessa tríade de educadores, que compunham também a Universidade do Ar, observamos os projetos do Ministério da educação para um ensino que se fez unificador do país através do rádio.

Analisando a dissertação, *Universidade do Ar: em foco a primeira iniciativa de formação de professores secundaristas via rádio no Estado Novo (1941 – 1944)*, de Maria Helena Cicci Romero (2014), a autora traz a Universidade do Ar, como o primeiro indício de formação para professores pela modalidade a distância, nos é de grande relevância, uma vez que o trabalho, assim como o nosso, historiciza o programa, no entanto, nossa discussão avança em relação à análise de concepção e desenvolvimento do projeto, como uma das ações do Ministério da Educação e Saúde Pública, no sentido de consolidação de um projeto de educação no Estado Novo.

Nesse sentido, caminhamos para a análise das apropriações e representações do programa pelos professores do rádio, através dos inquéritos publicados no jornal *A Noite*. Buscamos elucidar as concepções de ensino superior - em um momento em que se discutia a própria instituição universitária no Brasil - e de formação para o magistério do ensino secundário, segmento de grande investimento no governo Vargas. Seguimos ainda, para além

da análise realizada por Romero (2014), no sentido de elucidarmos as redes de sociabilidade dos professores atuantes na Universidade do Ar, na intenção de analisarmos a escolha dos educadores que desenvolveram o projeto e suas relações com os projetos desenvolvidos pelo Ministério da Educação.

De acordo com o trabalho de Romero (2014), nos aproximamos da análise em relação ao objeto de pesquisa sob o ponto de vista da História Cultural. Já no que diz respeito às redes estabelecidas entre os integrantes do projeto, Romero (2014), menciona as redes de relações profissionais dos professores da Universidade do Ar, mas não aprofunda a discussão sobre as apropriações e representações estabelecidas pelo projeto. Além disso, não identificamos na dissertação analisada, a discussão sobre a Universidade do Ar como parte integrante dos projetos do governo Vargas, seus objetivos e suas implicações.

Alguns dos trabalhos consultados nos serviram de referência para uma análise metodológica sobre as fontes, como no caso do artigo *Ouvindo o Brasil: o ensino de História pelo Rádio - décadas de 1930/40*, de Newton Dângelo (1998), o qual nos traz uma análise dos projetos, relatórios e publicações da radiodifusão educativa no Brasil, entre as décadas de 1930/40. O autor discute particularmente imagens e símbolos da História do Brasil a serem difundidos pelas ondas do rádio. Dângelo contribui através desse artigo, com uma metodologia de análise minuciosa das legislações, relatórios e projetos da radiodifusão educativa.

Diante dos resultados obtidos em cada repositório, chegamos aos trabalhos que não só nos fornecem saberes sobre o campo, do ponto de vista teórico e metodológico, como também na forma de operar na análise das fontes. Esse movimento, de observação sobre como os trabalhos foram constituídos se faz essencial ao pesquisador, uma vez que sua observação sobre o objeto não é única, mas insere-se no campo, de modo a contribuir com as demais pesquisas já realizadas. Nesse sentido,

Para ser legítima para historiadores, uma questão deve inserir-se em uma rede de outras questões, paralelas ou complementares, acompanhadas por respostas possíveis, cuja escolha dependerá do trabalho efetuado sobre os documentos (Prost, 2012, p. 80).

A ação de construção do estado da arte sobre o objeto de pesquisa pretendido é essencial para sabermos em que pontos de análise desse objeto há possíveis apagamentos, ou possíveis lacunas. Prost (2012), alerta a respeito dos silenciamentos, afirmando que são eles a parte mais apaixonante do trabalho do historiador, na qual seu movimento consiste em levar

as coisas silenciosas a se tornarem expressivas. Diante disso, é possível encontrar alguns caminhos para uma pesquisa que possa contribuir para o campo, de modo a auxiliar os avanços em conhecimento sobre o objeto. Nesse sentido, Prost (2012, p. 80), afirma que, “a verdadeira lacuna é constituída pelas questões ainda sem resposta para os historiadores.”

Assim, lacunas foram identificadas durante a construção do estado da Arte e algumas questões foram sendo vislumbradas sobre nosso objeto enquanto projeto nacionalizador. Na análise sobre esses trabalhos, não nos foi possível observar a Universidade do Ar como um dos projetos de ensino pelo rádio, como parte integrante de iniciativas políticas de formação do professor secundarista, como agente de consolidação dos ideais do Estado Novo. Com exceção de Romero (2014), os demais trabalhos fazem menção à Universidade do Ar apenas como um dentre vários projetos de educação pelo rádio, não tomando como objeto de pesquisa.

Assim, a pesquisa aqui desenvolvida, baseou-se nos estudos já instituídos no campo, tomando como ponto de partida os diferentes olhares sobre o objeto que elegemos. Nossas lentes focam uma “rede de questões”, como define Prost e vai além da observação da produção bibliográfica sobre a Universidade do Ar, impulsionadas pelas lacunas identificadas, as questões ainda não respondidas. Nossas inquirições apontam para a escolha dos professores atuantes na Universidade do Ar; em que medida um programa raidofônico compôs um projeto de formação docente do Ministério da Educação no Estado Novo e a concepção de ensino superior que regia as discussões a respeito da instituição universitária em meio à política educacional do Estado Novo.

Na busca de elucidar novos caminhos diante do objeto proposto, tendo como ponto de partida as lacunas identificadas nos estudos produzidos no campo, este trabalho justifica-se pela necessidade de empreender um estudo sobre a Universidade do Ar e o seu pioneirismo na formação de professores na modalidade a distância, compreendendo a composição de seu corpo docente, suas tessituras sociais, e a construção da apropriação de um projeto coletivo dentro do Ministério da Educação durante o período de 1941 a 1944<sup>7</sup>, pois segundo é possível identificarmos nas fontes analisadas, essa foi a duração do programa no ar. O recorte temporal (1941 – 1944) justifica-se tendo em vista o período de criação e difusão do programa Universidade do Ar na formação de professores.

---

<sup>7</sup> Há certa imprecisão a respeito dos finais de transmissão do programa. Silva (2018), por exemplos, em seu artigo *Universidade do Ar: Jonathas Serrano e a formação dos professores de história pátria pelas ondas do rádio*, afirma que a transmissão se deu entre 1941 e 1945. Porém, como não encontramos registros documentais referentes ao ano de 1945, delimitamos o último documento a que tivemos acesso, datado de 1944.

O marco inicial da Universidade do Ar é o ano anterior à Reforma Capenama (1942), conjunto de leis que corrobora com a legislação educacional de 1931, a qual definiu a formação de professores para atuação no ensino secundário. Segundo a reforma Francisco Campos (1931), o docente desse segmento deveria estar devidamente incluído no Registro Nacional dos Professores, no entanto, para isso, era preciso o certificado do ensino superior. Sendo assim, o recorte proposto busca delimitar o início da Universidade do Ar como um projeto do Ministério da Educação para atender à legislação em vigor, uma vez que o próprio ministro Gustavo Capanema (1934 – 1945), editaria nova legislação em 1942, reafirmando a necessidade do ensino superior para atuação na educação secundária. O marco final de nosso recorte estabelece os últimos registros a que tivemos acesso a respeito das transmissões do programa. A data sinaliza a fase final da gestão de Capanema no Ministério da Educação e Saúde e do Estado Novo, que chegou ao fim em 1945.

Ainda sobre o recorte temporal, também assinala Prost (2012, p. 107), que, “é necessário encontrar aqueles que têm um sentido e servem para identificar conjuntos relativamente coerentes.” Desse modo, a coerência desse recorte coloca-se para nós, a partir dos indícios que temos, trazidos pelas fontes a respeito da permanência do programa na Rádio Nacional. Como ponto de partida seguimos do início das transmissões e a matéria do jornal *A Noite* de 12 de abril de 1941, que traz o lançamento do projeto. Como último vestígio da difusão da Universidade do Ar, temos o comunicado datado de 1944<sup>8</sup>, “*Para ser afixado na sala dos Professores – Rádio Nacional, Universidade do Ar*”<sup>9</sup>. O documento traz as informações sobre o trabalho final para aquisição do certificado do curso de Biologia do professor Cândido Melo Leitão. Esse comunicado foi o último documento a que tivemos acesso de data mais recente do programa, não se tendo notícias se após ele, por quanto tempo o projeto ainda teve continuidade.

Nesse sentido, essa pesquisa tem o objetivo de compreender o programa Universidade do Ar, na programação da Rádio Nacional, no período de 1941 a 1944, dentro dos micros contextos em que se dava sua realização. Assim, analisando as redes que o compunham, poderemos problematizar os diferentes projetos do Ministério da Educação para a composição de um projeto maior, pretendido pelo governo, através dos setores que estabeleciam relações entre ele e a formação secundária. Levantamos como hipótese de investigação a instituição da Universidade do ar como um canal para o alinhamento do professorado brasileiro aos ideais de educação vivenciados no Estado Novo. Um ensino de bases conservadoras, pautado no

---

<sup>8</sup> Anexo A

<sup>9</sup> Fonte: Universidade do Ar. Fjs, AN, cx. 180

nacionalismo. Enredando assim, apropriações peculiares entre os sujeitos que nele atuavam e representações constituídas a partir delas.

No sentido de elucidarmos o objetivo desse trabalho, buscamos estreitar nossa análise, a fim de historicizarmos o rádio e uso desse veículo de comunicação na difusão de um discurso nacionalizador; Investigarmos o processo de organização da educação secundária no país, nas décadas de 1930 e 1940, de modo a compreendermos as razões da realização de uma programação voltado para seu professorado; Identificamos as apropriações e representações possíveis de um programa feito por professores para professores; por fim, traçamos as redes de sociabilidades, que compunham as relações dos professores do programa, que tornaram possível um projeto voltado para os docentes do ensino secundário.

A partir dos objetivos elencados apontamos algumas questões que nortearão a análise, tais como: o que representou o Projeto Universidade do Ar no contexto do Estado Novo de (1941 a 1944)? Que ações do governo objetivaram alcançar a Educação Secundária através do rádio na década de 1940 e são possíveis para nós, através da análise de micros contextos, elucidarmos? Que redes de sociabilidades estabeleceram os professores atuantes no projeto? Que setores foram essenciais para a tessitura entre governo e sociedade através da educação secundária? Quais apropriações feitas pelos professores atuantes na Universidade do Ar são possíveis depreendermos a partir dos inquéritos publicados no jornal *A Noite*?

Os questionamentos que movem o posicionamento do foco sobre o objeto têm como aspiração, alcançar o cerne da questão que mobiliza esta pesquisa: compreender a Universidade do Ar na tessitura estabelecida através dos projetos do governo, dentro do recorte temporal dessa pesquisa (1941 – 1944), no qual o fio condutor foi a educação. Para a análise desse intento, Sirinelli (2003), afirma que “[...] a palavra sociabilidade reveste-se, portanto, de uma dupla acepção, ao mesmo tempo “redes” que estruturam e “microclima” que caracteriza um microcosmo intelectual particular” (Sirinelli, 2003, p. 252-253). Sendo assim, a análise das redes que compõem essas relações nos são fundamentais para a compreensão dos caminhos, que entrelaçam as instituições, os sujeitos e os projetos, dos quais, a Universidade do Ar é uma parte constitutiva.

Promovemos ainda, a análise sobre como se reproduziram as representações a partir das apropriações da Universidade do Ar enquanto um projeto coletivo. Para aprofundarmos nosso olhar a partir das interpretações do projeto tecido pelos sujeitos constituintes do programa pautaremos a discussão na História Cultura promovida por Chartier (1988), na qual o autor analisa e redimensiona os processos de compreensão sobre como se dá a construção de

sentido do que é dado a ler, quais as apropriações e representações são estabelecidas individual e coletivamente pelos receptores. Auxilia-nos ainda a compreensão sobre como a recepção de determinado projeto é possível pelos sujeitos, as apropriações que realizam e as representações estabelecidas.

As fontes de pesquisa encontram-se disponíveis nos arquivos digitais no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), como imagens, cartas, documentos oficiais, entre outros; na Hemeroteca Digital, as matérias e registros da imprensa, em especial no jornal *A Noite*<sup>10</sup>; no acervo digital do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em História da Educação (NIPHEI/UERJ), como cartas e registros de pesquisas já realizadas sobre o rádio educativo; no acervo do Arquivo Nacional (AN), com as cartas trocadas pelos alunos com o professor Jonathas Serrano durante o programa, trabalhos de conclusão dos alunos, documentos da Rádio Nacional referentes à Universidade do Ar, como a relação de professores atuantes no programa para o ano de 1943, bem como panfletos de divulgação do projeto; nos arquivos em áudio disponibilizados pelo Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro (MIS), que contam com as palestras do programa de inauguração do projeto. Temos assim, a possibilidade de analisarmos as redes tecidas através da atuação do intelectual como ativador de ações educativas através do rádio e as influências no trabalho docente dos professores secundaristas.

A escolha pelo jornal *A Noite* como fonte de pesquisa se deu pelo fato de ser um veículo de imprensa do mesmo grupo de comunicação da Rádio Nacional. Ambos, Rádio Nacional e jornal *A Noite*, eram veículos de informação nos quais o governo fazia-se presente próximo ao povo. O número total de matérias localizadas no jornal é de 15 recorrências de publicações sobre a Universidade do Ar, data de 12 de abril de 1941 à 15 de outubro de 1944<sup>11</sup>. Já o material coletado no Arquivo Nacional consta de documentos da Rádio Nacional, com a programação, cartas trocadas entre a direção e professores da Universidade do Ar, cartas trocadas entre Jonathas Serrano e seus alunos, trabalhos de alunos, scripts das aulas de História e propostas de trabalhos para os alunos.

No Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, (CPDOC), localizamos um material bastante vasto sobre a atuação do professor Jonathas Serrano na educação. No entanto, nos documentos que lá se encontram não foram a Universidade do Ar. Todavia, a consulta virtual ao banco de dados da instituição, nos levou a

---

<sup>10</sup> O Jornal *A Noite* foi o divulgador da Universidade do Ar na imprensa. Inclusive era em suas edições que os professores secundários tinham acesso às fichas de inscrição na Universidade do Ar.

<sup>11</sup> Apêndice A – Síntese de Matérias publicadas o Jornal *A Noite*, na semana de lançamento da Universidade do Ar

uma fotografia, parte do acervo do fundo pessoal de Gustavo Capanema, dos professores reunidos na noite de inauguração do programa, nos estúdios da Rádio Nacional.

Na análise dessas fontes, o paradigma indiciário de Ginzburg (1989) reforça e baseia a perspectiva sobre a importância das pistas encontradas nos materiais pesquisados, sendo essencial a esta pesquisa como metodologia de análise das fontes. Segundo Ginzburg (1989, p.177), “Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que nos permitem decifrá-la”. Desse modo, é possível a identificação dos vestígios que nos conduzam na tessitura de uma história analisada através de elementos peculiares, pistas deixadas pelos atores – professores e alunos - que tornaram a Universidade do Ar uma realidade. Na concepção de Costa (2002, p. 151), “pistas, intuições, suspeitas, dúvidas merecem ser objeto de atenção, e não deveriam ser descartadas sem antes perscrutarem-se cuidadosamente várias possibilidades de conectá-las com aquilo que se deseja investigar”.

A micro-análise mostra-se como essencial, pois através dela é possível observarmos as particularidades de um dado momento, que no olhar amplo, sobre o todo poderia ser imperceptível. Revel (1998) nos auxilia com a perspectiva das lentes, as quais podem, gradativamente ser ajustadas para a direção das lacunas encontradas nos estudos analisados identificados. Deste modo, afirma que:

A abordagem micro-histórica é profundamente diferente em suas intenções, assim como em seus procedimentos. Ela afirma em princípio que a escolha de uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento e pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimentos. Variar a objetiva não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e sua trama (REVEL, 1998, p. 20).

Esse jogo de lentes possibilita-nos empreender a interpretação de fatos sob diferentes pontos de vista. A lente, ora afasta-nos da história mais ampla, ora aproxima-nos permitindo conhecer diferentes constituições das comumente observadas em um aspecto macro. Ao analisarmos a apropriação que os sujeitos fizeram do projeto, professores, alunos e idealizadores, será possível perceber como intelectuais de um mesmo momento histórico, presentes nos mesmos contextos históricos e educacionais, puderam estabelecer representações variadas de um mesmo projeto. Assim, a análise desse objeto em questão poderá nos permitir concebê-lo constituído no Estado Novo, caracterizado pelo governo autoritário, construindo apropriações e representações individuais e coletivas.

O trabalho aqui desenvolvido, estrutura-se em três capítulos. No primeiro capítulo trazemos a radiodifusão na construção de um projeto de nacionalização do Brasil na década



de 1940. Com esse primeiro movimento, objetivamos compreender a consolidação do rádio no Brasil, os serviços que serviram de base para a que o rádio fosse um veículo de comunicação e sua aceitação na sociedade, criando proximidades entre o ouvinte e o que era transmitido. Buscamos ainda analisar o lugar do rádio na legitimação do Estado Novo, através da Rádio Nacional e do Departamento de Imprensa e Propaganda e da atuação dos intelectuais nesse período, estendendo o olhar o até a implantação do Serviço de Radiodifusão Educativa, em 1936.

No segundo capítulo, ajustamos nossas lentes para um contexto macro da educação secundária nas décadas de 1930 e 1940, em que as reformas Francisco Campos (1931) e Capanema (1942) lançaram uma estrutura de organicidade para o ensino secundário. Em seguida, buscamos analisar as reformas educacionais ocorridas em 1932, com o decreto nº. 21.241/32, conhecida também como Reforma Francisco Campos e o decreto nº. 4.244/42, também conhecida como Lei Orgânica do Ensino Secundário, no sentido de elucidarmos como se formava o professor para o ensino secundário, buscando observar de que modo um projeto como a Universidade do Ar se tornou uma estratégia para o auxílio nessa formação. Analisamos ainda, a apropriação e representação do programa, feitas pelos professores da Universidade do Ar, com base nos inquéritos publicados no Jornal *A Noite*.

No terceiro capítulo, voltamo-nos à compreensão do projeto de ensino superior discutido no país, no contexto em que a Universidade do Ar aconteceu. Analisamos os projetos em disputa para a consolidação da instituição universitária no Brasil. Buscamos ainda, apreender as redes de relações que enredam o projeto, ou seja, as redes de sociabilidades estruturantes da atuação dos professores da Universidade do Ar dentro de um projeto.

Estruturamos assim, nosso olhar para o primeiro capítulo afim de iniciarmos nossa análise tendo como ponto de partida a chegada do rádio, seus embates para implementação e os novos caminhos para a difusão do ensino e cultura possível a partir de sua popularização. Além disso, vamos lançar nossa percepção sobre as estratégias adotadas pelo governo para alcançar a sociedade, no âmbito político e educacional através das ondas do rádio.

## 1 O RÁDIO CHEGOU ENCURTANDO AS DISTÂNCIAS DO BRASIL

### 1.1 O Rádio no Brasil – Do Nascimento ao Seu Lugar no Estado Novo

Ao pensarmos nos meios de comunicação ao longo dos anos, é perceptível observarmos que o rádio foi um dos veículos que ganhou destaque na transmissão de notícias. Visualizar o rádio no início do século passado traz ao antigo aparelho revestido de madeira, de som chiado, um espaço relevante na vida cotidiana da sociedade. O rádio agregava pessoas e famílias em torno de uma programação, fosse ela informativa, cultural, ou de entretenimento. Algumas experiências foram realizadas já no início do século XX, porém a Radiodifusão regular, baseada na transmissão de notícias e propagandas, surgiu nos Estados Unidos, em outubro de 1920, com a KDKA. A emissora contava com uma programação feita de notícias e coberturas jornalísticas. Os equipamentos utilizados eram da Westinhouse, que iniciou o processo em fabricação dos aparelhos para a Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918).

O envolvimento das pessoas com o rádio, proporcionou não só entretenimento, mas diminuiu distâncias entre pessoas, entre empresas e consumidores, o que gerou um crescimento no número de emissoras. Nos Estados Unidos, por exemplo, em outubro de 1921 eram 12 emissoras, já em novembro, um mês após, o número já havia passado para 21. Pouco tempo depois, ao final de 1924, esse quantitativo já alcançava a marca de 530 emissoras de rádio. Apesar da expansão das empresas e exportação de equipamento de rádio, não houve registro de números expressivos de emissoras em outros países. Somente em 1922, surgiram as primeiras emissoras na Inglaterra e na França, chegando ao Brasil no ano seguinte.

Como observa Calabre (2004), desde o seu surgimento, em 1923, o rádio desenvolveu no Brasil, um papel social importante, inclusive no cotidiano das famílias. Esteve presente nos mais diferentes contextos sociais, assumindo um lugar de destaque em momentos históricos de grande relevância, como a Segunda Guerra Mundial (1937 – 1945), por exemplo. Nesse período, as famílias brasileiras eram informadas a respeito dos feitos bélicos do país e dos seus familiares enviados para guerra, bem como, informações sobre o final da Guerra, noticiado a todo Brasil pelo *Repórter Esso*, na Rádio Nacional (PR-8), em 1945.

A relação cotidiana da sociedade brasileira com o rádio teve início em 1922, no momento de comemoração do Centenário da Independência<sup>12</sup>. Até essa ocasião, o Brasil ainda não contava com as transmissões radiofônicas conhecidas em outros países, como Estados Unidos, França e Inglaterra, que desde o final do século anterior, vinham aperfeiçoando a comunicação através das ondas radiofônicas. À princípio, o uso do novo meio de comunicação foi exclusivamente militar, o que após inúmeros aperfeiçoamentos, estendeu-se a novos usos.

O marco inicial da comunicação através do rádio no Brasil<sup>13</sup> recaiu sobre o ano de 1923, quando o Brasil teve o seu primeiro contato com as transmissões radiofônicas diárias através da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro (PRA-2)<sup>14</sup>, primeira emissora de rádio fundada no Brasil, por Edgar Roquette-Pinto e Henrique Morize<sup>15</sup>, ambos da Academia Brasileira de Ciências, instituição a qual a rádio era ligada. A emissora possuía fins científicos e sociais, ou seja, através dela, seria possível a divulgação científica através de um ensino voltado para todo o país. No entanto, a criação de uma emissora de rádio no Brasil esbarrava em uma legislação que exigia do Ministério da aviação, uma permissão, para o uso do aparelho receptor. Segundo Pimentel (2010), tal exigência se dava pelo fato de no período após a Primeira Grande Guerra, vários aparelhos comunicadores terem se espalhado pelo país. Havia assim, o temor do governo de que informações sigilosas fossem interceptadas através desses receptores.

Diante dos impasses jurídicos legais para a obtenção da permissão para a instauração dos receptores da Rádio Sociedade, uma estratégia usada por Roquette-Pinto, como meio de liberação da radiodifusão, foi a nomeação de Francisco Sá, ministro da aviação, a presidente de honra da Rádio Sociedade. Como resultado da manobra, dias após a primeira transmissão, a lei que proibia a aquisição de receptores foi destituída e ficou a cargo do governo criar uma

---

<sup>12</sup> De acordo com Pimentel (2010), as comemorações do Centenário da Independência registraram o início da primeira transmissão via rádio. Naquela ocasião, alto-falantes instalados no alto do Corcovado os quais difundiram, diretamente do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, o discurso do presidente Epitácio Pessoa e a ópera *O Guarani*, de Carlos Gomes.

<sup>13</sup> Embora o marco inicial das transmissões em ondas radiofônicas no Brasil seja a inauguração da Rádio Sociedade, outra experiência de comunicação data do ano de 1919, que é o caso da Rádio Clube de Pernambuco. No entanto, não se considera, segundo Salgado (1946), essas transmissões como radiodifusão e sim, radiotelegrafia.

<sup>14</sup> Segundo Pimentel (2010), a Rádio Sociedade manteve o prefixo PR-1-A de 20 de abril a 07 de setembro de 1923, quando entrou realmente no ar, com o prefixo PRA-A. O prefixo PRA-2, pelo qual a Rádio ficou conhecida, só seria incorporado mais tarde.

<sup>15</sup> Edgar Roquette-Pinto era médico e antropólogo, membro da Academia Brasileira de Ciências, da Academia Nacional de Medicina e da Academia Brasileira de Letras. Fundou ainda o Instituto Nacional de Cinema Educativos, a Revista de Educação e a Rádio Escola do Distrito Federal. Henrique Morize era o presidente da Academia Brasileira de Ciências, no momento da fundação da Rádio Sociedade, fornecendo apoio para o empreendimento de Roquette-Pinto (Rangel, 2010)

nova legislação, dando a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, condições de se instalar oficialmente.

A partir da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro (PRA-2), o rádio passou a constituir-se de fato, como um instrumento de promoção da educação, foi a pioneira entre as rádio clubes, que eram associações mantidas por seus associados, uma vez que a radiodifusão nesse período não tinha fins comerciais. Segundo Pimentel (2010, p. 26), “Roquette vislumbrou no rádio o meio necessário para um projeto de integração nacional”. O objetivo de Roquette-Pinto era fazer com que o rádio fosse um instrumento de divulgação do conhecimento científico para a construção de uma nova identidade nacional, baseada em uma sociedade com acesso ao conhecimento, independentemente de sua localização geográfica. Nas palavras de Roquette-Pinto, “o rádio era o livro falado” (SALGADO, 1946, p. 21).

Observando o rádio sob a ótica de Roquette-Pinto, como um veículo capaz tanto de agregar conhecimentos, como de unificar formas de pensar e agir de seus ouvintes por se tratar de uma comunicação de massa, o governo logo viu nesse aparelho um grande potencial de propagação de ideias e comportamentos educativos, ou ainda, como se viu em décadas posteriores a sua inauguração no país, um uso para fins educativos do povo. Nas palavras de Francisco Venâncio Filho, “Aí desenvolveu o seu programa educativo, atingindo o Brasil inteiro e pode dar aos estadistas o exemplo de recurso à mão, com que acudir a milhões de brasileiros, perdidos e esquecidos.” (SALGADO, 1946, p. 21). Nesse sentido, o rádio além de seu caráter educativo, passou também a ser visto como um meio de influenciar ideias e comportamentos sociais.

A programação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro contava com atrações jornalísticas, culturais e educativas: cursos, palestras, aulas variadas, além de música e teatro. Na visão de seu fundador, a emissora deveria oferecer arte e ciência de forma articulada por serem importantes à formação popular do brasileiro (ROCHA, 2010, p. 33). Assim:

O surgimento da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro (PRA-2), em 1923 representou um divisor de águas na medida em que direcionou as atividades radiofônicas para o âmbito da educação popular e não apenas para o divertimento, sendo a primeira experiência de rádio-escola a tentar unir o erudito e o popular dentro de uma programação semanal (CAMARA; RANGEL, 2017. p. 157)

Alguns desses programas educativos ganharam destaque na programação da Rádio Sociedade, como é o caso do *Quarto de Horas Infantis* (1926), apresentado pela filha de Roquette-Pinto, Beatriz Roquette-Pinto, ou *Tia Beatriz*, o qual alcançou grande repercussão. A programação educativa e cultural da emissora era diversificada com palestras científicas.

Segundo Pimentel (2010, p. 32) “Os programas eram divididos em quatro seções: cursos, lições, palestras seriadas e quartos de hora (com temas literários e infantis)”. Ainda de acordo com Pimentel (2010, p.35), “professores produziam e apresentavam programas ligados às suas áreas de atuação, não existindo propriamente um sistema educativo, mas experiências isoladas de transmissão de educação e cultura pelo rádio”.

A popularização do rádio, a partir da difusão da Rádio Sociedade tornou possível levar à grande parcela da população, conteúdo cultural e educativo, através de sua programação, num momento em que o Brasil precisava firmar-se como nação. Para isso, a programação educativa e cultural foi de vital importância. Tem-se então a partir do rádio, um instrumento capaz de alcançar um grande número de pessoas, oportunizando diversos projetos que trouxeram aos ouvintes, novos saberes e até mesmo a possibilidade de formação profissional através das ondas do rádio em lugares diversos, colaborando, assim para a expansão da educação.

Outras emissoras foram implantadas, seguindo o viés cultural em suas transmissões. As rádios não eram instituições empresariais com fins lucrativos. Sua permanência em atividade, dependia de seus sócios que financiavam a programação e a transmissão dos conteúdos difundidos, compreendiam a importância do rádio e se apropriaram do veículo de comunicação como forma de educar pessoas de diferentes espaços geográficos. Assim, a década de 1930 marcou a presença do rádio no Brasil, principalmente após a edição da legislação voltada para a regulamentação da radiodifusão. Em 1931, os decretos 20.047 e 21.111, ambos de 1932, regulamentaram a profissionalização do rádio e a propaganda comercial nas emissoras.

A partir de então, com a comercialização do rádio, seguindo o modelo americano, concedia-se canais a particulares e permitia-se a comercialização de produtos (OLIVEIRA, 2012, p. 341), associada à exigência do governo federal de aumentar a potência dos transmissores de todas as emissoras do país. Deste modo, Roquette-Pinto viu estremecer o seu ideal de oferecer cultura e educação sem fins comerciais. As rádios estritamente culturais não se mantinham financeiramente, sendo dependentes de seus associados, o que as colocavam em desvantagem em relação ao alcance e a audiência, frente às propagandas comerciais.

Um dos caminhos para a manutenção da Rádio Sociedade com fins culturais, foi a doação da emissora ao Ministério da Educação e Saúde pública, que na percepção de Roquette-Pinto teria os meios para conduzir a rádio com seus objetivos iniciais. Assim, em 1936, Roquette-Pinto doou a Rádio Sociedade ao Ministério da Educação e Saúde, sob a

condição de que sua programação fosse estritamente cultural, surgindo assim, a Rádio Ministério da Educação e Cultura com o prefixo PRA-2<sup>16</sup>

Em sete de setembro de 1936, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, tornou-se a Rádio Ministério da Educação e Cultura, primeira rádio dedicada exclusivamente a radioeducação. Um slogan de Roquette-Pinto abria, diariamente, a sua programação: Pela Cultura dos que vivem em nossa terra, pelo progresso do Brasil (LEAL, 2003, p. 3)

Neste contexto político, o Brasil estava na eminência da instauração do Estado Novo (1937-1945), que configuraria a terceira fase da passagem de Getúlio Vargas como presidente do Brasil. Foi o período no qual a presença do rádio se tornou muito importante na aproximação do governo à sociedade. Esse caminho, no entanto, veio desenhando-se a partir do final da década de 1920, mais propriamente, em 1929, quando, sustentado pela Aliança Liberal, a coligação partidária de oposição ao governo, lançou Getúlio Vargas como candidato à presidência. Integravam essa coligação, de um lado, ex-presidentes e políticos influentes; de outro, os “rebeldes”, tenentes que vinham de movimentos de oposição desde a década de 1920, numa tentativa de derrubada do regime que ficou conhecido como a política do café com leite, por fazer revezarem-se no poder, políticos de São Paulo e Minas Gerais, o maior produtor nacional de café e leite, respectivamente.

As reivindicações dos aliancistas - como ficou conhecido o grupo que formava a Aliança Liberal - eram de acordo com Pandolfi (20012, p. 16), “a justiça social e liberdade política”. As proposições dos aliancistas passavam pelo desejo de estabelecer a transformação social e política do país. O voto secreto, segundo eles, poderia representar o fim das fraudes nas eleições, além disso, reivindicavam anistia para os perseguidos políticos. A defesa dos direitos sociais relacionadas às melhores condições de trabalho, a diversificação da economia, trazendo para o eixo central da economia outros itens além do café e a uma tentativa de equiparação entre todas as regiões do Brasil, eram os pontos de defesa da Aliança Nacional.

Na ocorrência das eleições de 1930, Getúlio Vargas não saiu vencedor. No interior da Aliança liberal, houve uma divisão entre os integrantes. De um lado, alguns deram por encerrada a disputa, por outro lado, no entanto, outros não se deram por vencidos e articularam-se em uma insurreição que levou Getúlio Vargas ao poder no mesmo ano, um

---

<sup>16</sup> A Rádio Ministério da Educação, como passou a se chamar a Rádio Sociedade após ser entregue ao governo em 1936, chama-se hoje, Rádio MEC. A emissora tem suas transmissões até a data de realização dessa pesquisa. No entanto, segundo medida do governo Bolsonaro, há previsão de sua extinção nos próximos dias, mais especificamente no dia 31/07/2019, quando seu sinal poderá ser, possivelmente, desligado.

período do Governo Provisório, período em que, para se garantir a governabilidade, Getúlio tomou enérgicas atitudes, como demonstra Pantolfi,

A revolução eclodiu em outubro e, no dia 3 de novembro, Vargas assumiu a chefia do Governo Provisório da nação. De imediato o Congresso Nacional e as assembleias estaduais e municipais foram fechados, os governadores de estado depostos e a Constituição de 1881 revogada. Vargas passou a governar através de decretos-lei (PANTOLFI, 2012. p. 17)

O Governo Provisório (1930-1934) deu-se em meio a intensas disputas dos grupos que formavam os aliancistas. De um lado, um grupo defendia as reformas sociais, a instalação da democracia e maior autonomia dos estados. De outro, os tenentes e seus aliados civis queriam um Estado centralizador, o que refletiu em intensas disputas no plano político. Para equacionar os conflitos internos do governo foi organizada, em 1932, uma Assembleia Constituinte, com a tarefa de elaborar a Carta Magma que trouxesse em seu bojo as aspirações dos grupos políticos do país. No entanto, mesmo no interior desse movimento, grandes foram as divergências. De acordo com Capelato (2012, p. 114), “no plano ideológico debatiam-se as correntes liberais e antiliberais; entre estes marcavam presença os nacionalistas oriundos do movimento tenentista, os católicos e os integralistas, que apesar dos pontos comuns, tinham reivindicações específicas.”

Diante de diferentes perspectivas ideológicas em torno da elaboração da Constituição, as controvérsias foram visíveis no texto final do documento. Desse modo, como afirma Capelato (2012, p. 114), a Constituição de 1934 foi considerada inviável por tentar equacionar diferentes aspirações e “conciliar tendências inconciliáveis”. Assim, um dia após a apresentação da nova Carta Constitucional, Getúlio Vargas foi eleito de forma indireta à presidência da República. Sua permanência no governo era prevista pela nova Constituição, até 1938, quando ocorreriam novas eleições. O Governo Provisório enfrentou logo em seu início, intensas crises advindas de civis e militares. As medidas intervencionistas e centralizadoras eram implementadas e isso contribuía para a insatisfação dos oligarcas. Já os militares, mostravam-se receosos com a força das oligarquias, o que os fizeram se organizar como um grupo. As tensões entre os grupos apoiadores da Revolução de 1930 se faziam crescer, aliada a elas, a insatisfação dos paulistas, que assumiram o lugar de perdedores da revolução, fizeram eclodir uma série de ações que culminou na chamada Revolução Constitucionalista, de 1932, logo abafada e dissipada pelo governo federal.

Com a Carta Constitucional outorgada em 1934, passou-se a reorganização ministerial. Vargas, como retribuição ao apoio na Constituinte, realizou a distribuição dos ministérios

entre os representantes dos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco. Em contrapartida, São Paulo e os tenentes ficaram de fora. Como aponta Pandolfi (2012, p. 30), “Na busca de apoio para levar avante seu projeto político de fortalecimento do Estado e combate ao poder das oligarquias, Vargas voltou-se para os militares.” No entanto, esse movimento demonstrava descompasso com o cenário político que se desenhava de forma democrática, o país vivia, um clima de “normalidade institucional”.

Diante do contexto constitucional uma nova ordem política foi vivenciada. Diversos movimentos grevistas eclodiram e posicionamentos políticos surgiram, à esquerda e à direita. De um lado, a Aliança Integralista Brasileira (AIB) e do outro, a Aliança Nacional Libertadora (ANL). A primeira, criada em 1932 tinha como seu representante, Plínio Salgado. Suas concepções pautavam-se em um nacionalismo e moralismo elevados, o que atraíam católicos e militares. Além disso, politicamente, defendiam a extinção de agremiações políticas em favor de um único partido integral. Já a outra, criada em 1935, liderada por Luís Carlos Prestes, agia no sentido de impedir o avanço do nazifascismo, defendendo as bandeiras da reforma agrária e da liberdade política. Em pouco tempo, conquistou milhares de simpatizantes, sendo colocada, meses após sua criação, na ilegalidade.

Mesmo agindo na clandestinidade, a ANL deflagrou, no mesmo ano de sua criação, um movimento cujo objetivo era o de instalar um governo popular no país, liderado por Luís Carlos Prestes. Os levantes aconteceram no Rio de Janeiro, Recife e Rio de Janeiro. A rebelião foi rapidamente abafada, pois não contou com a força do operariado, que desencadearia greves em todo o Brasil. O levante comunista foi o pretexto para a aprovação da Lei de Segurança Nacional, o que suprimiu diversos direitos democráticos previstos na Constituição de 1934.

A lei previa a censura aos meios de comunicação e prisão de um a dez anos para aqueles que estimulassem ou promovessem manifestações de indisciplina nas Forças Armadas ou greves nos serviços públicos. As entidades sindicais consideradas suspeitas poderiam ser fechadas (PANTOLFI, 2012. p. 33)

Nesse clima de repressão, ainda que sob o discurso de que o país estava ameaçado pela desordem, Getúlio Vargas não conseguiu a prorrogação de seu governo, pois não contou com o apoio necessário no senado que garantisse a ele postergar seu mandato. Neste cenário conflituoso do ponto de vista político, as discussões para a sucessão de Getúlio Vargas seguiam, e os candidatos à eleição que seria realizada em 1938, foram lançados. No entanto, em julho de 1937, o Congresso não aceitou o pedido de prorrogação do estado de guerra, que estava vigorando desde abril de 1936. Embora diante da rejeição no Congresso do pedido,



poucos meses depois, a Câmara aprovou o estado de guerra, suspendendo as garantias constitucionais por noventa dias.

No dia 30 de setembro de 1937, a imprensa divulgou o que seria um grande projeto de insurreição comunista no Brasil. Tratava-se, segundo o governo, de uma ameaça subversiva da ordem. Este documento ficou conhecido como Plano Cohen, que mais tarde descobriu-se ser uma “peça fictícia”, como afirma Pandolfi (2012), esse foi o pretexto para que, em 10 de novembro de 1937, sob a liderança de Getúlio Vargas com apoio do exército e de outros representantes dos grupos antidemocráticos, desse início ao novo regime, o Estado Novo (1937-1945), anunciado pela Rádio Nacional (PR-8) para todo o país. Mudava-se o regime, mas mantinha-se Getúlio Vargas na chefia do executivo.

O Estado Novo se consolidou no Brasil a partir de várias medidas políticas dos setores social e econômico. Logo após o golpe que manteve Getúlio Vargas no poder, o Parlamento foi fechado e os partidos políticos extintos. Os estados passaram a ser governados por interventores nomeados pelo Presidente da República, que escolhia seus representantes dentre pessoas de sua confiança. A finalidade dessa seleção, era a de fazer reproduzir nos estados as políticas determinadas pelo governo central. Nessa crescente centralização do poder foi realizado no Rio de Janeiro um ato para demonstrar que o sistema federativo havia sido derrotado, em uma cerimônia cívica, as bandeiras dos estados foram queimadas, simbolizando o poder central, anulando as divisões estaduais para a permanência de um Estado único.

Em relação à censura, a repressão fazia com que os veículos de comunicação opositores do governo fossem silenciados e os simpatizantes da nova política, recebessem a missão de dar visibilidade, enaltecendo os feitos do governo, promovendo a divulgação dos ideais do Estado Novo. Mesmo antes do novo regime, o governo já demonstrava intenções na organização de propagandas que divulgassem a política e de setores que controlassem e censurassem as manifestações de oposição ao governo. Já em 1939, o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) - órgão regulador da cultura, das artes, da imprensa e da radiodifusão, criado em 1934, foi substituído pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). A partir de então, a imprensa passou a operar sob o modelo repressor do Estado Novo. O novo departamento ligado à presidência da República passou a cumprir o papel de centralizar, coordenar e controlar as manifestações artísticas e de imprensa, em particular as notícias difundidas em território nacional.

## 1.2 O Rádio entre a repressão e o ensino do Serviço de Radiodifusão Educativo (SRE)

O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi um dos grandes aliados do governo Vargas na tentativa de consolidar uma ideia de nação forte em seus ideais patriotas. Há nesse período um empenho do governo na utilização de meios de comunicação como, por exemplo, o rádio, o cinema, com a finalidade de desenvolver no país, o sentimento nacionalista. Assim, o rádio simbolizou no governo de Getúlio Vargas, um instrumento de divulgação e de controle político-ideológico das massas.

O rádio, os jornais e as revistas eram instrumentos para a promoção dos novos valores que o Estado Novo queria que os brasileiros assimilassem: uma ideologia nacionalista dedicada à construção de um capitalismo urbano-industrial, num país defendido contra influências estrangeiras, e voltado para sua própria cultura e seus valores tradicionais (JAMBEIRO, et al, 2003, p.14).

Sendo assim, o rádio, como aparelho pedagógico e ideológico, incumbiu-se da missão de colaborar, através de suas ondas, na construção de um Estado único. Com sua transmissão sob o controle, em grande parte, do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o rádio colaborou na construção de um sentimento de Estado uníssono. Nas escolas, símbolos e bandeiras eram distribuídos com a intenção de formar o ideal de cidadão brasileiro ainda desde a infância. De acordo com Capelato (2012, p. 123), “nas representações do Estado Novo, a ênfase no novo era constante: o novo regime prometia criar o homem novo, a sociedade nova e o país novo”. Era a oposição entre o antigo e o novo, entre o atrasado e o moderno. Tinha-se nesses ideais, a concepção de um futuro promissor para a nação e para o cidadão.

Figura 1 - Getúlio Vargas com o presidente do Paraguai em visita a Volta Redonda



Fonte: *CPDOC*. Esq./dir.: Apolônio Sales (2º), Higinio Morínigo (4º), Ernâni A. Peixoto (6º), Getúlio Vargas (8º) e Mendonça Lima (10º). Acervo digital, acessado em 24/10/2018

A Figura 1 nos traz o Presidente Getúlio Vargas em uma comitiva de apresentação da cidade de Volta Redonda ao presidente do Paraguai, Higinio Morínigo Martínez. Essa imagem é emblemática ao momento, uma vez que o governo Vargas propunha-se a uma reorganização da economia nacional. Buscava-se dar ao país, uma nova visão em sua política econômica, fazendo com que o Brasil fosse não só agrário, mas assumisse também o status de país industrializado. Um dos ícones desse movimento foi a inauguração da CSN, Companhia Siderúrgica Nacional, na cidade de Volta Redonda em 1942. Passo significativo no desenvolvimento da indústria, que tornou possível a diminuição da importação e a produção nacional de matéria-prima.

Nesse contexto de oposição entre passado e presente, era latente a falta de escolarização. Até o início do processo de industrialização ocorrido nas décadas de 1930 e 1940, grande parte da população adulta não era alfabetizada, como podemos observar nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE trazidos por Souza (1999, p. 4), a respeito dos índices de analfabetismo no Brasil de 1900 a 1991<sup>17</sup>. Segundo o autor, em

---

<sup>17</sup> O estudo produzido por Souza dá conta de uma observação ampla a respeito do analfabetismo no Brasil em quase um século, a partir das variantes políticas, econômicas e demográficas. A nós, o interesse por esses dados, se fizeram importantes, na medida em que nos coloca os índices a partir do início do século, passando por nosso

1940, somente 44% da população de quinze anos ou mais era alfabetizada. Esse percentual revela-nos uma característica de um país agrário, mas que no novo modelo político, almejava um lugar de modernização.

A busca por alcançar maior proximidade da população com os ideais políticos do Estado Novo, contribuiu para que o perfil do intelectual brasileiro fosse sendo reforçado junto à sociedade. Na verdade, esses sujeitos tinham a respeito da nação, o que Velloso, (2012) chamou de consciência privilegiada do “nacional”. Neste contexto, intelectuais foram chamados à cena política, a fim de que pudessem, através de suas ações em seus campos específicos, representar um projeto político do Estado Novo.

Como aponta Velloso (2012), até a segunda década do século XX, os intelectuais críticos em relação à sociedade eram ignorados, por vezes marginalizados, tendo lugar de fala predominante, os intelectuais que primavam pela permanência do *status quo* social. Na literatura, desde o final do século XIX, autores como Euclides da Cunha e Lima Barreto representavam uma postura oposta aos que viam a Literatura como o “sorriso da sociedade”, percebendo-a antes como uma missão, como um instrumento de transformação social eram fortemente criticados por sua escrita engajada na denúncia das condições reais de vida dos brasileiros.

Para Velloso (2012, p.150), a percepção do intelectual que se tinha até o Estado Novo, era do intelectual na “torre de marfim”. Nesse contexto, esses atores sociais não assumiam, em muitos casos, um lugar crítico dos conflitos e debates presentes na sociedade. “A metáfora da “torre de marfim” é incessantemente reproduzida como símbolo da alienação política em que viviam as nossas elites culturais”. No entanto, segundo a autora, o novo regime chama à “arena política” - através do posicionamento desses sujeitos nos ministérios, principalmente no Ministério de Educação e Saúde Pública - esses intelectuais a assumirem posicionamentos em direção à profusão dos ideais do Estado Novo.

A composição do Ministério da Educação e Saúde demonstra o quanto os diferentes posicionamentos dos colaboradores do regime definem a intenção de fazer da Educação o porta voz de um pensamento de nação, com o objetivo de tornar homogenias as manifestações artísticas, culturais e políticas, a favor do regime. Segundo Velloso (2012), com Gustavo Capanema à frente do Ministério da Educação (1934 – 1945) e Lourival Fontes à frente do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), (1934 - 1942), esses dois órgãos

---

recorte temporal. Através desse mapeamento, foi possível analisar que os índices de alfabetização aumentaram consideravelmente entre a década de 1940 e 1950, período dentro do qual se situa o nosso recorte temporal, reafirmando o crescimento da escolarização nesta década.

constituíram-se como pilares do Estado Novo congregando diferentes vertentes intelectuais. De um lado, os pensadores do grupo de Capanema representavam um grupo de vanguarda do movimento modernista. De outro lado, no DIP, Lourival Fontes reunia os intelectuais de posicionamentos centralistas, conservadores, autoritários.

As posições ocupadas por esses homens de pensamento eram estratégicas, a fim de dar ao Estado Novo os contornos necessários ao momento político, econômico e cultural do país que se apresentava. Um dos grandes nomes desse período foi Gustavo Capanema, que esteve à frente do Ministério da Educação e Saúde por onze anos consecutivos (1934 – 1945). No ministério reuniram-se defensores e opositores do Estado Novo. Com grande perspicácia, convergiu a favor do governo, diferentes correntes ideológicas, com o intuito de trazer para a elite político-cultural, os grandes pensadores brasileiros da época.

No Estado Novo, o intelectual responde à chamada do regime, que o incumbe de uma missão: a de ser o representante da consciência nacional. Reedita-se, portanto, uma idéia já enraizada historicamente no campo intelectual. O que varia é a delimitação do espaço de atuação desse grupo – da torre de marfim para a arena política -, permanecendo o papel de vanguarda social. O trabalho do intelectual – agora engajado nos domínios do Estado – deve traduzir as mudanças ocorridas no plano político (VELLOSO, 2012, p. 153)

Durante o Estado Novo, representantes da intelectualidade foram chamados a ocupar espaço na estrutura política do governo. Nesse contexto, era fundamental que o governo tivesse porta-vozes que legitimassem seu discurso de ocupação cultural da do novo regime. As obras de intelectuais, que uma vez foram estigmatizados por uma literatura de adoração à pátria, como o caso de Olavo Bilac (1865 -1918), foram nesse período recuperadas como modelo de nacionalismo intelectual brasileiro.

Com a chamada desses intelectuais à arena política, era necessário dar ao discurso intelectual do regime, um tom unificador, no qual ficasse clara a perfeita unificação entre os homens de pensamento e ação, como proferiu Getúlio Vargas em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, em 1943: “A primeira fase de vossa ilustre instituição [ABL] decorreu à margem das atividades gerais [...]. Só no terceiro declínio desse século operou-se a simbiose ente homens de pensamento e de ação.” (VELLOSO, 2012, p. 151). Ainda de acordo com a autora, “o discurso estadonovista construiu uma nova concepção de intelectual. Concepção esta que buscou diluir fronteiras entre o ‘homem de letras’ e o ‘homem político’. Realizou-se então a referida simbiose entre os intelectuais e a política” (VELLOSO, 2012, p. 154)

A construção e assimilação da ideologia do Estado Novo, baseadas no discurso de um novo modelo de Brasil, estavam apoiadas em três frentes ocupadas pelo governo: repressão, política e propaganda. Através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), haviam se dado o controle, a repressão e a propaganda do regime. Segundo o *Anuário da Imprensa Brasileira*, trazido por Velloso (2012, p. 158)

A entidade estava incumbida de coordenar, orientar e centralizar a propaganda interna e externa; fazer censura a teatro, cinema, funções esportivas e recreativas, organizar manifestações cívicas, festas patrióticas, exposições, concertos e conferências; e dirigir e organizar o programa de radiodifusão oficial do governo.

Para isso, a ocupação dos instrumentos de controle do Estado Novo por intelectuais a serviço do regime se fez essencial. Dentre esses importantes meios de ocupação observamos a atuação de Gilberto de Andrade na direção da Rádio Nacional (1940 - 1946), Lourival Fontes, na direção do DIP (1934 – 1942), Julio Barata como diretor da divisão radiofônica do DIP (1940 – 1941) e Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde (1934 – 1945). Esses intelectuais traziam assim, um discurso na tentativa de massificar, familiarizar as ideias de unificação do pensamento da sociedade através da cultura, com a literatura engajada à ideologia do regime. Nesse tripé de sustentação e divulgação do pensamento do novo regime, o rádio atuou como agente de difusão do modelo de “ordem social”. A Educação foi concebida como garantidora dessa tentativa de homogeneidade de cultura e valores.

De forma geral, os veículos de informação, como jornais, revistas e o rádio eram monitorados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que regulava e exercia a censura às produções supostamente contrárias ao governo. O DIP foi, na verdade, um desdobramento do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) - órgão regulador da cultura, das artes, da imprensa e da radiodifusão, criado em 1934. Em 1939, o órgão foi então direcionado a ser substituído pelo Departamento de Imprensa e Propaganda. A partir de então, a radiodifusão organizou-se sob o modelo repressor do Estado Novo (1937 – 1945). O novo departamento ligado à presidência da República passou a cumprir o papel de centralizar, coordenar e controlar a propaganda, em particular as notícias difundidas em território nacional.

Figura 2 - Lançamento do Departamento de Imprensa e Propaganda

**O DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA**

Regimento do novo órgão administrativo — Terá a seu cargo, diz o decreto, a elucidação da opinião nacional sobre as diretrizes doutrinárias do regimen — Divisões de Divulgação, Radio-Difusão, Cinema, Teatro e Imprensa

Como já foi amplamente noticiado, o governo criou, por decreto de 27 de dezembro de 1939, o Departamento de Imprensa e Propaganda. Está assim elaborado o seu Regimento:

**FINALIDADE**

Art. 1.º O Departamento de Imprensa e Propaganda (D. I. P.), criado pelo decreto-lei n. 1915, de 27 de dezembro de 1939, é diretamente subordinado ao presidente da República e tem a seu cargo a educação da opinião nacional sobre as diretrizes doutrinárias do regimen, em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileira, cabendo-lhe a direção de todas as medidas especificadas neste Regimento.

**ORGANIZAÇÃO**

Art. 2.º O D. I. P. compreende: I — Divisão de Divulgação (D. I.); II — Divisão de Radio-Difusão (D. R.); III — Divisão de Cinema e Teatro (D. C. T.); IV — Divisão de Turismo (D. T.); V — Divisão de Imprensa (D. I.).

Parágrafo unico. Além das divisões o D. I. P. terá os seguintes serviços auxiliares, para atender às necessidades comuns:

I — Serviço de Comunicações (S. C.); II — Serviço de Contabilidade e Tesouraria (S. C. T.); III — Serviço de Material (S. M.); IV — Filmothea; V — Biblioteca; VI — Discoteca;

Art. 3.º O diretor geral do D. I. P. será auxiliado por um secretário, por ele designado. Parágrafo unico. Cada diretor de Divisão será auxiliado por um secretário por ele designado.

Art. 4.º Cada Serviço Auxiliar terá um chefe designado pelo chefe dos Serviços Auxiliares.

Art. 5.º Os órgãos de que se compõe o D. I. P. funcionarão perfeitamente coordenados, em regimen de mutua colaboração, sob a orientação do diretor geral do D. I. P.

**DA COMPETENCIA DAS DIVISÕES E DEMAIS ORGÃOS DO D. I. P.**

Art. 6.º A Divisão de Divulgação compete:

a) a elucidação da opinião nacional sobre as diretrizes doutrinárias do regimen, em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileira;

b) intermediar livros e publicações que atenteem contra o credito do país e suas instituições, e contra a moral;

c) combater por todos os meios a penetração ou disseminação a qualquer idéa perturbadora ou dissolvente da unidade nacional;

d) fornecer, aos estrangeiros e brasileiros, uma concepção mais perfeita dos acontecimentos sociais, culturais e artisticos da vida brasileira;

e) organizar, periódica e frequentemente, espetáculos musicais, para o fim de pôr em relevo a personalidade e as obras de compositor brasileiro;

f) organizar programas de musica de camera, com a apresentação de interpretes brasileiros;

g) organizar, regularmente, sessões literarias, nas quais sejam divulgadas as obras dos nossos melhores poetas e prosadores;

h) organizar programas de propaganda de musica popular brasileira;

i) promover cursos, conferencias, congressos e exposições demonstrativas das atividades nacionais e intercambios literarios com o estrangeiro;

j) organizar o serviço de edicoes de folhetos, livros e cartazes do D. I. P.;

k) editar um anuario da Imprensa Brasileira, com informacoes sobre jornais, revistas, livros e demais publicacoes aparecidas no Brasil.

Art. 7.º A Divisão de Radio-Difusão compete:

a) levar aos ouvintes radiotelevisores nacionais e estrangeiros, por intermedio da Radio-Difusão official, tudo o que possa fixar-lhes a atencao sobre as atividades brasileiras em todos os dominios do conhecimento humano;

(CONTINUA NA 1.ª PAGINA)

Oça, hoje, a Soc. Radio Nacional

“Regimento do novo órgão administrativo – Terá a seu cargo o decreto, a elucidação da opinião nacional sobre as diretrizes doutrinárias do regime – Divisões e divulgação, Radio-Difusão, cinema, Teatro e Imprensa.

[...]

Finalidade

Art. 1º O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado pelo decreto n. 1915, de 27 de dezembro de 1939, é diretamente subordinado ao presidente da república e tem a seu cargo a educação da opinião nacional sob as diretrizes doutrinárias do regime, em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileira, cabendo-lhe a direção de todas as medidas específicas neste regimento.

[...]

Fonte: *A Noite*, 02/01/1941, p.1. (Hemeroteca da Biblioteca Nacional)

O DIP foi um dos grandes aliados do governo Vargas na tentativa de consolidar uma nação homogênea, com ideais patriotas. Há nesse período um empenho do governo na utilização de meios como, por exemplo, o rádio, o cinema, os esportes com a finalidade de desenvolver no país o sentimento nacionalista. A apropriação do Departamento pelo governo na direção de escamotear a veiculação artística e informativa através do rádio, bem como na veiculação de uma programação na qual se fazia ecoar os ideais estadonovistas possibilitou a construção de uma imagem do governante estadista.

À população, eram oferecidos meios normatizadores de um Estado ditador, através de uma produção cultural e educativa, afirmativa do governo. Sendo assim, o rádio, assim como outros órgãos sob o controle do DIP, incumbiu-se, da missão de unificar o Estado brasileiro através de um discurso doutrinante do governo sobre o povo. Segundo Jambeiro (2003, p. 13), “o departamento se encarregou de divulgar a imagem e a ideologia de Vargas em todas as instâncias da vida nacional”. As cartilhas produzidas, os jornais nacionais que eram exibidos obrigatoriamente nas salas de cinemas, a *Hora do Brasil*, difundido para toda a nação a partir

de 1938, os cartazes de promoção governista constituíam o material produzido e distribuído pelo DIP para a formação de uma visão nacionalista do Estado Novo. Em contrapartida, a censura coibia toda e qualquer manifestação contrária o regime getulista, estabelecendo assim, as estratégias ditatoriais do governo.

Como importante instrumento de ideologização das massas através da educação pelo rádio, é lançado pela rádio Nacional, em 1940 o programa *Hora da juventude Brasileira*, com uma programação voltada aos estudantes, aos professores e à família. É importante ressaltar que durante o regime, grande foi o investimento intelectual e ideológico sobre os jovens, como estratégia de formação de uma juventude cívica, que visse no regime, o comportamento para a cultura brasileira. Neste aspecto, o rádio foi o veículo mobilizado com o intuito de tornar o governo mais próximo da população, através da veiculação das ações do governo através de programações diárias.

Através das ondas radiofônicas, seria possível, na concepção dos intelectuais do novo regime formar um povo com conhecimentos de seu país. A programação diária da Rádio Nacional, principal emissora de difusão do Estado Novo, contava com programas que, ao mesmo tempo que levavam saberes, colaborava para a unificação do pensamento nacional a favor da política do Estado Novo e da imagem de Getúlio Vargas como o representante do Estado. Reafirmava-se assim o importante papel da propaganda política e da repressão para a propagação das ideologias do Estado Novo, bem como para a unificação do país pelo discurso intelectual difundido no período.

O rádio, os jornais e as revistas eram instrumentos para a promoção dos novos valores que o Estado Novo queria que os brasileiros assimilassem: uma ideologia nacionalista dedicada à construção de um capitalismo urbano-industrial, num país defendido contra influências estrangeiras, e voltado para sua própria cultura e seus valores tradicionais (JAMBEIRO, 2003, p.14)

Sendo assim, a produção de programas educativos também contava com o monitoramento do DIP. O caso da Universidade do Ar é bastante expressivo da apropriação que o Ministério da Educação fez do programa, na intenção de trazer a credibilidade exigida para a formação docente a distância, visto que esta dava seus primeiros passos no Brasil. Nesse sentido, Julio Barata, diretor da divisão de rádio do DIP teve sua atuação marcada como professor de latim no projeto. A colocação de Júlio Barata no quadro de professores da Universidade do Ar demonstrava a representação de um Departamento e um projeto a serviço do governo.



### 1.2.1 O Serviço de Radiodifusão Educativo: um Departamento de Ensino pelo Rádio

Com a doação da Rádio Sociedade para o Ministério da Educação e Saúde Pública em 1936, deu-se início a emissora oficial do governo, voltada para a educação e a cultura<sup>18</sup>. Quanto a isto assim se pronunciou o ministro Gustavo Capanema:

Como autoridade a quem coube receber tão valioso legado, quero dizer aqui que o Ministério da Educação assume com satisfação esta responsabilidade e que procurará utilizar-se da melhor maneira possível deste instrumento que ora lhe é proporcionado para, no cumprimento da elevada missão que, com grande clarividência, lhe traçou o Sr. Presidente Getúlio Vargas: falar diariamente aos brasileiros, animá-los nos seus trabalhos do campo, da cidade e do mar, estar com eles nas suas alegrias e pesares. Este é o novo trabalho que, com coragem e fé vamos começar. (HORTA, 1972, p. 91 apud PIMENTEL, 2010, p. 36)

Com a criação da Rádio Ministério da Educação (PRA-2) nasceu a necessidade de um serviço que fosse voltado para a orientação da radiodifusão no país. Desse modo, pela lei 378/1931, o governo criou o Serviço de Radiodifusão Educativa (SRE), órgão comprometido em desenvolver de forma permanente, a irradiação de programas de caráter educativo. Neste contexto, o serviço trouxe um novo momento para o ensino através do rádio. O conhecimento foi colocado de forma mais abrangente, através de seus programas de educação popular, no intuito de organizar e unificar os “brasis”, como afirma Nunes<sup>19</sup> (2018, p. 19):

Por meio do Serviço da Radiodifusão Educativa, o rádio atuou na configuração de um projeto de nação para educação urbana, rural e dos muitos outros brasis, que se constituiu pela visão do seu diretor Fernando Tude de Souza na sua perspectiva de educação popular através do rádio, no período de 1943 a 1951.

Os primeiros anos do serviço de radiodifusão educativa não foram de muitos ganhos na transmissão da programação. Na verdade, como afirma Nunes (2018, p.101), “até o Serviço receber o seu primeiro diretor, Fernando Tude de Souza, suas atribuições ficaram restritas à irradiação de atos oficiais”. A esse respeito, Nunes (2018), alerta para a rejeição dos ouvintes em relação à Rádio Ministério da Educação. Segundo a autora, (2018, p. 101), “as pesquisas do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) constataram que a

---

<sup>19</sup> Dissertação de mestrado de Cinthya Oliveira Nunes (2018). “*A cidade vai ao campo*”: o serviço de radiodifusão e a educação rural nos anos de 1943 a 1951”. O trabalho de Nunes é parte das pesquisas desenvolvidas pelos pesquisadores do NIPHEI na direção de compreender os projetos de ensino pelo rádio, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Sônia Camara.

Rádio Ministério da Educação e a Rádio Difusora da Prefeitura (antiga Rádio Municipal) tiveram menor audiência até 1944” em relação aos anos anteriores. Diante disso, observamos que não se tinha uma programação que cativasse o ouvinte e o fidelizasse à rádio. Com a facilidade de mudar a estação ouvida, o expectador não se prendia a uma programação difusora de feitos governistas.

O Serviço de Radiodifusão Educativa sobreviveu de forma bastante amadora em seus anos iniciais. Em 1939, o decreto-lei 1.915, concedeu à divisão de rádio do DIP, a organização e direção de toda a programação de radiodifusão do governo. Sendo assim, o Serviço de Radiodifusão Educativa era subordinado ao DIP em suas concepções de viés político. De acordo com Camara e Rangel (2017, p. 168), “a orientação do Estado educador, controlador e regulador funcionava como uma força centrípeta de responsabilidade e de centralidade do projeto de educação nacional”. Os fios que ligavam os setores do Ministério da Educação entre eles o SRE, desmembravam ações educativas em redes de competências intelectuais, tecendo esses fios no sentido de unificar os setores em torno da formação do cidadão e para o Estado Novo.

Ainda no início do SRE, eram poucos os seus funcionários, além disso, o transmissor usado desde a Rádio Sociedade era de pequeno alcance, sendo substituído no final de 1942 por um de 25 Kws, mais moderno e potente. Em fevereiro do ano seguinte, o Regimento do Serviço de Radiodifusão Educativa foi aprovado, o qual fixava as finalidades do serviço, dentre elas Pimentel (2010, p.37) nos traz: “a orientação da radiodifusão como auxílio à educação e ao ensino, através da irradiação de programas científicos, literários e artísticos de caráter educativo”.

Com a chegada de Fernando Tude de Souza<sup>20</sup>, então diretor da Rádio Ministério da Educação e Cultura à direção do SRE, em 1943, uma série de iniciativas foram anunciadas para o ano seguinte, com o objetivo de aumentar a abrangência da programação educativa. No entanto, divergências entre o Departamento de Imprensa e Propaganda e o Serviço de

---

<sup>20</sup> Para Rangel (1998) “Enquanto educador, Fernando Tude de Souza atuou, entre as décadas de 1940 e 1950, não só ocupando *posições* de destaque no aparelho de Estado brasileiro, tais como: Técnico de Educação concursado do então Ministério de Educação e Saúde Pública, Primeiro Diretor do Serviço de Radiodifusão Educativa do MÊS, Delegado do Brasil nas Conferências mundiais de educadores promovidas pela United Nations Education, Scientific and Cultural Organizations (Unesco), Secretário da Presidência da Cia. Da Vale do Rio do Doce, Diretor do Serviço de Documentação do Departamento de Educação de Adultos da Prefeitura do Distrito Federal, entre outros; mas também, como organizador de políticas públicas, atuando como membro de diversas organizações internacionais de educação, por exemplo, a National Education Association, entre entidades e instituições estrangeiras de educação, chefiou o Serviço de Divulgação Cultural da Unesco. (1998, p. 4)

Radiodifusão Educativa prejudicaram as intenções do SRE de abranger todo o território Nacional com uma programação educativa.

Junto dessas iniciativas, o SRE trouxe a distinção entre rádio instrutivo e o rádio educativo, que definiria o tipo de programação a ser transmitido. Dentro dessa proposta de Fernando Tude, Pimentel (2010, p. 38) afirma que “o rádio educativo poderia ser todos os tipos de rádios feitos no país, independente de ter um caráter instrutivo ou de ensino”. Nesse sentido, o mais importante é que a programação não fosse “deseducativa”, nem mesmo em emissoras comerciais, como a Rádio Nacional, emissora ícone na história da radiodifusão no Brasil. O Rádio instrutivo era de domínio do SRE e toda a sua programação educativa, a exemplo de cursos de português, inglês e Geografia, com duas aulas semanais era transmitida regularmente pela Rádio Ministério da Educação e Cultura.

Diante da presença do DIP e de um contexto no qual a transmissão do SRE conviveu com a propaganda do governo, a autonomia do serviço foi cultivada, em uma espécie de “manto da ciência e da técnica a serviço da conservação do poder” (CAMARA; RANGEL, 2017, p. 169). Essa aparente neutralidade pretendida pelo SRE estabeleceu um cenário no qual seria possível a formação cultural do trabalhador, elevando seu conhecimento reflexivo, de forma a diminuir as distâncias entre o que era apreendido como conhecimento e o conhecimento significativo, aquele aplicado à vida do trabalhador.

[...] durante a direção de Tude de Souza no Serviço de Radiodifusão Educativa, o projeto de radiodifusão educativo teria como ação essencial formar culturalmente as massas trabalhadoras, reduzindo os abismos relacionados ao ensino e a desintegração intelectual existente no país. Perante o pensamento social de Tude de Souza, era preciso escolarizar a imensa população rústica do litoral e dos sertões do país a fim de garantir, disciplinarmente, sua inclusão social no mundo do trabalho industrial na ordem capitalista (CAMARA; RANGEL, 2017, p. 169)

Toda a comunicação realizada entre os ouvintes e a emissora, inicialmente, se deu de forma bem amadora. Alguns pequenos grupos se escreveram nos cursos e passaram a receber o material didático para acompanharem as aulas, segundo Pimentel (2010, p. 38), essa era “uma forma primária de recepção organizada”. Ainda em 1944, o SRE lançou, em parceria com a Associação Brasileira de Educação (ABE), o curso de férias para professores. O planejamento do SRE contava com iniciativas criadas a partir de pesquisas das necessidades de diferentes públicos-alvo para a produção de uma série de cursos, complementados com correspondência, priorizando três fatores, que segundo Pimentel (2010) seriam primordiais para o desenvolvimento do rádio educativo: “pesquisa, material de apoio e avaliação de resultados” (PIMENTEL, 2010, p. 39).

Fernando Tude de Souza, em 1950, deixou claro em um artigo escrito para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), sua experiência frente ao SRE nos anos anteriores. Pimentel (2010) afirma que, uma das grandes contribuições da análise desse período feita por Tude e registrada no texto sua percepção a respeito da relevância da programação adaptada às demandas da população, levando-se em conta as carências e peculiaridades regionais, com uma metodologia aplicável para os diferentes níveis de ensino. Tude ainda ressaltava a importância do rádio para a educação de adultos, principalmente para aqueles do meio.

Desse modo, o Serviço de Radiodifusão Educativa tornou-se, nas gestões de Fernando Tude de Souza, entre (1943 – 1951) e (1953 – 1956), um importante setor do governo, em especial nos anos do Estado Novo, (1937 – 1945), em que importantes órgãos governamentais marchavam com ações em direção ao estabelecimento de uma ordem nacionalista difusa especialmente, através da Educação. Ainda que, de certo modo, exercendo uma tentativa de neutralidade em nome da ciência, os objetivos sociais de um SRE voltado à formação da população, grande massa trabalhadora, vislumbrou uma organização do pensamento entre a população, que através das ondas do rádio, formavam conhecimento.

### **1.3 A Rádio Nacional: Uma voz do governo na Radiodifusão**

A Rádio Nacional foi inaugurada em 1936, após passar a integrar o grupo A Noite. Em 1931, os equipamentos e patrimônio do Jornal *A Noite* foram entregues à Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, como pagamento de dívidas. O grupo contava ainda com a S.A. Rio Editora e as revistas *A Noite Ilustrada*, *Carioca* e *Vamos Ler*. Com a incorporação, a visão da nova direção foi a de expandir a radiodifusão. Para os investimentos necessários, foi constituída a Sociedade Civil Brasileira Rádio Nacional, em maio de 1933. Após a aquisição do transmissor de 20kw, que pertencera à extinta Rádio Phillips, a Rádio Nacional do Rio, passou a ocupar o Edifício A Noite, situado na praça Mauá, na capital, tornando-se, a partir de 1936, uma grande potência radiofônica, sendo a quinta maior da América Latina.

A partir da incorporação da Rádio Nacional ao patrimônio da União, a direção ficou a cargo de Gilberto de Andrade<sup>21</sup>, com ele à frente da emissora, a Rádio Nacional alcançou uma audiência expressiva. Além de uma programação popular, a rádio contava ainda em sua programação com atrações direcionadas à educação e à civildade. Por fazer parte do Patrimônio da União, a emissora dispunha de verbas federais, o que fez com que na década de 1940, a Rádio Nacional abrangesse o Brasil de Norte a Sul.

A transformação da mais importante emissora da América Latina em retransmissora oficial do Estado Novo contribuiu estrategicamente para o sucesso do projeto de mitificação da imagem de Vargas e disseminação da propaganda autopromocional do governo (JAMBEIRO, 2003, p. 111).

O sucesso da programação garantia maiores investimentos em propagandas de empresas que viam no rádio e no seu perfil agregador, uma ótima estratégia comercial. A audiência era o fator chave para que uma programação fosse garantidora de rentabilidade financeira à rádio. Gilberto de Andrade, de forma pioneira, promoveu as medições de audiência dos programas que iam ao ar. Essa seção de estatística ficou bastante movimentada, pois através dela foi possível diagnosticar os programas mais ou menos rentáveis à emissora. Como afirma Jambeiro (2003, p. 110),

[...] foi a primeira emissora do país a introduzir nos seus quadros um setor de estatística para aferir a popularidade dos seus programas e artistas. Os resultados obtidos pelo setor serviam de argumento na conquista de novos anunciantes. A política financeira adotada por Andrade previa auto-suficiência da emissora através do seu faturamento. Em função disso, foram produzidos alguns programas de alta qualidade, o que lhe trazia fama e reconhecimento público.

Gilberto de Andrade tinha, por parte do governo e do DIP, liberdade para dirigir a emissora e realizar as adequações e modificações necessárias para o bom andamento da Rádio Nacional. A fim de alcançar uma audiência maior, tornado o governo mais próximo da população, a política financeira de Andrade a frente da emissora permitia que grandes investimentos fossem feitos, em programas de qualidade, com a finalidade de atrair os espectadores para toda a programação veiculada, mesmo àquelas que recebiam uma injeção menor de capital.

---

<sup>21</sup> Jornalista, ex-diretor das revistas *A Voz do Rádio* e *Sintonia*, ex-deputado estadual em Alagoas, ex-promotor público em Pernambuco, promotor do Tribunal de Segurança e um dos organizadores da censura teatral. Gilberto de Andrade manteve-se na direção da Nacional no período de 1940 a 1946. Acervo Virtual do CPDOC – acesso em 24 de outubro de 2018.

Para que a população se ligasse cada vez mais na programação da Rádio Nacional, a programação era bem diversificada, com atrações, notícias e entretenimento. Em 1943, foi iniciado o programa semanal *Um milhão de melodias*, com o patrocínio da marca Coca-cola, que foi lançada no Brasil neste mesmo ano e se lançou como o anunciante principal do programa. Segundo Romero (2014), o programa tinha um alto custo, que superava os ganhos com a publicidade. No entanto, seguindo a filosofia de Gilberto de Andrade, um programa altamente lucrativo cobriria os custos dos programas mais deficitários. Todos os setores da rádio eram patrocinados pelo faturamento global da rádio.

Ainda na perspectiva de uma programação que alcançasse o grande público de forma fiel, em agosto de 1941 foi lançado o *Repórter Esso*, programa de notícias que ia ao ar quatro vezes ao longo do dia. A primeira notícia a ser transmitida pelo programa foi o ataque aéreo da Alemanha à Normandia, na Segunda Guerra Mundial, até 1944, vários locutores levaram as notícias à sociedade brasileira. A partir de 1944, o gaúcho Herón Domingues, um dos locutores que já havia passado pelo microfone na Nacional na apresentação das notícias do Brasil e do mundo, tornou-se o primeiro locutor exclusivo do *Repórter Esso*. A credibilidade da população em relação às notícias veiculadas pelo programa era tão grande, que só se admita que uma notícia era de fato verdadeira, se fosse transmitida pelo *Repórter Esso*.

No entanto, foi em 1934 que teve início o Programa Nacional e, em 1938, ganhou o nome de *Hora do Brasil*<sup>22</sup>, sendo obrigatório a todas as emissoras, em mesmo horário, das 19h às 20h. O programa tinha como objetivo, a divulgação de todos feitos do governo e foi mais um instrumento de propaganda do Estado Novo. De acordo com Romero (2014), as discontinuidades nas políticas administrativas na Rádio Nacional, acabaram por enfraquecer sua estrutura financeira e seu desprestígio junto ao público.

Romero (2014) citando Saroldi (1984), afirma que A Rádio Nacional foi um importante instrumento de formação e informação do Brasil. Através de seus programas de auditórios, suas radionovelas, seus programas jornalísticos, culturais e educativos, a Rádio Nacional envolveu o Brasil em suas atrações, que ao mesmo tempo em que difundiam informações davam os traços de um discurso nacionalizador durante o governo repressor do Estado Novo.

O uso do rádio como veículo de aproximação do governo getulista com as grandes massas foi uma estratégia que deu à política do Estado Novo, a credibilidade necessária para a consolidação do regime. Mais especificamente, em relação à Rádio Nacional, sua

---

<sup>22</sup> Em 1971, o programa passou a se chamar *A Voz do Brasil*.

programação popular, os investimentos do governo e de patrocinadores e sua abrangência nacional corroboraram para a “mitificação” da figura de Getúlio Vargas diante da população ouvinte.

A presença do governo na sociedade através das ondas radiofônicas, estabeleceu um parâmetro de cumprimento de alcance ao cidadão, de forma mais abrangente possível, vislumbrada pelos ideais getulistas. É óbvio para nós, imaginarmos que o rádio, veículo de massa de grande influência social à época, foi bastante explorado, especialmente no que diz respeito aos seus usos educativos. Como já levantamos anteriormente, a educação foi o ponto nevrágico do Estado Novo, e sendo assim, os setores governamentais ligados à difusão, estavam sob a égide do Ministério da Educação. Seus gestores, marcavam o posicionamento do discurso Estado Novista, no intuito de uma organicidade social através da Educação para uma formação nacionalista do cidadão brasileiro.

No avançar da discussão, seguimos analisando o contexto da educação secundária no Estado Novo, a formação do professor secundarista diante das reformas Francisco Campos, em 1931 e Capanema, em 1932. Em que medida as novas diretrizes influenciaram a formação docente pré e durante o governo ditatorial? Apresentaremos ainda, a Universidade do Ar, o projeto que auxiliou o atendimento à legislação, elucidando, a partir de Chartier (1988), as apropriações e representações estabelecidas pelos professores da Universidade do Ar no contexto de seu lançamento.

## **2 UNIVERSIDADE DO AR: A FORMAÇÃO DO PROFESSOR SECUNDÁRIO TAMBÉM CHEGA PELO RÁDIO**

### **2.1 O Ensino Secundário em foco nas Reformas Educacionais do Ministério da Educação e Saúde**

A historiografia da educação sobre o ensino secundário coloca-nos diante de um segmento que após a Revolução de 1930, veio se configurando como espaço no qual, o novo governo poderia formar o cidadão com apreço à pátria, com base nos ideais da moral e de civismo, submetendo assim, a Educação às novas diretrizes políticas do Estado. A chegada de Getúlio Vargas à presidência após a revolução, impulsionada pelas correntes que defendiam as bandeiras do trabalho e da educação, fez crescer as aspirações por uma escolarização que desse conta de um ensino formador da elite intelectual e a mão de obra necessária ao trabalho nas indústrias. Para isto, o nível secundário configurava-se como mote das discussões a respeito das reformas necessárias para o avanço educacional, como mola propulsora para o avanço do país.

Na esteira das ações políticas do governo Vargas para o crescimento do país, a Educação tornou-se destaque pelo grande investimento na disseminação de concepções nacionalistas que foram vivenciadas não só no interior das instituições de ensino, como através da comunicação do governo com a sociedade. Diversas iniciativas colocaram o ensino no lugar de divulgador de concepções na direção da organização de um Estado nacionalista. Os projetos oriundos do Ministério da Educação envolviam a difusão através do rádio, a distribuição de cartilhas e revistas produzidas pelo DIP, órgão responsável pela monitoração da imprensa e propaganda no país durante boa parte do governo Vargas.

Desde a Reforma Rocha Vaz (1925), a construção de um cidadão dotado de ideais nacionalistas, pronto para agir em sociedade, com grande apreço ao país e aos governantes, ocupou centralidade nas intenções político-educacionais, figurada na instituição da disciplina Educação Moral e Cívica praticada nas escolas. Mais tarde, as reformas seguintes, trataram o cidadão de forma mais abrangente no ensino secundário. De acordo com Capanema<sup>23</sup> (1940 apud Dias 2013, p. 121), “em consonância com as finalidades do ensino secundário, todo

---

<sup>23</sup> Trecho do discurso a “Missão do Professor”, proferido pelo ministro Gustavo Capanema, no centenário do Colégio Pedro II



professor, em qualquer disciplina, deveria contribuir na formação da ‘personalidade intelectual, moral e cívica dos discípulos’”. Desse modo, denotava-se uma abrangência muito maior da importância da Educação Moral e Cívica, que deixou de ser uma disciplina específica, tornando-a presente em todas as disciplinas. Tal fato intensificou a presença do governo disseminada em boa parte das práticas escolares.

A Educação como campo fértil para a consolidação do regime ditatorial implicou numa série de ações que vieram ao longo dos anos de 1930, estruturando-se como tripé basilar do projeto nacionalista que, a partir de 1937, foi instaurado com o Estado Novo (1937-1945). Um desses agentes é o ensino influenciado pela vertente católica atuante no Ministério da Educação. Já na década de 1930, a discussão a respeito de uma educação laica tomava contorno nos debates sobre o tipo de ensino a ser oferecido a os estudantes nas escolas do país. Correntes liberais e correntes católicas disputaram espaços com projetos educacionais que, se por uma lado, seguindo a vertente liberal, queriam levar o ensino científico de bases democráticas à formação escolar, por outro, os representantes católicos marcaram posicionamentos nos órgãos e agências do governo a fim de garantirem que essa formação se daria com base na moral. Neste contexto, o Ministério da Educação e Saúde representava o espaço no qual essas disputas se dariam de forma mais intensa, tendo como representantes dessas correntes díspares, o educador baiano, Anísio Teixeira e o próprio ministro da Educação, Francisco Campos, (1930 – 1932)<sup>24</sup>.

Com a reforma Francisco Campos<sup>25</sup>, o ensino secundário, passou a ter além de seu caráter de acesso ao ensino superior, uma função social (DIAS, 2013). Até então, era um segmento de preparação para o ensino superior, suas disciplinas de caráter enciclopédico, constituíam dois ciclos com sete anos de duração, após a reforma Francisco Campos<sup>26</sup>, sob o Decreto-Lei nº 18.890/31, que estruturou o Ensino Secundário. O primeiro era chamado de curso secundário fundamental, com duração de cinco anos. O segundo era complementar em três grupos de cursos superiores: Engenharia e Agronomia; Medicina, Odontologia, Farmácia e Veterinária e Direito. Essa nova estrutura do ensino, a partir da Reforma Francisco Campos

---

<sup>24</sup> As disputas entre as duas correntes, resultou em duras críticas de Anísio, à Lei de Reforma do Ensino Secundário e Superior, editada em 1931 por Campos, como será discutido no capítulo 3 desse trabalho, em que analisamos os projetos em disputa em torno da Universidade do Ar.

<sup>25</sup> Primeira reforma educacional de nível nacional realizada pelo então Ministro da Educação, Francisco Campos. A reforma proporcional organicidade ao ensino secundário, profissional e superior.

<sup>26</sup> Primeiro ministro do Ministério de Educação e Saúde Pública no governo Getúlio Vargas, ficando no cargo de 1930, ano de fundação, até 1934. O conjunto de decretos-leis educacionais de 1931/1932, sancionados em sua gestão, regulamentaram a organização do ensino superior, secundário e comercial, mais procurados pelas elites, como competência federal. O ensino normal e o primário ou elementar continuaram como competência dos Estados.

(1931), trouxe também as ações de implementação, desenvolvimento e certificação da Educação Secundária e do Ensino superior configurando também esse espaço como lugar de difusão de ideias governamentais.

A partir de 1931, a função social do ensino secundário não se distingue apenas por ser preparatório à admissão dos alunos no ensino superior, mas sim, pela finalidade de construir ‘no seu espírito [do alunado] todo um sistema de hábitos, atitudes e comportamento que o habilitem a viver por si e tomar, em qualquer situação, as decisões mais convincentes e mais seguras’ (BRASIL, Decreto-lei n. 4244, Lei Orgânica do Ensino Secundário. *apud* Dias, 2013, p. 117)

O conjunto de hábitos, atitudes e comportamento que define o texto da lei demonstra o objetivo do governo na condução de uma educação que formasse comportamentos sociais adequados à concepção de nação estabelecida pelos ideais Vargasistas. Para tal intento, a Educação e a organização escolar, envolvendo seus principais atores, professores e alunos, era o pilar no qual se pautaria e se difundiriam o pensamento nacionalista. Sendo o ensino secundário voltado à formação das elites do país, o seu acesso representava um caminho de merecimento, institucionalizado pelos exames de acesso que afunilavam as oportunidades e perpetuavam o ensino e conhecimento para uma gama seleta de estudantes.

O acesso ao ensino secundário era os exames de admissão, instituídos em 1931 e permanentes até o ano de 1971. Durante anos, “os exames foram o rito de passagem carregado de significados e simbolismos, uma espécie de senha para a ascensão social”. (NUNES, 2000, p. 45). Para o efetivo ingresso ao ginásio, alguns requisitos eram exigidos e fiscalizados pelo serviço de inspeção escolar, do Ministério da Educação, serviço esse também instituído a partir de 1931, na reforma Francisco Campos, com a finalidade de acompanhar, fiscalizar e atender às demandas administrativas das instituições escolares junto ao Ministério. Como forma de pleitearem sua matrícula, além de aprovação no teste, os estudantes deveriam ter idade mínima de 11 anos, serem aprovados no exame e estarem entre os classificados ao número de vagas disponíveis no ensino público; deveriam ainda pagar uma taxa de inscrição e ter em dia o comprovante de vacinação antivariólica.

De acordo com estudo realizado por Minhoto (2008), a respeito dos exames admissionais do ensino secundário, os alunos que prestavam o exame no 4º ano primário e não eram aprovados, continuavam a cursar a 5ª série elementar. Nos registros de prontuários analisados pela autora, muitos alunos eram aprovados e por causa da ausência de vagas nas escolas públicas, não ingressavam no ensino secundário. Já os alunos de instituições particulares não aprovados nos exames, cursavam a 5ª série e após esse ano adicional,

ingressavam no ginásio. Isso demonstra, segundo Minhoto (2008), que a educação secundária era buscada pelos estudantes. Para corroborar com essa hipótese, a autora, ao analisar os prontuários dos alunos do ensino secundário, aponta para a identificação de um aluno que, mesmo cursando o ginásio em escola particular, teve sua aprovação no exame admissional em um ginásio estadual. Tal circunstância nos leva a analisar que a não oferta de vagas no ensino público, pode ter sido o propulsor do crescimento de matrículas no ensino secundário privado.

O movimento de expansão vivenciado na educação secundária, nos anos de 1930 e 1940, em especial entre as escolas particulares, se deu dentre outros motivos, pela ausência de investimentos na criação de novas escolas públicas, que ofertassem a modalidade de ensino. Simultâneo a esse movimento, houve o aumento de alunos que buscavam os exames admissionais ao ginásio. Com isso, o número de escolas secundárias privadas no país, saltou, como pode ser verificado na tabela abaixo:

Tabela 1 - Instituto Brasileiro Geografia e Estatística – 1939 – 1940

Educação I – Ensino em geral

Movimento escolar segundo as modalidades específicas do ensino e a dependência administrativa

Modalidade do Ensino	Dependência Administrativa	Unidades Escolares	Corpo Docente	Matrícula		Frequência	Aprovação em geral	Conclusão do curso
				Geral	Efetiva			
Ensino Médio								
Secundário:								
Fundamental	Federal	2	217	2.409	2.309	2.142	1.325	185
	Estadual	68	1.415	23.623	22.725	20.318	16.796	2.428
	Municipal	26	430	5.047	4.919	4.536	3.757	460
	Particular	414	5.680	73.324	70.382	64.889	61.255	6.871
	<b>Total</b>	<b>510</b>	<b>7.742</b>	<b>104.403</b>	<b>100.335</b>	<b>91.885</b>	<b>83.133</b>	<b>9.944</b>
Complementar	Federal	9	111	1.239	1.166	1.080	637	129
	Estadual	10	95	691	642	560	558	124
	Municipal	1	24	181	162	135	98	98
	Particular	22	164	1.135	1.125	961	677	267
	<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>394</b>	<b>3.246</b>	<b>3.095</b>	<b>2.736</b>	<b>1.970</b>	<b>618</b>

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil

Ano V, 1939 – 1940. P. 715

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – P, 764

Os dados que se apresentam no *Anuário Estatístico do IBGE* sintetizam os números referentes à Educação secundária com base no ano de 1936. A apresentação dessa estatística

colabora para compreendermos como que na metade da década de 1930, cinco anos após a promulgação da lei que reformou o ensino e estabeleceu novas diretrizes legais para o funcionamento do ensino secundário, o crescimento das escolas particulares é uma realidade comprovada pelos levantamentos do IBGE. Esse expoente avanço vivido pela iniciativa privada nos faz observar em números, que a conclusão desse nível em instituições particulares de ensino, se dava em quantitativos bem avançados em relação aos estudantes de escolas públicas, o que Minhoto (2008), atribui ao difícil acesso dos estudantes ao ensino secundário público, influenciado pelos exames admissionais e pela oferta de vagas insuficiente nesse segmento de ensino.

A educação secundária permaneceu no *locus* do Ministério da Educação desde sua organização em 1931, sendo levada a um lugar de destaque pela Reforma Francisco Campos, consolidando-se na Lei Orgânica da Educação Secundária, a chamada Reforma Capanema, em 1942<sup>27</sup>. Neste caminho, o Decreto-Lei 4.244/42, tornou a inspeção escolar não só administrativa, mas também pedagógica. Com isso, a expansão do ensino de moral e cívica a todas as disciplinas do currículo ampliou o controle e a centralização do Estado sobre a formação escolar, especificamente no ensino secundário em que os professores eram inspecionados, inclusive em seu trabalho pedagógico nas turmas nas quais lecionavam. Segundo Dias (2013), com essa medida o Estado passou a ditar o modelo de trabalho do professor, no monitoramento das atividades escolares, as quais deveriam estar em consonância com as concepções pedagógicas do Ministério da Educação na função política de educar.

A Reforma Capanema constituiu o conjunto de decretos que regulamentou o ensino industrial<sup>28</sup>, estruturou o ensino comercial e inovou, criando o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI<sup>29</sup>, e ao ensino secundário, a nova legislação trouxe o ensino em ciclos<sup>30</sup>. A reforma instaurada por Capanema teve como proposição, prosseguir com o trabalho de elevação do ensino secundário, já proposto por Francisco Campos em 1931. Na exposição da lei, a finalidade do ensino secundário era a de formar uma juventude com consciência patriótica, que seria a elite dirigente do país. A divisão do ensino secundário em ciclos, veio corroborar, uma formação cultural humanística voltada às elites que tinham

---

<sup>27</sup> Conjunto de decretos-lei que organizou a educação secundária, profissional e superior, dentro dos ideais histórico-políticos do Estado Novo (1937 – 1945).

<sup>28</sup> Decreto-lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942

<sup>29</sup> Decreto-lei n. 4.048, de 22 de janeiro de 1942, que instituiu o SENAI

<sup>30</sup> Decreto-lei n.4.244 de 9 de abril de 1942, que organizou o ensino secundário em dois ciclos: o ginásial, com quatro anos, e o colegial, com três anos;

acesso a esse nível de ensino. O estudo de língua estrangeira, de Geografia e História da pátria, ganhou destaque entre as disciplinas cursadas pelos estudantes, atendendo assim, à proposta de Educação do governo.

No contexto educacional secundarista, no Estado Novo, o professor pode ser observado como o articulador entre os ideais governistas de nação e a formação de uma juventude preparada para atuar na sociedade. Movimentos de mobilização dos estudantes de Ensino secundário como a Organização Nacional da Juventude<sup>31</sup>, idealizado por Francisco Campos e executado durante a gestão de Gustavo Capanema, impulsionado pelos educadores e políticos de vertente católica, tornaram-se centrais na formação do estudante no ensino secundário. Observamos na análise do ensino secundário dos anos de 1930 e 1940, que as intenções do governo Vargas com relação à educação secundária eram dar ao aluno, uma formação voltada à compreensão de si como cidadão brasileiro, com amor à pátria, preparando-o para o exercício da cidadania através de valores morais e religiosos difundidos pelo ensino escolar. Tanto na reforma Francisco Campos (1931), quanto na reforma Capanema (1942), as aspirações da corrente católica de ensino ganharam força e se consolidaram na base da educação secundária, através do ensino de moral e cívica e do grande número de escolas confessionais católicas atuantes no ensino secundário, uma vez que como vimos, não eram ofertadas a todos os estudantes, lugar no ensino público.

### 2.1.1 A Formação docente para o ensino secundário, um novo caminho a partir das reformas Francisco Campos (1931) e Capanema (1942)

A formação do professor para o ensino primário era um ponto já em explorado nas discussões a respeito da preparação para o magistério. Esses eram preparados nas escolas normais e nos institutos de educação, a questão a ser definida para o atendimento à lei que regia a educação secundária desde 1931 era, e a formação para os professores atuantes no ensino secundário, em que espaço se daria sua formação? Francisco Campos, enfático ao declarar “O ensino no Brasil é um ensino sem professores, isto é, em que os professores se criam a si mesmos, e a toda a nossa cultura é puramente autodidática” (Francisco Campos

---

<sup>31</sup> A Organização Mundial da Juventude foi um movimento idealizado por Francisco Campos, porém, duramente combatido no interior do governo, por apresentar uma organização de caráter paramilitar. Anos mais tarde, em 1940, já na gestão de Capanema, o projeto foi reeditado, mantendo-se apenas como um movimento de caráter cívico, voltado para o culto dos símbolos nacionais.

apud Dias, 2011, p. 2). Tal afirmação, alude o magistério secundário sem a devida capacitação dos que não dispunham de uma formação adequada para o trabalho na educação secundária.

A formação docente, até 1931, se dava durante o ensino secundário, através dos cursos normais. A criação de uma instituição que formasse os professores que lá atuavam era uma preocupação da reforma. Assim, a Faculdade de Educação, Ciências e Letras, preconizada pela lei reformadora do ensino secundário, se daria, de acordo com Dias (2013), em duas vertentes, cultural e paradigmática. A primeira, ponderada por Francisco Campos, pois para ele, o Brasil não estaria preparado para receber um instituto de alta cultura, uma vez que a formação superior praticada no país até então, servia à profissionalização, através das áreas de Medicina, Direito e Engenharia. De acordo com Dias (2011, p. 2), “[...] esta faculdade deveria ter caráter especial e misto de cultura e papel eminentemente utilitário e prático.” Cabendo assim, ao curso de Educação, responsável pela formação dos professores, o caráter prático, paradigmático dessa instituição.

O registro de professores, a criação de instituição própria para a formação desses professores e a equiparação ao Colégio Pedro II pelos estabelecimentos de ensino a oferecerem a Educação Secundária foram inovações que aludiram a um novo momento no contexto educacional e, especificamente, refletindo na formação de professores. De acordo com as normas legais estabelecidas, os estabelecimentos de ensino poderiam requerer, junto à Divisão de Ensino a equiparação para o oferecimento do ensino secundário, no entanto, seus professores deveriam estar inscritos no Registro de Professores, uma espécie de autorização para ensinar. A licença conferida pelo Ministério da Educação estaria assim, atrelada à habilitação dos professores, a qual deveria ser feita em ensino superior, a partir da criação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras, com criação também prevista na reforma. “A intenção era criar um dispositivo de formação obrigatório, incontornável até para os professores que já estavam em exercício” (DIAS, 2011, p. 1)

Previa a lei, que os professores já atuantes no ensino secundário teriam direito a uma licença provisória, mas a devida regularização junto ao Registro de Professores só se efetivaria após a obtenção do diploma conferido pela Faculdade. Havia ainda, a possibilidade desses profissionais serem avaliados pelas bancas da instituição de ensino superior. No entanto, a criação dessa instituição, enfrentou diversos embates políticos<sup>32</sup>. Desde sua previsão como Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, até sua implementação efetiva, em 1940, o papel de formação docente foi realizado pela Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi),

---

<sup>32</sup> Como será retomado e discutido no capítulo 3.

revelando o modelo de formação do ensino secundário concebido pelo governo do presidente Getúlio Vargas.

A formação de professores secundários praticados pela FNFi seguiu o modelo que ficou conhecido como 3 + 1, triunfante no embate de forças entre as correntes de liberais e católicas de ensino nos anos de 1930. Essa formação exigia o bacharelado, em que as disciplinas a serem lecionadas pelos futuros professores, eram priorizadas, deixando em segundo plano a formação docente específica. Essa formação representou uma dicotomia na formação global docente, uma vez que, em primeiro lugar se daria a formação no bacharelado, para em um segundo momento, haver uma formação pedagógica, o que, segundo Dias (2001, p. 9), “criou dois universos distintos e justapostos [...] Consiste numa concepção que enfatiza o domínio dos conteúdos da disciplina a ser ensinada mais do que a formação no ofício de ensinar”. A formação ficava assim, em grande parte, voltada para o conhecimento enciclopédico e as disciplinas voltadas para a preparação filosófica e metodológica desse professor encontrava deficiente espaço na constituição desse estudante como um educador reflexivo.

A diretriz do Ministério da Educação era, como podemos inferir, a de valorizar com apoio aos setores educacionais católicos, a formação pautada no ato de ensinar, era de certo modo, vivenciada de forma complementar. De acordo com Dias (2013), houve empenho de Capanema no desmonte da Universidade do Distrito Federal (UDF), criada em 1935, por Anísio Teixeira, que representava um ícone da Escola Nova. Se por um lado o ensino na UDF valorizava “profundamente o ensino de disciplinas como Filosofia e Sociologia”, por outro lado, a FNFi dava ênfase “à formação dos professores sob auspícios do civismo e dos valores da doutrina católica” (DIAS, 2013, p. 116).

Diante dos contextos que se entrelaçam e envolvem a formação dos professores nos anos de 1930 e 1940, podemos observar que no bojo das reformas, em especial durante o Estado Novo, o professor foi colocado no centro da questão, pois seria sua função “educar a juventude para a pátria. As bases do ensino amparadas pela vertente católica - na qual aos estudantes fossem-lhe “fortalecido caráter e cumprimento dos deveres morais” (DIAS, 2013, p. 121) - trouxe a tônica da formação destinada aos professores, dentro das reformas executadas nesse período. Regulamentações essas que constituíram um grupo de políticas educacionais destinadas à organização das instituições escolares e da formação docente, formando assim um “estatuto social da profissão”<sup>33</sup>. Deste modo, a formação de professores

---

<sup>33</sup> Termo utilizado por Dias (2013) ao conceituar “apostolado cível”.

representou o fio essencial para a costura pretendida pelo Governo entre, as concepções católicas de moral e civismo e a preparação do jovem no ensino secundário, capaz de atuar socialmente nesse contexto nacionalista.

## **2.2 No Ar: a Universidade que vai formar professores**

Várias experiências educativas foram vivenciadas através das ondas do rádio no período de vigência do Estado Novo (1937-1945). No entanto, um projeto nos parece de grande relevância nesse período, a Universidade do Ar. Iniciada em 1941, pelo Ministério da Educação e Saúde durante a gestão de Gustavo Capanema, o programa esteve sob a supervisão da Divisão de Ensino Secundário (DES), na direção da professora Lucia Magalhães<sup>34</sup> e pela Rádio Nacional, na pessoa de seu diretor, Gilberto de Andrade. O projeto destinava-se à formação de professores para atuarem no ensino secundário, permanecendo como parte integrante da programação da Rádio Nacional de 1941 a 1944, marcando de forma enfática, os novos caminhos pelos quais a educação poderia trilhar, tendo como elemento auxiliar um novo veículo de comunicação em massa.

A Universidade do Ar teve seu início no dia 19 de abril de 1941, através das ondas da Rádio Nacional (PRE-8), data escolhida para celebrar o aniversário do presidente Getúlio Vargas. O objetivo do projeto era o de levar formação metodológica, semelhante ao curso ministrado na Faculdade de Filosofia - instituição responsável pela formação docente para o ensino secundário - aos professores de escolas em todo o país. Segundo Salgado (1946,), a Universidade do Ar tinha como intuito impulsionar a formação pedagógica dos professores atuantes nas instituições escolares com os seguintes objetivos: apresentar ao aluno a disciplina discutindo os meios de dirigir e reter a sua atenção; constituir-se como meios de intensificar o interesse do aluno pela matéria; “1) constituir os meios de verificar o aproveitamento do aluno e despertar nele o desejo de aprofundar a matéria; 2) Bibliografia para o professor”.

O corpo docente designado para dar voz a esse projeto era composto por professores, que formavam, na afirmação de divisão de rádio do DIP Julio Barata, “um pequeno pelotão de mestres, que vão cooperar com o governo na tarefa de preparar outros mestres” (A Noite, 22/04/1941, p. 2). A escolha desses educadores, feita por Lucia Magalhães, diretora da

---

<sup>34</sup> Escritora e diretora da Divisão de Ensino Secundário do Ministério da Educação e Saúde Pública (1934 – 1945).



divisão de Ensino Secundário, dava à Universidade do Ar a credibilidade necessária e pretendida pelos ideais nacionalistas do Estado Novo.

De acordo com o levantamento feito por Salgado em 1946, os professores e disciplinas escolhidos por Lucia de Magalhães, diretora da Divisão do Ensino Secundário do Ministério da Educação e Saúde para o curso na Universidade do Ar foram os seguintes:

Quadro 1 - Professores da Universidade do Ar por disciplina

Clóvis Monteiro .....	Literatura Luso-Brasileira
D. Maria Junqueira Schmdit.....	Língua e Literatura Francesa
Abgar Renaut .....	Língua e Literatura Inglesa
Fernando Barata .....	Língua e Literatura Latina
Antenor Nascentes .....	Língua e Literatura Espanhola e Hispano-Americana
Jonathas Serrano .....	História do Brasil
José Veríssimo da Costa Perreira .....	Geografia do Brasil
João Batista de Melo Souza .....	História da Civilização
Carlos Delgado .....	Geografia Geral
Francisco Venâncio Filho .....	Física
João Pessequeiro do Amaral .....	Química
Cândido Melo Leitão .....	Biologia
Roberto Peixoto .....	Matemática
Fernando Nereu Sampaio .....	Desenho
João Barreto Filho .....	Introdução à Filosofia
Teobaldo de Miranda Santos .....	História e Filosofia da Educação
Alceu Amoroso Lima .....	Sociologia
Lourenço Filho .....	Psicologia Educacional
Alair Antunes .....	Fundamentos Biológicos da Educa-

	ção
Fernando da Silveira .....	Estatística Educacional
Isabel Junqueira Schmdit .....	Orientação Educacional

Fonte: A Radiodifusão Educativa no Brasil. Álvaro Salgado, 1946, p. 87

É importante esclarecer que Salgado (1946) refere-se à escolha dos professores selecionados por Lucia Magalhães, que integraram a totalidade do projeto. Durante sua permanência no ar, o curso da Universidade do Ar viveu a expansão de disciplinas, o que fez rotacionar os docentes. Assim, não foi possível identificar nesse levantamento, quem foram os professores que concluíram como docentes no programa, até mesmo pelo fato de não ter sido localizado um documento, entre as fontes, no qual fosse possível termos essa clareza. No entanto, como professores que deram início à Universidade do ar, Romero (2014, p. 55), nos traz os seguintes nomes:

Quadro 2 - Professores da Universidade do Ar – Instituição de Origem

<b>Professor</b>	<b>Instituição de Origem</b>	<b>Disciplina</b>
Antenor Nascente	Professor do Colégio Pedro II	Língua Portuguesa
Maria Junqueira Schmidt	Catedrática da Prefeitura do Distrito Federal e diretora da Escola Amaro Cavalcante, da Comissão Nacional do Livro Didático	Francês
Abgar Renaut	Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação, da Comissão Nacional do Livro Didático	Inglês
Julio Barata	Ex Catedrático do Colégio Pedro II, diretor da Divisão de Rádio do DIP	Latim
Jonathas Serrano	Professor do Colégio Pedro II, membro do Conselho Nacional de Educação e da Comissão Nacional do Livro Didático	História do Brasil
Delgado de Carvalho	Professor da Faculdade Nacio-	Geografia Geral e do Brasil

	nal de Filosofia da Universidade do Brasil, da Comissão Nacional do Livro Didático	
J. B. M. Souza	Professor do Instituto de Educação do Distrito Federal	História da Civilização
Francisco Venâncio Filho	Professor do Instituto de Educação do Distrito Federal	Ciências
C. Melo Leitão	Professor da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, da Comissão do Livro Didático	História Natural
J. C. Melo e Souza	Professor da Escola Nacional de Belas Artes da Universidade do Brasil	Matemática; Fernando R. Silveira
Fernando R. Silveira	Professor do Instituto de Educação do Distrito Federal	Noções de Estatística

Produzido por nós. Fonte: Romero, 2014.

Figura 3 - Professores da Universidade do Ar reunidos



Fonte: CPDOC, acervo digital. Acessado em: 19/03/ 2018. Da esquerda para a direita: (sentados) Abgar Renaut (2º), Lúcia Magalhães e Lourenço Filho (6º). Os demais, não há registros no acervo<sup>35</sup>.

<sup>35</sup> A figura 3 foi o registro do corpo docente da Universidade do Ar em 1942. Não há descrições na base de dados consultados no CPDOC sobre quem eram os demais professores presentes.

Carlos Delgado de Carvalho, nascido no Brasil e educado na Inglaterra, na Suíça e na França, formou-se em Direito nesses países. No Brasil, aprofundou seus estudos em Geografia e lecionou Sociologia no Colégio Pedro II, em 1920, onde exerceu também o cargo de Diretor do Externato. Em 1940, ingressou na Faculdade Nacional de Filosofia, como catedrático de História Moderna e Contemporânea.

Antenor Nascente, estudioso de grande relevância para a língua portuguesa, escritor da primeira gramática brasileira, ocupou a cadeira de n.03 na Academia Brasileira de Filologia; Maria Junqueira Schmidt, professora de francês, escritora de diversas obras sobre Pedagogia, ensino de língua e Literatura estrangeira. Pioneira no estudo de Orientação e Supervisão escolar;

Jonatas Serrano, educador católico que participou do movimento de renovação educacional da Escola Nova, professor de História do Brasil, Membro e participante da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Membro do Centro Dom Vital do Rio de Janeiro, escritor de vários artigos na Revista "A Ordem". Publicou grande número de obras didáticas e exerceu ativa militância como líder católico. Foi grande incentivador do ensino pelo rádio e pioneiro no estudo do cinema na educação.

Fernando Rodrigues da Silveira, professor de Noções de Estatística, formado pela Faculdade Nacional de Medicina, ainda jovem fez a opção pela carreira do magistério. Lecionou na Escola Politécnica, na Universidade Rural e no Instituto de Educação, onde chegou a assumir o cargo de diretor, foi botânico itinerante no Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Lutou pela criação da Universidade do Distrito Federal, depois Universidade do Estado do Rio da Guanabara, hoje Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Abgar Renault, professor, recebeu a cátedra de Inglês Colégio Pedro II do Rio de Janeiro e se tornou suplente de Literatura Inglesa na antiga Universidade do Distrito Federal (1936-1938), e de Inglês na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, na Faculdade de Filosofia Santa Úrsula, na Faculdade de Filosofia do Instituto Lafayette do Rio de Janeiro e na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais (1950-1967). Após exercer cargo de deputado, foi assistente da Secretaria de Educação do antigo Distrito Federal (1935-1937) e Diretor do Departamento Nacional de Educação (1938-1946), onde lhe cabia a responsabilidade maior junto ao Ministro Gustavo Capanema, amigo e colega inseparável.

Francisco Venâncio Filho, professor de Ciências, oriundo do Colégio Aquino do Rio de Janeiro. Formou-se em engenharia civil em 1916. Fez parte do Corpo Docente da Escola

---

Normal, que mais tarde constitui-se no Instituto de Educação. Integrou o grupo de escolanovistas, que trabalhou na reestruturação do ensino, fazendo nascer a Universidade do Distrito Federal. Participou ativamente do movimento capitaneado pela Associação Brasileira de Educação (ABE), sendo ainda um dos signatários destacados do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova (1932). Dedicou-se à renovação do ensino das ciências exatas, interessando-se também pelo processo de formação da sociologia brasileira, em especial a obra de Euclides da Cunha.

Júlio Carvalho Barata, professor de Latim, atuou ao longo de sua vida, no Distrito Federal. Professor de Filosofia, pleiteou a cátedra no Colégio Pedro II, mas não foi aprovado. Participou da criação do curso de Filosofia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Professor João Batista de Mello e Souza, professor de História da Civilização. Realizou o curso integral de Humanidades no Colégio Pedro II, onde em 1905, recebeu o título de bacharel em Ciências e Letras. Formado também em Ciências Jurídicas na então Faculdade de Direito da Universidade do Brasil. Nesta época já era professor da antiga Escola Normal, depois Instituto de Educação.

Cândido Firmino de Melo Leitão, professor de História Natural, foi diretor de Zoologia do Museu Nacional em abril de (1931-1937). Foi ainda, presidente da Academia Brasileira de Ciências de (1943-1945); Júlio César de Mello e Souza, fez carreira de professor de matemática no Colégio D. Pedro II, chegando a catedrático, tanto no D. Pedro II, como também na Escola Normal, posteriormente Instituto de Educação. Escreveu um total de 51 livros sobre a disciplina, sendo um crítico severo da didática tradicional dos cursos de matemática da primeira metade do século XX.

Diante do seleto grupo de professores escolhidos para dar início à Universidade do Ar, é possível observarmos a cooptação de influentes educadores do cenário nacional. Mais tarde, nos anos seguintes, a vinda de Alceu Amoroso Lima e Dom Hélder Câmara ao quadro docente, por exemplo, representaram a influência da corrente católica de ensino ainda mais atuantes no programa. Outro ponto que é possível identificarmos, é o elevado número de professores, em detrimento das professoras no projeto. Por ser a Universidade do Ar voltada aos professores do ensino secundário, esse fato corrobora com a hipótese de que o professorado das Universidades e do próprio ensino secundário era constituído, em grande parte, pela presença de educadores, como é possível percebermos na imagem 3.

As aulas oferecidas através do rádio eram transmitidas todos os dias, às 18h45 com exceção das quintas-feiras e domingos. As disciplinas eram ministradas duas vezes ao mês,

intercaladas com aulas de Português, Francês, Inglês, Latim, História do Brasil, História da Civilização, Geografia Geral e do Brasil, Ciências, História Natural, Matemática e Noções de Estatísticas. Aos professores do ensino secundário que desejassem cursar as disciplinas, bastava realizar sua inscrição e enviar o formulário disponível no Jornal *A Noite* e enviar pelos Correios à Rádio Nacional. Ao final do curso, os alunos deveriam elaborar um trabalho, que ficava a critério de cada professor do programa, sua criação. Durante todo o período da disciplina, o aluno poderia comunicar-se com os seus professores do rádio, através de cartas.

Segundo Salgado (1946, p. 87), em 1941, as matrículas na Universidade do Ar somavam 4.329 alunos inscritos, predominantemente da região sudeste, o que representou uma grande procura pela formação proporcionada pelo programa. No ano de 1941 foram, em média, segundo Salgado, 20 aulas de cada matéria oferecida pelo projeto naquele ano. Ainda segundo o autor, em 1942 as aulas foram ampliadas e a Universidade do Ar passou a oferecer disciplinas de Ciências, Didática, Pedagogia e Letras, do programa das Faculdade de Filosofia, o que justifica o grande número de professores trazidos por Salgado como integrantes no corpo docente do programa.

Em 1943, o total de alunos inscritos no curso era de 1.548, no entanto, 286 certificados foram entregues. De acordo com o levantamento de Salgado (1946, p. 89), os alunos se distribuía da seguinte forma:

Quadro 3 - Relação de inscritos por disciplina em 1943

Português .....	167 alunos
História Geral .....	118 alunos
História do Brasil .....	118 alunos
Francês .....	114 alunos
Matemática .....	110 alunos
Latim .....	105 alunos
Inglês .....	95 alunos
Geografia Geral.....	90 alunos
Geografia do Brasil .....	79 alunos
Ciências Físicas e Naturais e Química .....	73 alunos
Psicologia Educacional .....	72 alunos
Sociologia .....	60 alunos
Organização do Ensino Secundário .....	56 alunos

Introdução à Filosofia .....	56 alunos
Física .....	46 alunos
Filosofia da Educação .....	46 alunos
Biologia .....	44 alunos
Fundamentos Biológicos da Educação .....	37 alunos
Espanhol .....	37 alunos
Estatística Educacional .....	25 alunos

Fonte: A Radiodifusão Educativa no Brasil. Álvaro Salgado, 1946, p. 88

Dados desse ano disponíveis na relação de alunos inscritos e aprovados, como consta nos apêndices<sup>36</sup>, demonstram que, dos inscritos na disciplina História do Brasil, somavam-se 52 alunos totais, dos quais, 38 eram de escolas particulares, Dessas, 16 eram confessionais: Ginásio Nossa Senhora Soledade – Salvador; Colégio Notre Dame Siom – Distrito Federal e Petrópolis; Colégio Santa Catarina – Juiz de Fora; Colégio Nossa Senhora da Misericórdia – Distrito Federal; Colégio Anchieta – Porto Alegre; Colégio Santa Marcelina – São Paulo e Distrito Federal; Colégio Nossa Senhora Auxiliadora – Rio Grande do Sul; Colégio Madre Gabrini – São Paulo; Escola e Ginásio Nossa Senhora de Lourdes – São Paulo; Colégio Sagrado Coração de Jesus – São Paulo.

Ao final da disciplina, dos 23 trabalhos aprovados pelo professor Jonathas Serrano 16 professores eram de escolas confessionais, dos quais, todas eram mulheres, entre religiosas ou não. Havia 2 alunas aprovadas somente com definição de suas cidades. Já os professores aprovados, somavam 5, sendo 2 de escolas públicas, outros 3, somente com a distinção das cidades a que pertenciam. No que diz respeito a distribuição geográfica desses professores, 13 eram do Rio de Janeiro, 6 de Minas Gerais, 2 de São Paulo e 2 da Bahia.

O caráter do projeto da Universidade do Ar não era o de substituir o ensino superior, mas sim, o de dar aos professores atuantes na educação secundária, o contato com o conhecimento metodológico nas disciplinas em que lecionavam. Segundo Silva (2016, p. 299), “era uma oportunidade para obter certificados de aprovação nas disciplinas do curso secundário em suas metodologias de ensino, já que seus certificados eram expedidos com o reconhecimento da FNFi”. O autor, ao elaborar um estudo a respeito de Jonathas Serrano<sup>37</sup> em sua atuação

<sup>36</sup>Apêndices A e B – Relação de Inscritos na disciplina História do Brasil para o ano de 1943 e Relação de aprovados no mesmo ano.

<sup>37</sup>Educador católico, professor de História do Colégio Pedro II e grande incentivador do ensino pelo rádio. Autor de títulos que marcaram o ensino de História do Brasil.

como intelectual mediador através do rádio, analisa a carta<sup>38</sup> de uma professora secundarista que corrobora com essa afirmação. A mensagem enviada pela aluna em 02 de maio de 1942, questiona ao professor a respeito do reconhecimento do certificado.

Dr. Jonathas Serrano

Cordiais Saudações.

Desde o ano passado fui sua aluna na Universidade do Ar. Mas, motivos imperiosos me impediram de continuar o curso. Soube que foi dado aos alunos que concluíram os estudos certificados para lecionar em qualquer ginásio do país [...] (Almeida, 1942 apud Silva 2016, p. 300)

A professora secundarista Orsina Novaes Almeida demonstra o envolvimento dos professores secundaristas com o programa já que uma das exigências da Reforma Capanema (1942) - a qual discutiremos em seus desdobramentos mais a frente - foi o Registro de Professores. Para o efetivo exercício na educação secundária, o professor deveria estar devidamente nele inscrito no Registro Nacional de Professores e para isso, havia a exigência da certificação pela Faculdade Nacional de Filosofia.<sup>39</sup> Dizia o texto da lei constituinte da Reforma Francisco Campos que: “[...] dois anos depois de diplomados os primeiros licenciados da Faculdade de Educação, Ciências e Letras, será condição necessária para a inscrição no Registro de Professores a exibição do diploma conferido pela mesma faculdade<sup>40</sup>” (Brasil, 19.890/31, art. 72). Ou seja, após dois anos dos primeiros diplomados pela Faculdade de Educação, todos os professores atuantes no ensino secundário deveriam estar incluídos no Registro Nacional e para tal, necessitavam do certificado de formação docente.

O curso difundido pelas ondas curtas da Rádio Nacional possibilitou um grande alcance no país. Podemos inferir que professores das diversas regiões brasileiras tiveram acesso aos conteúdos selecionados e à cultura que poderiam tornar a sua prática mais proveitosa. Serrano (1940 apud Silva 2016), aponta que os alunos da Universidade do Ar, muitas vezes distantes de qualquer tipo de contato com bibliotecas e referenciais culturais, nessa nova experiência, poderiam estabelecer contato com importantes atores do contexto cultural, uma vez que os professores da Universidade do Ar eram docentes com grande

---

<sup>38</sup> Correspondência essa, a que não tivemos contato nos arquivos pessoais do professor Serrano, no Arquivo Nacional (RJ)

<sup>39</sup> Silva (2016) afirma que houve uma insegurança jurídica entre os docentes da educação secundária com o decreto-lei nº 1.190/39, que criou a Faculdade Nacional de Filosofia, responsável então pela formação dos professores secundaristas. Esta lei foi inoperante, devido suas várias contestações legais advindas da não criação da instituição própria para essa formação, como exigiu em lei, a reforma de 1932.

<sup>40</sup> Citação literal da lei 19.890/31



prestígio acadêmico no Distrito Federal. Todos com formação de excelência, portadores dos currículos mais expressivos do magistério.

Ainda nas palavras de Abgar Renault, um dos entusiastas da trindade patriótica, termo já discutido na introdução desse trabalho, em sua palestra de inauguração da Universidade do Ar, é clara a preocupação do Ministério da Educação e Saúde com a formação do professor secundarista. De acordo Renault (1941 apud SILVA, 2016, p. 291), “[...] é lamentável a dificultosa formação autodidática a que a maioria de nossos professores se viu a ainda se vê condenada [...]”, formação essa que com a chegada da Universidade do Ar, seria possível a aproximação do trabalho pedagógico do professor secundarista ao ensino de sua disciplina de forma mais facilitada, de acordo com as orientações metodológicas difundidas no programa.

Assim, para atender à demanda de professores que exerciam o magistério, mas com inconsistências em suas formações, devido ao pouco tempo destinado à formação docente, ou ainda, aqueles que não haviam ainda trilhado o ensino superior, a Universidade do Ar tornou-se mais que um incentivo à formação universitária, mas uma possibilidade de regulamentação de sua atividade profissional, junto ao Ministério da Educação e Saúde Pública, além contribuírem ainda com o campo de atuação do professor nas escolas particulares, que dependiam desse registro docente, para a equipararem-se ao Pedro II.

Figura 4 - Folheto com o cronograma das aulas da Universidade do AR

<b>PRE-8</b>		<u>UNIVERSIDADE DO AR</u>				
<b>SOCIEDADE RADIO NACIONAL</b>		<u>ESCALA DAS AULAS</u>				
Ed. de A NOITE, 22º and. - Tel. 23-1910						
	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	
A. Nascentes	22	6 21	6 21	7 22	6 22	
M. J. Schmidt	23	7 23	7 23	8 23	8 23	
A. Renault	19	9 24	9 24	9 25	9 25	
J. Barata	25	10 26	10 25	11 26	11 26	
J. Serrano	26	12 27	11 27	12 28	12 27	
J. B. M. Souza	28	13 28	13 28	14 29	13 29	
C. D. Carvalho	29	14 30	14 30	15 30	15 30	
F. Venâncio F.	30	16 31	16	1 16	1 16	
C. M. Leitão		2 17	2 17	2 18	2 18	
J. C. M. Souza		3 19	3 18	4 19	4 19	
R. F. Silveira		5 20	4 20	5 21	5 20	

PRECISAMENTE ÀS 18.45

ACERVO: INSTITUTO MALBA TAHAN

Fonte: Acervo Instituto Maba Tahan. Acesso em 10 de julho de 2017.

Os professores relacionados na escala das aulas representam os docentes que receberam a missão de dar vida ao projeto Universidade do Ar. Como é verificado, as aulas começavam precisamente às 18h45 e cada disciplina contava com sua quantidade específica de aulas, já pré-determinada para cada mês de transmissão. Verificando a escala, podemos observar que as aulas ocorriam duas vezes ao mês para cada disciplina, Língua Portuguesa, Francês, Inglês, Latim, História do Brasil, História da Civilização, Geografia Geral e do Brasil, Ciências, História Natural, Matemática e Estatística, que eram as áreas de conhecimento das disciplinas lecionadas no ensino secundário, portanto a necessidade de formação pedagógica com metodologias de ensino para os docentes que atuavam nesse nível de ensino. É importante ressaltar que, entre 1942 e 1944, segundo Silva (2016), novos nomes foram associados ao programa, professores como Lourenço Filho, professor de Psicologia no Instituto de Educação; Alceu Amoroso Lima, professor de Sociologia e o Pe. Dom Hélder Câmara, professor de processos de Didática, ambos da FNFfi e da Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ), passaram a compor o corpo docente da Universidade do Ar.

Diante da análise realizada da documentação pertencente ao fundo pessoal do professor Jonathas Serrano, disponibilizada pelo Arquivo Nacional, alguns indícios demandam das aulas ministradas por ele, das cartas e comunicados da direção da Rádio Nacional, feitos diretamente ao professor. Não por uma escolha involuntária, o docente encarregado de difundir conhecimentos históricos a respeito da pátria foi Jonathas Serrano, até 1943, como registra Silva (2016). Segundo o autor,

[...] a trajetória e a produção letrada de Jonathas Serrano são significativas de um intelectual que participa tanto do processo de construção da escrita da história do Brasil, em um contexto estratégico de criação/recriação de uma história e memória nacionais (SILVA, 2016, p. 292).

Pela relevância que Serrano tinha no magistério brasileiro, suas aulas de História do Brasil foram amplamente acompanhadas na Universidade do AR. Sua presença no programa pode representar um posicionamento estratégico defendido pelo Ministério da Educação a fim de reafirmar o caráter nacionalista e religioso que as aspirações educacionais daquele contexto exigiam. Nas palavras de Silva (2016, p. 292), “um contexto de criação/recriação de uma história”, e estendemos nossa percepção sobre o papel de Serrano na Universidade do Ar. Ele representava para os professores secundários, uma criação e recriação de uma história baseada no ensino moral, de engrandecimento da história atual do Brasil, através da Educação.

Observamos o discurso<sup>41</sup> defendido por Serrano à reforma do ensino secundário ocorrido em 1942. O texto escrito por Serrano, apesar de não estar especificado, estava junto do material referente à Universidade do Ar, mais especificamente, entre os Scripts de suas aulas no programa, o que nos levou a supor que tenha sido produzido para uma leitura no rádio. O Relatório faz uma análise do ensino de História do Brasil no ensino secundário após a reforma, esclarecendo que com a nova divisão seriada tornou possível um ensino baseado em conhecimentos ajustados à idade do aluno. Além disso, o documento traz traços bem marcados de um posicionamento político-ideológico, estruturado no que Serrano chamou de um “sólido humanismo cristão” ao definir o espírito da Reforma, a qual ele se coloca como entusiasta.

A presença do professor Jonathas Serrano na Universidade do Ar, intelectual de grande envergadura docente e representante do ensino católico, foi importante para a formação de um professorado voltado à condução de uma educação elitista, com foco no desenvolvimento de um “caráter sadio do patriotismo” (SERRANO, s/d, p. 2). A relevância do ensino de História do Brasil na educação secundária foi notória, uma vez que Serrano foi seu forte representante no cenário nacional, devido a sua produção nesse campo, além de ser um educador imbuído por suas crenças religiosas que favoreciam aos ideais educacionais do Estado Novo.

Com a reforma Capanema, a disciplina Moral e Cívica deixou de ocupar lugar no currículo escolar. A partir de então, todas as disciplinas deveriam ministrar seus conteúdos, com ênfase na moral e no civismo. Assim, a disciplina de História passou a ter papel de destaque no ensino secundário, já que nela, os alunos conheceriam mais da história do país, inclusive a história recente, que já ocupavam as páginas dos livros, através da figura do presidente Getúlio Vargas.

Concretizando a opção assumida pelo ministro, a Lei Orgânica do Ensino Secundário determina também que a educação moral e cívica não seja dada em um tempo determinado, mediante a execução de um programa específico, mas resulte, a cada momento, da forma de execução de todos os programas e do próprio processo da vida escolar que, elevada dignidade e fervor patriótico (art. 24) (HORTA, 2012, p. 166)

Os professores, de uma forma geral, deveriam cultivar os valores pátrios, o civismo em suas disciplinas, pois o ao ensino secundário a legislação determinou que todas as

---

<sup>41</sup> Dentre as fontes disponíveis para consulta encontra-se um material de duas páginas, sem data ou título, a que denominamos de Relatório da Reforma<sup>41</sup>, ao que se refere à Reforma Capanema, ocorrida em 1942.

instituições trabalhassem com olhar especial e cuidado constante “à educação moral e cívica dos alunos procurando formar-lhe o caráter e o patriotismo” (HORTA, 2012, p. 167).

A formação de uma “consciência patriótica” levaria em conta o aprofundamento do ensino da História, que deixou de ser feito na modalidade de História Geral e passou a ser trabalhado no viés da História do Brasil, na qual Jonathas Serrano e sua participação na Universidade do Ar teve grande repercussão. Oferecer a disciplina de História do Brasil aos docentes secundaristas pela Universidade do Ar, foi uma das estratégias do Ministério da Educação para a formação ampla desse professor para o ensino secundário.

Ainda que o oferecimento das disciplinas do programa correspondesse a conhecimentos didáticos de todas as matérias praticadas no ensino secundário, o compromisso em formar o professor de maneira mais enfática para o exercício dos preceitos governamentais do Estado Novo foi demonstrado no comunicado emitido pela direção da Rádio Nacional, ao professor Jonathas Serrano<sup>42</sup>. O documento datado de 19 de junho de 1941, portanto dois meses após o lançamento do programa, traz informações a respeito do aumento do número de matrículas em cada disciplina, inclusive com a expansão no tempo de transmissão do programa. No entanto, a tônica do texto, é o engrandecimento às aulas de História proferidas por Serrano:

Tendo em vista, outrossim, que o horário da Universidade do Ar foi agora dilatado para 25 minutos, seria por certo muito agradável a todos os ouvintes que vossas preleções não tivessem nunca menos de 15 minutos de duração, prazo que lhes permitirá auferir ainda maior proveito das aulas ministradas (Rádio Nacional, 1941)

O tempo destinado às aulas de História do Brasil foi, de fato, maior que o destinado às outras disciplinas do programa. Na estrutura da didática para o ensino através do rádio, Silva (2016) coloca duas questões sobre as quais se pautava a experiência radiofônica de educação nos limites entre a linguagem e o tempo. Serrano (1940, apud SILVA 2016, p. 306), argumenta: “Sou da opinião que as programações radiofônicas não devem ultrapassar o tempo máximo de 20 minutos, sem comprometer o conteúdo das lições.” Para Serrano, um menor tempo destinado à programação, poderia beirar o “risco da superficialidade”. Por outro lado, o que se estendesse para além, poderia ser enfadonho, não assegurando a atenção do ouvinte.

A partir da solicitação feita por Gilberto de Andrade e Lucia Magalhães, dirigentes da Rádio Nacional e da Universidade do Ar, respectivamente, nos supõe cogitar a possibilidade de um ano após as declarações feitas pelo professor Serrano a Álvaro Salgado, ter ido além do

---

<sup>42</sup> Anexo F – Carta da direção da Universidade do Ar (Sr<sup>a</sup>. Lucia Magalhães) e da Rádio Nacional (Gilberto de Andrade) ao professor Jonathas Serrano.

que havia sido por ele afirmado a respeito do tempo necessário para o ensino pelo rádio. No fio condutor de um ensino voltado à formação de um sentimento nacionalista, Serrano contribuiu para a formação da consciência patriótica pretendida pelo Ministério da Educação. Sua atuação na Universidade do Ar forneceu ao professor estratégias de trabalho metodológico para esse fim. Já sua permanência como catedrático do Colégio Pedro II, o colocava diretamente em contato com a formação do jovem secundarista, dentro de seus preceitos morais e patrióticos.

Desse modo, o número de educadores de escolas confessionais inscritos e aprovados no ano de 1943, na disciplina História do Brasil da Universidade do Ar nos, faz observar que o ensino confessional revelou maior adesão ao programa da Universidade do Ar, em especial à disciplina ministrada por Jonathas Serrano. Os dados expressam que, dos 52 inscritos em História do Brasil, 16 eram professores secundaristas de escolas confessionais. Dos 23 trabalhos aprovados naquele ano, 16 foram os aprovados de escolas católicas. Esse movimento coloca-nos, mais uma vez, a importância do professor Serrano para a formação de um professorado no viés moral, por se tratar de um educador envolvido na fé católica, representante religioso na educação. Bem como, a disciplina por ele ministrada, com o trabalho cívico patriótico de estímulo ao sentimento patriótico.

No contexto político em que a Universidade do Ar se consolidou como oportunidade de aperfeiçoamento didático, observa-se esta iniciativa como parte integrante de um projeto social de nacionalismo no qual se baseou o governo do Estado Novo. Nesse cenário, a formação docente para o ensino secundário deixou seu registro histórico como um dado de real necessidade de aprimoramento. Além disso, temos o ensino secundário como um campo fértil para o desenvolvimento de uma atuação docente como meio profícuo de instauração dos ideais getulistas de homogeneidade nacional.

### **2.3 Entre apropriações e representações: uma análise a partir do jornal *A Noite***

A Universidade do Ar, como um projeto do Ministério da Educação representava a aproximação do Governo, através do Ministério da Educação com os professores secundaristas. O projeto envolvia diferentes sujeitos, composto por visões políticas e pedagógicas muitas das vezes distintas. Podemos assim vislumbrar que, dentro da

Universidade do Ar, diferentes apropriações e representações possam ter sido feitas do projeto, sejam elas, por professores ou alunos, mas todos convergiam para o objetivo coletivo, o de levar formação pedagógica aos professores da educação secundária.

A imprensa de forma geral, noticiou a estreia do novo programa radiofônico. No entanto, o jornal *A Noite* - canal informativo ligado ao governo, tinha a incumbência de difundir através da imprensa as ações governamentais do Estado Novo. Neste particular, foi o encarregado de levar ao conhecimento do público de forma detalhada, o novo programa que iria ao ar, diariamente, das 18:45 às 19:00 horas. Professores de todo o país foram convocados através de discursos empolgantes de seus entusiastas, veiculados através de propagandas pelo rádio e matérias nos jornais, a se inscreverem na Universidade do Ar.

Durante a semana que antecedeu sua inauguração, a Universidade do Ar foi amplamente difundida pelos veículos de imprensa, em especial, o jornal *A Noite*, órgão de veiculação do governo. Entrevistas com professores e responsáveis pelo projeto, bem como propagandas chegavam até os leitores trazendo o programa como um projeto do Ministério da Educação e Saúde em parceria com a Rádio Nacional, como pode ser observado no folheto que segue:

Figura 5 - Folheto de divulgação da Universidade do Ar



Fonte: Acervo Instituto Maba Tahan.  
Acesso em 10 de julho de 2017

Sendo assim, para uma análise das apropriações e representações, fundamentamos nossa análise em Chartier (1988), ao nos afirmar que a História Cultural tem como principal objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída. Para essa construção, as “classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social” (CHARTIER, 1988, p. 17) tornam-se as categorias de análise pertinentes a respeito da apreciação do mundo real. Desse modo, são os “esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido”. O autor observa que as classes sociais e os meios intelectuais produzem variáveis a partir das posições e divisões próprias de cada grupo. Assim, a compreensão de mundo poderá ainda se dar em outro plano, tornando-se o espaço a ser decifrado pelo inteligível, ou seja, a construção do que é dado, a compreensão pode construir-se na presença do objeto, ou em ausência dele. De acordo com autor:

No ponto de articulação ente o mundo do texto e o mundo do sujeito coloca-se necessariamente uma teoria da leitura capaz de compreender a apropriação dos discursos, isto é, a maneira como estes afetam o leitor e o conduzem a uma nova norma de compreensão de si próprio e do mundo (CHARTIER, 1988, p. 24)

Nesse lugar do leitor, na função de compreender a si próprio e o mundo, que a historicidade das apropriações rompe com o conceito de homem universal e abstrato. Nas palavras de Chartier (1988, p. 26), “a apropriação tem por objetivo uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem.” Nesse sentido, a apropriação será um fator social individual, no qual cada sujeito constrói sentidos próprios à interpretação do que é representado. A partir das categoria de análise da representação e da apropriação, proposta por Chartier (1988) aplicada à análise das fontes, foi possível perceber através da observação das matérias do jornal *A Noite*, a respeito da Universidade do Ar, as representações constituídas por alguns professores que integraram o corpo docente do programa, seus diretores, sujeitos que fizeram a Universidade do Ar acontecer. Na articulação feita por Chartier da produção de sentidos de um texto escrito, o historiador:

situa a produção de sentido, a aplicação do texto ao leitor como uma relação móvel, diferenciada, dependente das variações, simultâneas ou separadas, do próprio texto, da passagem à impressão que o dá a ler e da modalidade da sua leitura (silenciosa ou oral, sacralizada ou laicizada, comunitária ou solitária, pública ou privada, elementar ou virtuosa, popular ou letrada, etc.) (CHARTIER, 1988, p. 26)

Com essa concepção de produção de sentido, na qual as variações permeiam a formação de um olhar sobre o mesmo objeto, tendo como base as relações instáveis dos fatores externos do que é dado a ler, não há controle ou monitoramento na produção de distintos sentidos. Assim, as publicações na imprensa a respeito do programa foram massivamente realizados no *Jornal A Noite*, importante veículo de comunicação impressa na década de 1940, para veiculação de notícias a respeito da Segunda Guerra Mundial e dos feitos do governo, o que, de certo modo, colocou o impresso no rol dos veículos de comunicação do Estado Novo, no período de transmissão da Universidade do Ar.

A semana de estreia do novo programa contou com uma intensa abordagem a respeito da inauguração da universidade radiofônica. Com seu início na data de aniversário de Getúlio Vargas, a Universidade do Ar colocou no ar, no dia 19 de abril de 1941, direto dos estúdios da Rádio Nacional, no Rio de Janeiro, seu programa com o discurso de abertura de seus professores e idealizadores.

Diante das matérias do *Jornal A Noite* aqui analisadas, voltamos o nosso olhar às definições de apropriação e de representação trazidas por Chartier (1988, p. 26). Segundo o autor, a apropriação, “tal como a entendemos, tem por objetivo uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem”. Já na definição de representação, O autor utiliza-se de dois grupos que postulam seu sentido, “por um lado, a representação como dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado; por outro, a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou de alguém”.

Com base nas apropriações realizadas pelos professores da Universidade do Ar e observadas em seus discursos, as representações que tiveram para eles o projeto, foram analisadas nas falas expressas nos inquéritos trazidos pelo *Jornal A Noite*. Nossa busca foi por traçarmos um olhar sobre como os professores da Universidade do Ar, os representantes do Ministério da Educação e dos professores secundaristas deram sentido ao projeto qual estavam fazendo acontecer. As matérias analisadas correspondem a um período de pouco mais de um mês a partir da inauguração do projeto e que foram essenciais para a identificação das apropriações por parte dos sujeitos envolvidos no projeto. A análise das matérias se deu de forma sequencial, desde a primeira divulgação no dia 12 de abril de 1941, até o dia 06 de maio de 1942. A escolha por uma análise cronológica se deu pela tentativa de observar como



a apropriação e a representação foi sendo estabelecida entre os grupos de professores entrevistados.

A partir da figura 6, exposta abaixo, é possível percebermos a expectativa criada em torno do projeto trazido pelo jornal *A Noite*. As matérias analisadas dão a dimensão de uma atmosfera positiva na divulgação do projeto.

Figura 6 - Lançamento da Universidade do Ar



“[...] A Rádio Nacional vai lançar mais um extraordinário empreendimento que certamente alcançará o mais absoluto êxito nos círculos culturais e radiofônicos do país – ‘Universidade do Ar’.[...]”

Nessa reunião ficou fundada a Universidade do Ar, iniciativa da Rádio Nacional, que tem por fim irradiar aulas de metodologia de português, francês, inglês, latim, História do Brasil, História Natural e matemática, destinadas, especialmente, aos professores.

Este notável empreendimento cultural da PR-8 será inaugurado no dia 19 do corrente, em homenagem à data natalícia do presidente Getúlio Vargas.”

Fonte: *A Noite*: 12/04/1941 (Hemeroteca Digital)

A primeira publicação traz a matéria de lançamento da Universidade no estúdio da Rádio Nacional,<sup>43</sup>. A fotografia registra a presença do Presidente Getúlio Vargas, das professoras Maria Junqueira e Lucia de Magalhães e o Ministro Gustavo Capanema. É possível que essa manchete seja do dia exato em que o projeto foi lançado, pois é a primeira de uma série que contou com inquiridos dos professores e diretores do programa.

No texto da matéria, temos a apresentação do programa como uma “grandiosa iniciativa da Rádio Nacional”. Sendo a emissora o veículo de expressão do governo e a Universidade do Ar um projeto de formação para professores, observa-se na matéria um meio de aproximação do governo, representado pelo projeto, aos leitores e ao público ouvinte da

<sup>43</sup> Anexo G - Matéria do jornal *A Noite* –Lançamento da Universidade do Ar (Inauguração da Universidade do Ar em homenagem de Getúlio Vargas)

Rádio Nacional. O texto conta com informações como os professores que integram o projeto, os objetivos e o público ao qual se destina.

A representação do rádio como veículo de interação cultural na sociedade é observado no discurso da matéria, “A Rádio Nacional vai lançar mais um extraordinário empreendimento que certamente alcançará o mais absoluto êxito nos círculos culturais e radiofônicos do país – “Universidade do Ar”” *Jornal A Noite*, 12/05/1941. A certeza do sucesso do projeto transborda no texto da matéria é colocada como tônica da apresentação do programa. A marca da Rádio Nacional, emissora de grande potência, importante divulgadora dos feitos do Estado Novo, coloca-nos a representação que teve o projeto para o governo. O uso do rádio, veículo de agregador de massas e a Rádio Nacional, especificamente, como emissora de grande audiência por seus programas culturais, musicais e novelas nos possibilita inferir a apropriação - “remetidas para determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais)” como define Chartier (1988, p. 26) - do programa como um projeto ousado e eficaz para a formação dos professores.

Figura 7 - Orientações sobre o projeto

**Universidade do AR**  
Os fins do importante empreendimento cultural da Rádio Nacional

Em homenagem à data natalícia do presidente Getúlio Vargas, inicia suas atividades no próximo sábado, às 18:45, a “Universidade do Ar” – empreendimento cultural da Rádio Nacional, patrocinado pela Divisão de Ensino Secundário, que tem por fim levar aos professores de todo o país, através da palavra de mestres consagrados, a orientação metodológica que lhes deve nortear a função docente, dentro do espírito da legislação em vigor e dos mais modernos princípios da técnica pedagógica.

Matemática — J. C. Melo e Souza (Professor da Escola Nacional de Belas Artes da Universidade do Brasil).  
Noções de Estatística (Utels ao Professor) — Fernando R. Silveira (Professor do Instituto de Educação do Distrito Federal).

**Orientação dos programas**  
Os programas dos respectivos cursos serão oportunamente enviados aos interessados.  
Obedecerão entretanto aos seguintes objetivos pedagógicos:  
1) Como apresentar ao aluno a

“Em homenagem à data natalícia do presidente Getúlio Vargas, inicia suas atividades no próximo sábado, às 18:45, a ‘universidade do Ar’ – empreendimento cultural da Rádio Nacional, patrocinado pela Divisão de Ensino Secundário que tem por fim levar aos professores de todo o país [...]”

“A inscrição, que não acarreta qualquer despesa e está aberta indistintamente a qualquer professor registrado ou não, do grau secundário, ginásial, comercial, etc, visa apenas o controle estatístico dos ouvintes para fins de distribuição também gratuita, de resumos mimeografados das aulas dadas e outras indicações necessárias ao curso. [...]”

“A todos os professores inscritos serão propostos trabalhos com o fim de apurar o aproveitamento no curso e possibilitar a outorga de um Certificado de Aperfeiçoamento na matéria escolhida. [...]”

Fonte: *A Noite*: 12/04/1941 (Hemeroteca Digital)

No que diz respeito à segunda publicação, “Universidade do Ar, os fins do importante empreendimento cultural da Rádio Nacional<sup>44</sup>, a qual consta na íntegra em anexo, é dada uma apresentação mais detalhada do projeto, com a legitimação do programa como uma iniciativa do Ministério da Educação pela Rádio Nacional e na apresentação do governo como o patrocinador do empreendimento. As informações vão desde o objetivo do programa Universidade do Ar, trazendo esclarecimentos sobre o certificado a que o curso ofereceu.

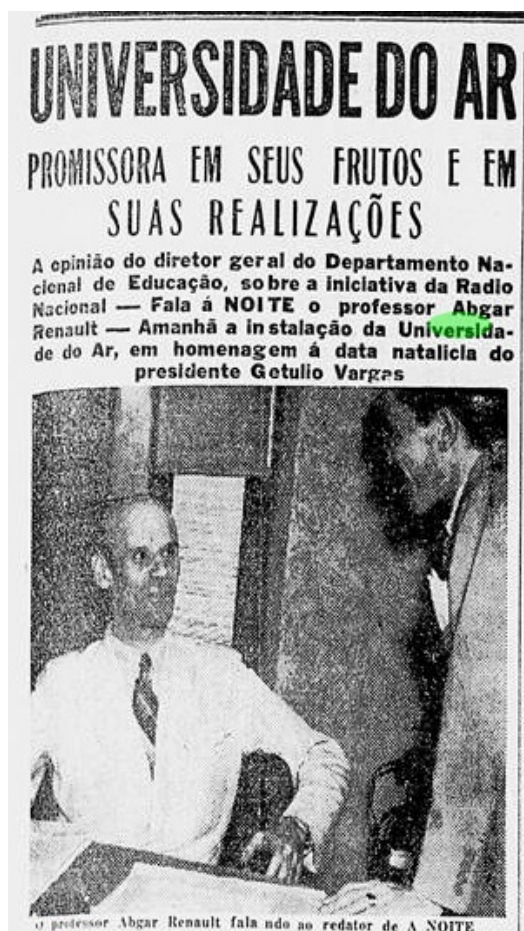
A apropriação do projeto por parte dos sujeitos fica clara no trecho: “Direção de Lucia Magalhães, diretora de Divisão de Ensino Secundário”, ela, como agente do Ministério da Educação e idealizadora do projeto configura-se como um nome forte da Educação secundária na gestão Capanema (1934 – 1945).

Na mesma publicação, é trazida a descrição dos professores em suas respectivas disciplinas e os seus lugares de atuação, como o Colégio Pedro II, a Prefeitura do Distrito Federal, o Departamento de Rádio do DIP, a Faculdade Nacional de Filosofia, o Instituto de Educação do Distrito Federal. Alguns desses professores, também ocupavam a Comissão Nacional do Livro Didático, o que nos leva a inferir uma tentativa do Ministério da Educação em estabelecer uma representação da Universidade do Ar, como uma formação de caráter próximo aos cursos presenciais, o que poderia aproximar os alunos, professores secundários, das instituições nas quais lecionavam.

---

<sup>44</sup> Anexo H. – Matéria do Jornal *A Noite* - “Universidade do Ar, os fins do importante empreendimento cultural da Rádio Nacional”

Figura 8 - Entrevista do professor Abgar Renault ao jornal *A Noite*



[...] Fomos recebidos pelo Sr. Abgar Renault em declarar que não sei de iniciativa mais interessante, mas inteligente, destinada a maior repercussão, nem tão promissora em seus frutos e em suas realizações. Não sei se, em matéria de ensino, seria possível, neste momento, dar ao serviço de radiodifusão (desse grande órgão da opinião pública, que é a Rádio Nacional), mais nobre objetivo.

É grande o número de professores que, por motivos são mais variados não se acham em condições de realizar cursos em nossas faculdades de filosofia, ciências e letras. Todos certamente acolherão com alegria essa oportunidade que a Rádio Nacional lhes oferece de ouvir pelo rádio, sobre as disciplinas que lecionam, lições que constituirão um verdadeiro curso de aperfeiçoamento. [...]

Fonte: *A Noite*, 18/04/1941 (Hemeroteca Digital)

Assim como as manchetes já vistas, a figura 8<sup>45</sup>, “Universidade do Ar, promissora em seus frutos e em suas realizações”, publicada à véspera da inauguração do projeto, aborda com entusiasmo o fato a inauguração do projeto em comemoração ao aniversário do presidente Getúlio Vargas. A fisionomia do professor Renault na imagem, alude a um clima festivo por parte dos docentes. Já em seu título, o discurso positivo nos remete ao caráter promissor, inovador do programa. Com um discurso entusiasmado, a matéria traz a fala de Abgar Renault<sup>46</sup>, diretor geral do Departamento Nacional de Educação e professor de língua inglesa no projeto. Durante a entrevista, Renault afirmou que:

<sup>45</sup> Anexo I. – Matéria do Jornal *A Noite*, “Universidade do Ar, promissora em seus frutos e em suas realizações”

<sup>46</sup> Suplente de Língua Inglesa na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, na Faculdade de Filosofia Santa Úrsula, na Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais (1936 – 1967). Diretor do Departamento Nacional de Educação (1938 – 1956).

[...] não sabe de iniciativa mais interessante, mais inteligente, destinada a maior repercussão, nem tão promissora em seus frutos e em suas realizações. Não sei se, em matéria de ensino seria possível, neste momento, dar ao serviço de radiodifusão (desse grande órgão da opinião pública, que é a Rádio Nacional), mais nobre objetivo (A Noite, 18 de abril de 1941)

Esse trecho, remete-nos à representação que o projeto estabeleceu para o Ministério da Educação, um programa específico para formar professores a distância pelo rádio. Além disso, a Rádio Nacional como veículo de difusão representativa do poder do Estado, tornou-se um elo para apropriação por parte dos leitores do jornal de credibilidade e grandiosidade do programa. Nesta matéria, chama atenção as apropriação e representação foi a colocação do professor Abgar Renault, que, como representante do Ministério da Educação e também professor da Universidade do Ar, traz o programa como um meio de resolver a questão de formação de professores, como algo bastante atual e pioneiro em sua ação, pois segundo, tem-se com o programa Universidade do Ar, o mais nobre objetivo. Ainda de acordo com Renault, “todos certamente acolherão com alegria essa oportunidade que a Rádio Nacional lhes oferece de ouvir pelo rádio, sobre as disciplinas que lecionam, lições que constituirão um verdadeiro curso de aperfeiçoamento” (A Noite, 18/04/1941). De fato, Renault apropriou-se do curso como uma importante estratégia de formação docente, pela abrangência que possuía através das ondas radiofônicas.

Figura 9 - Entrevista de Lucia de Magalhães, idealizadora do Projeto Universidade do Ar e diretora da Divisão de Ensino Secundário do Ministério da Educação e Saúde Pública



“[...] A Universidade do Ar, iniciativa das mais arrojadas nos meios radiofônicos do Brasil, veio colocar as ondas hertzianas ao serviço da cultura, a exemplo do que se vem fazendo nos países mais adiantados.

[...]pude afinal realizar o que sempre tinha sido minha idéia: levar ao nosso professorado as vantagens e regalias dos cursos didáticos criados com as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Em torno desse objetivo, procurei reunir os maiores especialistas nas principais matérias do ensino secundário, encontrando da parte de todos eles entusiástica adesão ao gigantesco empreendimento que Rádio Nacional patrioticamente vai lançar hoje [...]”

Como pode ser observado na matéria da figura 9<sup>47</sup>, a matéria: “Universidade do Ar, notável empreendimento cultural da Rádio Nacional”, a professora Lucia de Magalhães traz sua representação a respeito do rádio como veículo de “primeira grandeza”, atribuindo um lugar significativo no discurso de engrandecimento do programa. Para ela, a Universidade do Ar era a representação do ensino moderno, à semelhança do que já acontecia em países desenvolvidos, como os Estados Unidos. Como afirma Lucia de Magalhães em sua entrevista ao *Jornal A Noite* “A Universidade do Ar, era uma iniciativa das mais arrojadas nos meios radiofônicos do Brasil, pois veio colocar as ondas hertzianas ao serviço da cultura, a exemplo do que se vem fazendo nos países mais adiantados” (Jornal A Noite, 19/04/1941).

Como idealizadora da Universidade do Ar, Lucia Magalhães estabelece representações individuais à cerca do programa, uma vez que, inspirada nas experiências de ensino pelo rádio já vivenciados nos Estados Unidos, a professora afirma que a

Universidade do Ar difere apenas do programa há muito tempo irradiado pela Columbia Broadcasting, quanto a sua aplicação. Enquanto a Escola do Ar, empreendimento de grande cadeia radiofônica nos Estados Unidos se destina aos estudantes em geral, a Universidade do Ar foi imaginada para facilitar os professores de todo o Brasil o estudo dos métodos modernos de pedagogia. A Noite, 19/04/1941

A inspiração no programa norte-americano e a certeza de ter montado um quadro docente constituído por professores de grande prestígio nacional em suas áreas, demonstra a apropriação que Lucia de Magalhães fez da Universidade do Ar. Para a professora, o programar representou um recurso de grande relevância para democratizar o acesso a uma formação pedagógica moderna e atualizada.

---

<sup>47</sup> Anexo J – Entrevista do *Jornal A Noite* a professora Lucia de Magalhães, idealizadora do projeto: “Universidade do Ar, notável empreendimento cultural da Rádio Nacional”.

Figura 10 - Entrevista de Gilberto de Andrade, diretor da Rádio Nacional



"[...] Cumpro hoje o que prometi há um na: Universidade do A, Rádio Universidade, Escola do AR, ou simplesmente aulas de metodologia das matérias do curso secundário, o título pouco, pouquíssimo importa. O que vale no caso é o serviço que a Rádio Nacional vai prestar ao ensino, graças à co-operação indispensável e brilhante dos eminentes professores Abgar Renaut, Julio Barata, Lucia de Magalhães, João Baptista de Mello e Souza, Maria Junqueira Schmidt, Delgado de Carvalho, Venâncio Filho, Antenor Nascentes, Julio Cesar de Mello e Souza, Joanthas Serrano, Mello Leitão e Fernando Silveira.

[...] Aos expoentes do magistério brasileiro, ora aqui reunidos entrego, pois, esta elevada e patriótica tarefa, honrando-me sobremodo em fazê-lo no dia de hoje, como justo preito de homenagem ao eminente presidente Getúlio Vargas, o grande renovador do Brasil em todos os setores da vida nacional. [...]"

Fonte: A Noite, 21 de abril de 1941.  
Hemeroteca Digital

Gilberto de Andrade, diretor da Rádio Nacional, também registrou sua fala no *Jornal A Noite*, de 21 de abril de 1941, como é possível verificarmos na matéria da figura 10<sup>48</sup>, "Instalada solenemente a Universidade do Ar": "Cumpro hoje o que prometi há um ano: Universidade do Ar, Rádio Universidade, Escola do Ar [...]". Nesse sentido, inferimos que trata-se de uma apropriação individual feita do projeto, que para ele tem uma representação também individual: a qual ele expressa como "uma promessa cumprida", ao recordar uma entrevista concedida por ele no ano anterior ao mesmo jornal, na qual ele afirmava que a *Hora da Juventude brasileira*, lançado naquela ocasião "constará de três partes distintas: a primeira destinada aos alunos do curso secundário, a segunda aos pais de alunos e a terceira

<sup>48</sup> Anexo K – Entrevista de Gilberto de Andrade ao jornal *A Noite* – Instalada solenemente a Universidade do Ar

aos professores [...]”, a Universidade do Ar seria nesse contexto, a terceira etapa de um projeto maior, a ser concretizado com a inauguração do programa destinado aos professores do ensino secundário.

A apropriação da Rádio Nacional e dos professores colaboradores, como legitimadores do programa para execução do projeto era um fator também identificado na entrevista de Gilberto de Andrade. O diretor da Rádio Nacional afirmava que: “[...] o que vale é o serviço que a Rádio Nacional vai prestar ao ensino, graças à cooperação indispensável e brilhante dos eminentes professores [...]” (A Noite, 21/04/1941).

Figura 11 - Entrevista de Julio Barata, professor de Latim, ao Jornal A Noite



“[...]Considero a Universidade do Ar a mais importante iniciativa cultural que já se tentou, entre nós no campo da radiodifusão. O Ministério da Educação vem há tempos, fazendo sentir a crescente necessidade de formar bons professores. É de bons professores em número avultado, que o Brasil precisa, porque só bons professores são capazes de suprir quaisquer deficiências do ensino e amoldar os ditamos da sã pedagogia ao meio brasileiro.

[...] O corpo docente da Universidade do Ar é um pequeno, mas brilhante, pelotão de mestres, que vão cooperar com o governo na tarefa de preparar outros mestres – objetivo que determinou a fundação da Faculdade de Filosofia, realização marcante do presidente Vargas.”

Fonte: *A Noite*, 22/04/1941. Hemeroteca Digital

A fala de Julio Barata<sup>49</sup>, diretor da Divisão de Rádio do DIP, também professor na Universidade do Ar, ao jornal *A Noite* de 22 de abril de 1941, tem abertura com um discurso nos leva a refletir a recepção do projeto para ele:

Teve larga repercussão em todas as esferas sociais do país, mormente no seio do magistério nacional, a extraordinária iniciativa da Rádio Nacional, lançando a Universidade do Ar, programa cultural dos mais arrojados e que tem por fim levar

<sup>49</sup> Anexo L - Universidade do Ar, Escola para Professores – Fala à Noite o professor Julio Barata, diretor da Divisão do Rádio do D.I.P.



aos professores do curso secundário de todo o Brasil aulas de metodologias das principais matérias daquele curso (A Noite, 22/04/1941).

A análise da fala de Barata, coloca-nos o olhar otimista com o qual o professor apropriou-se do projeto. Talvez pelo fato de ser ele, o representante do órgão controlador da programação radiofônica educativa, o professor expressa a representação que o programa teve, em uma perspectiva coletiva. De acordo com sua fala, a repercussão do projeto foi positiva, em especial em meio aos professores. O “programa cultural dos mais arrojados”, como afirmava o texto da matéria, traz a iniciativa como de grande relevância para o cenário educacional brasileiro.

A união da Rádio Nacional com os professores dos centros de ensino, como definiu Julio Barata em sua entrevista, “um pelotão de mestres qualificados para uma formação pedagógica capaz de moldar os ditames da sã pedagogia ao meio brasileiro” (A Noite, 22/04/1941), conferia ao projeto a força necessária para consolidar sua representação e sua recepção entre os professores secundários.

Figura 12 - Entrevista de Petronio Motta, diretor do sindicato dos professores, ao Jornal A Noite



‘Universidade do Ar’, essa grande iniciativa da Rádio Nacional, ora em pleno funcionamento, foi recebida com muito entusiasmo não pelos professores como pelos estudantes de todo o país.[...]

Que esforço indizível realizam para transmitir os melhores ensinamentos à juventude brasileira! Quanta decepções se lhes antolham no exercício desse martirizante sacerdócio! No aperfeiçoamento das disciplinas que se propõe a ensinar, quantas vezes se desesperam, quando os seus ínfimos recursos não lhes permitem adquirir as obras imprescindíveis. E que trabalho hercúleo é a improvisação da aula! [...]

Fonte: A Noite, 06/05/1942. Hemeroteca Digital

O professor Petronio Motta, presidente do sindicato dos professores do Distrito Federal à época, é quem define a recepção do projeto entre os professores, na matéria da

figura 12<sup>50</sup>, “Universidade do Ar, o êxito extraordinário do empreendimento da Nacional”, ele demonstra a repercussão coletiva que o programa teve entre os professores. Motta afirma que “O elevado número de inscrições para todas as matérias revela o interesse com que são acompanhadas as aulas da Universidade do Ar [...]”.

Os argumentos de Motta vão na direção de uma representação do programa como um grande auxílio aos professores secundários. Segundo ele, até a Universidade do Ar, o trabalho se fazia de forma improvisada, já que os docentes não contavam com a formação metodológica adequada e o acesso às obras não era facilitado.

No aperfeiçoamento das disciplinas que se propõem a ensinar, quantas vezes se desesperam, quando os seus ínfimos recursos não lhes permitem adquirir as obras imprescindíveis. E que trabalho hercúleo é a improvisação das aulas (A Noite, 06/04/1942).

Essa representação coletiva expressa pro Motta pode, de fato, ter expressado o acolhimento do programa entre os professores, uma vez que como diretor sindical, o contato com os professores secundários poderia ser permanente. O sentido coletivo da Universidade do Ar denotado na fala do presidente do sindicato nos remete a Chartier, no sentido das construções de sentido coletivos e individuais

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (CHARTIER, 1988, p.18)

No sentido da legitimação do projeto, a fala dos educadores, diretores e representante dos professores secundarista, a Universidade do Ar se apresenta sob um discurso otimista, no qual as falas se complementam e se repetem, no sentido de estabelecer um cenário de confiança para os professores secundaristas. A apropriação da Rádio Nacional, como emissora de difusão do governo, trouxe ao projeto um grande número de alunos, por sua força de audiência e de alcance. Por outro lado, o Ministério da Educação e pelos professores renomados de importantes instituições de ensino e setores do Estado Novo, como o DIP, legitimou o projeto, trazendo a ele a mesma importância dos cursos oferecidos nas instituições de educação.

Nesse movimento, caminhamos ao terceiro capítulo, no qual a Universidade do Ar será refletida em meio a um contexto de disputas em que se questionava o conceito de ensino

<sup>50</sup> Anexo M – Entrevista do professor Petronio Motta: “Universidade do Ar, o êxito extraordinário do empreendimento da Nacional”

superior e de instituição universitária. Nele, vamos observar como se comportou o programa, dentro do Ministério da Educação, sua função frente aos professores secundários do Brasil e as redes estabelecidas entre os sujeitos envolvidos no processo educativo do país.

### 3 NA COSTURA DAS TEIAS, A UNIVERSIDADE DO AR NA CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO DE EDUCAÇÃO

#### 3.1 A Universidade do Ar e os projetos educacionais em disputa

No momento em que se buscava alinhar o projeto de educação do Estado Novo com o crescimento e expansão dos níveis de ensino do país, grandes debates se instauraram acerca da formação do professor e da expansão do ensino universitário. Como já analisamos no capítulo anterior, as reformas educacionais vivenciadas em 1931 e 1942 estabeleceram os rumos para a organização da formação tanto no ensino secundário, quanto no ensino superior. Neste contexto, a Universidade do Ar teve sua trajetória marcada pela necessidade de atendimento às exigências legais, no que diz respeito à formação docente exigida para atuação no ensino secundário. A certificação universitária para os professores secundários tornou urgente o oferecimento de vagas nos cursos superiores a fim de que o docente pudesse obter o Registro Nacional dos Professores e, conseqüentemente estivesse apto para atuar nas escolas de ensino secundário.

A instauração do modelo de educação universitária foi alvo de embates políticos devido aos diferentes posicionamentos e concepções de ensino. Católicos e liberais disputavam a regência de um ensino que, por um lado, despertava o conhecimento crítico, o livre pensamento e, por outro, prezava pela organização, a disciplina através de um comportamento baseado nos valores morais e, por conseguinte, religiosos. Assim, o pensamento educacional flutuou entre essas duas correntes, diante das quais o ministro da educação era deliberadamente favorável à concepção mais conservadora<sup>51</sup> - representada na educação pela presença de educadores católicos como Alceu Amoroso Lima, o qual exercia grande influência por sua amizade com o ministro Gustavo Capanema - em consonância com o pensamento ideológico do Estado Novo.

---

<sup>51</sup> A concepção conservadora de educação a qual fazemos menção, é a que, de acordo com Prado (1982), marca o Estado Novo (1937-1945), pelo modelo de uma modernização conservadora. Nesse período, a educação era tomada como elemento importante na tarefa de construir a unidade social em conformidade com o status quo vigente. A função escolar era conservadora, de vez que ao propor mudanças ela o fazia com vistas apenas ao aperfeiçoamento do sistema econômico e, por consequência, da conjuntura sócio-política orientada pelos interesses sociais dominantes (PRADO, 1982, p. 25)

Dentro dessa concepção, o ensino universitário, ou seja, aquele praticado no âmbito das universidades brasileiras deveria compor-se em alinhamento aos preceitos governamentais. Para isso, a fundação de uma universidade nacional, a partir da qual, todo o ensino praticado no país tivesse nela suas referências, era de fundamental importância para a consolidação e centralização das políticas do Ministério da Educação. Apesar de vários institutos e escolas já atuarem na formação superior, a intenção do Ministério da Educação era tornar o ensino superior centralizado, uma instituição que fosse a base de toda a formação praticada no país.

Com a finalidade de alinhar o ensino superior ao perfil educacional que se desenhou a partir da chegada de Vargas à presidências, em 1930, a Educação superior no Brasil teve sua primeira legislação do ensino promovida por Francisco Campos em 1931. No entanto, os cursos superiores já ocorriam no Brasil desde o Império. Na década de 1920, por exemplo, a Universidade do Rio de Janeiro foi reconhecida como instituição universitária e passou a reunir as escolas de ensino superior já existentes no Distrito Federal. De acordo com o que previa a Reforma o Decreto-lei n.º 19.851 de 11 de abril de 1931, a Educação Superior passou a ser regida por um estatuto federal, que criou um sistema universitário nacional, com a criação da reitoria, administrando e coordenando as faculdades. O estatuto orientou ainda a incorporação dos institutos de Direito, Medicina e Engenharia, ou a faculdade de Ciências e Letras nas áreas de formação universitária.

O que buscava-se com um sistema centralizado de educação superior era, à princípio, estabelecer a concepção de Universidade, como uma instituição agregadora de cursos e institutos que não só, formassem os jovens advindos da educação secundária em uma formação baseada na maçante atividade dos testes a que eram submetidos os estudantes, mas que a formação especializada fosse trabalhada em sua integralidade, baseada na pesquisa e na formação. No entanto, o intento de instituir-se uma Universidade como o modelo de ensino superior a ser seguido no país, esbarrou ao longo dos anos seguintes, na implementação da Reforma de Francisco Campos, em intensos embates políticos filosóficos e enfrentamentos entre as correntes liberal e católica.

Em meados da década de 1930, cresciam as disputas entre os que se posicionavam por uma educação liberal e os educadores católicos, que defendiam a criação de uma Universidade atrelada à Igreja Católica, a qual viria no bojo das escolas confessionais de ensino. Essa corrente que tinha por parte do governo Vargas e do ministro Capanema sua atenção especial e predileção. De outra frente, um ensino mais liberal, nos moldes

americanos, impulsionado pelo movimento da escola nova, ganhava força no distrito federal e em outras partes do país. Esse “novo espírito pedagógico”, como denomina Nunes (2011), foi visto pelo governo como um movimento que poderia fragilizar as instituições já existentes e, portanto, “subversivo das gerações mais jovens”. Diante desse cenário, a Universidade do Distrito Federal (UDF) viria como uma renovação que não foi bem aceita pelos que defendiam o ensino conversador.

### 3.1.1 A Universidade do Distrito Federal (UDF) – um projeto de formação superior no Brasil

A Universidade do Distrito Federal (UDF) chega à cena educacional do país em 1935, durante a gestão de Anísio Teixeira na Diretoria da Instrução Pública no Distrito Federal (1931-1935), quando realizou a maior reforma de ensino Brasil. Vale ressaltar que o Rio de Janeiro era a capital federal, o palco de ações que reverberavam pelo país. De acordo com Siqueira (2018, p. 5), Anísio via na Educação, “a chave para uma sociedade democrática”, com igualdade de oportunidade aos estudantes, com “uma educação de qualidade em todos os níveis”, com ênfase no ensino superior, a qual foi por ele perseguida.

Dentro dessa visão, a UDF foi criada por meio do decreto municipal nº 5.513, em 4 de abril de 1935. A instituição veio na esteira do ideal de um ensino voltado para a construção do pensamento crítico. De acordo com Siqueira, (2018, p. 6), “Anísio Teixeira defendia uma universidade que valorizasse o livre pensar, que alargasse o pensamento humano, isto é, que o estudante em início da vida intelectual pudesse desfrutar do livre pensamento.” E foi com essa concepção de ensino, que a UDF baseou sua atuação em alguns pontos centrais, como a valorização da formação do professor, pois um dos princípios da instituição era fazer educação e pesquisa caminharem juntas. Como afirma Siqueira (2018, p. 8), “o projeto atribuía ao professor primário e secundário um papel superior em comparação ao que antes era conferido tendo acesso a um conhecimento vasto e prática de pesquisa científica.”

Um dos princípios defendidos pela instituição para a formação crítica, era a oposição ao academicismo, combatendo o autodidatismo e o isolamento intelectual (Siqueira, 2018). O objetivo era formar intelectuais e profissionais com base em cinco escolas: Educação, Filosofia e Letras, Economia e Direito, Instituto de Artes e ainda instituições complementares,

nas quais ocorriam a experimentação pedagógica, prática de ensino, pesquisa e difusão cultural, o que a tornava distinta das instituições existentes no país.

Na direção de Anísio Teixeira, a instituição ganhou força como um centro de formação intelectual, pautada nos preceitos filosóficos da liberdade do livre pensamento, e da cultura. Para Anísio, mais do que um diploma de ensino superior, era preciso formar um cidadão para aturar crítica e culturalmente frente à sociedade. Grandes nomes da intelectualidade foram convidados a formarem o corpo docente da Universidade. Ganharam espaço na instituição, entre tantos nomes, Julio Afrânio Peixoto (também reitor); Manoel Bergstrom Lourenço Filho (também diretor da Escola de Educação); Roberto Marinho de Azevedo (também diretor da Escola de Ciência); Hermes Lima (também da Escola de Economia e Direito); Edgardo Castro Rabelo (também diretor da Escola de Filosofia e Letras); Celso Octávio de Prado Kelly (também diretor do Instituto de Artes). (Nunes, 2001, p. 308). Ainda que seu funcionamento fosse em espaços improvisados, até mesmo precários, chegando a ministrar seus cursos em prédios de escolas primárias, a instituição representou um lugar de ampla formação crítica, com ênfase no conhecimento.

Na UDF, respirava-se cultura e seus alunos partilhavam o desejo de saber que os levava a frequentar aulas de cursos que não eram apenas os seus. Alunos de pintura, por exemplo, também frequentavam aulas de filosofia, crítica literária, música e história geral da civilização[...] (NUNES, 2011, p. 308)

No contexto de ensino praticado na Universidade do Distrito Federal, as aspirações de seus estudantes, que viram na dinâmica do processo de sobrevivência da UDF uma “experiência repleta de possibilidades” (Nunes, 2001, p. 308), tornaram-se ameaçadoras do ideal de educação do governo, que trabalhava pelo ensino voltado para o nacionalismo. Com isso, a Universidade foi combatida antes mesmo de sua inauguração. Educadores católicos, como Alceu Amoroso Lima, viam nela um perigo a instauração de Universidades Católicas, que já haviam sido almeçadas. Assim, diante da posição favorável do Ministério da Educação e Saúde, após a demissão de Anísio Teixeira da direção da UDF, Capanema concedeu a Amoroso Lima a reitoria da Universidade, em 1939, preparando-a para a sua extinção.

Uma universidade não é o que os espíritos simplistas imaginam: uma reunião material de diversas faculdades, ou, mesmo, a articulação de diferentes faculdades esparsas, sob esta pomposa denominação, a fim de que continuem, isoladamente, a fornecer diplomas para as profissões normais. Sem um plano de conjunto que vise à investigação, a pesquisa, o estudo, o conhecimento, a cultura, num ambiente propício e materialmente aparelhado para elevar *os* conhecimentos acima do nível comum e da simples missão de diplomar doutores, não se terá nunca uma universidade. Esta nasce - fãlo de modo genérico para criar uma cultura real e direm,

haudano próprio meio, desenvolvida com *os* elementos que *se* fornece à livre expressão. Será o centro de preparo técnico, de aparelhamento de elite que vai dirigir a nação, resolver-lhe os problemas, preservar-lhe a saúde, facilitar-lhe o desdobramento e a circulação de riquezas, fortalecer a mentalidade do povo, engrandecer sua civilização.! (CAPANEMA, 1934 apud SCHWARTZMAN, 2000, p. 221)<sup>52</sup>

A fala do Ministro Gustavo Capanema em relação aos objetivos e a função da Universidade na sociedade é bastante clara no que se opõe ao funcionamento da UDF. Em seu projeto educacional, atribuiu grande visibilidade ao projeto Universitário iniciado ainda com Francisco Campos, para ele, o ensino superior com a criação da Universidade do Brasil, era o mais ambicioso segmento de sua gestão. Para isso, o ensino secundário foi trabalhado de forma enfática, com a devida atenção do governo federal, como preparação para a formação das elites dirigentes do país. De acordo com o discurso de Capanema, o ensino secundário precisava ser um balizador de oferecimento de oportunidades, em que todos os que a ele tivessem acesso, pudessem, dentro de sua capacidade individualizada, lograr êxito na projeção da formação universitária.

### 3.1.2 A Universidade do Brasil, a formação superior se estabelece

O projeto do Ministro Gustavo Capanema para o ensino superior tinha como base nuclear a Universidade do Brasil, criada em 1937. Esta dava continuidade às atividades já iniciadas na Universidade do Rio de Janeiro, inaugurada na década de 1920<sup>53</sup>. A instituição de ensino superior, já havia sido anunciada durante a gestão de Francisco Campos no Ministério da Educação, em 1931. De acordo com as orientações das legislações educacionais que compunham a reforma do ensino desse período, havia a previsão de uma instituição superior, integrada a partir das faculdades de Educação, Ciências e Letras, centralizada no governo federal, através do Ministério da Educação, o que em partes concretizou-se.

---

<sup>52</sup> Entrevista concedida pelo ministro Gustavo Capanema à Agência Meridional Ltda, (Diários Associados), corrigida a mão por urna caligrafia não identificada. É provável que ela tenha sido escrita por um assessorou jornalista, o que explicaria eventuais diferenças de estilo e linguagem. A entrevista, preparada provavelmente em 1934, não chegou a ser publicada (SCHWARTZMAN, 2000, p. 221)

<sup>53</sup> Em 7 de setembro de 1920, por meio do Decreto nº 14.343, o Presidente Epitácio Pessoa institui a Universidade do Rio de Janeiro (URJ), [...] Reunidas aquelas três unidades de caráter profissional, foi-lhes assegurada autonomia didática e administrativa. Desse modo, a primeira universidade oficial é criada, resultando da justaposição de três escolas tradicionais, Escolas Politécnica e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a elas uma das Faculdades Livres de Direito, sem maior integração entre elas e cada uma conservando suas características (FÁVERO, 2006, p. 21)



Em meio à estruturação do ensino superior no país, o Estado de São Paulo antecipou-se ao próprio Ministério da Educação, inaugurando em 1934, a Universidade de São Paulo (USP) nos moldes do projeto para uma instituição nacional, assim como já ocorriam em países da América Latina, como México e Argentina, por exemplo. A grande pretensão do governo de São Paulo era, segundo Schwartzman (2000), resgatar seu prestígio perdido no cenário político nacional, desde a chegada de Vargas ao poder. Contudo, o projeto de educação superior do Ministro Capanema era o de implantar um modelo único, uma instituição da qual a própria USP deveria ter como referência, inclusive de qualidade de ensino, tal como já acontecia com o Colégio Pedro II no ensino secundário.

Em 5 de julho de 1937, o presidente Getúlio Vargas sancionou a Lei-nº 452, dando início à Universidade do Brasil. Em seu discurso de lançamento, o ministro Gustavo Capanema deixou claro os dois objetivos principais da instituição, o primeiro, o de fazer dela o modelo basilar do ensino superior nacional. O segundo, previa que os estudantes que a ela pretendessem o acesso, deveriam passar por rigorosos exames de seleção, o que nos deixa claro o objetivo de Capanema, de tornar a Universidade do Brasil, o lócus de uma formação das e para a elite intelectual.

Figura 13 - Gustavo Capanema discursa na presença de Getúlio Vargas e outros durante cerimônia de aprovação da lei que fundamentou a Universidade do Brasil



Fonte: (CPDOC/ GC foto 104), 05/07/1937

O projeto da Universidade do Brasil era baseado em quatro pontos, como afirma Schwartzman, (2000), alicerçados no desenvolvimento da concepção de universidade, com ênfase no espaço físico apropriado para o ensino e aprofundamento do conhecimento pela pesquisa e extensão. Nesse caso, a própria concretização da cidade universitária é um ícone desse processo. Em segundo lugar, a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que integrou a formação universitária, prevista na legislação de 1931. No que diz respeito à Reforma Francisco Campos, Capanema estabeleceu a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, defendida na legislação de 1931, como Faculdade de Educação, Ciências e Letras, essencial para a formação do professor do ensino secundário. Assim a criação de diversos institutos e faculdades, dentre eles havia o projeto de uma Faculdade Nacional de Política e Economia, carro chefe para a formação do pensamento das elites que conduziram o país.

A relação do Ministério de Educação com a UDF foi marcada por intensas disputas de posições. Enquanto a Universidade do Distrito Federal caminhava como uma instituição municipal, sob a égide dos posicionamentos liberais, o ministro da Educação, Gustavo Capanema, articulava-se com intelectuais de diferentes montas presentes na pasta, fortalecendo a concepção do governo de uma educação voltada para o nacionalismo. Nesse aspecto, a Universidade do Brasil foi de grande relevância para o cenário educacional, uma vez que

Esta disputa é particularmente importante, porque estavam em confronto não apenas concepções sobre a universidade e o ensino superior, mas também sobre a formação de professores para o magistério do ensino secundário, primário e normal. E estes projetos de formação estavam imbricados com os projetos de formação da juventude, com projetos de sociedade e relações de poder (DIAS, 2011, p. 6)

Desse modo, a Universidade do Brasil representou para a sua gestão, o condutor de um ensino superior centralizado, voltado para o desenvolvimento e fortalecimento de uma concepção que modelaria o comportamento do cidadão no Estado Novo.

Com o fim de tornar o ensino superior subordinado ao Ministério da Educação e dissipar a força política que se formava em torno da UDF no cenário educacional, em 1939 foi sancionado o decreto n.º 1.063, que tornou a instituição subordinada à Universidade do Brasil. O movimento de fusão das instituições foi um grande trunfo para a corrente católica representada, entre outros educadores, por Alceu Amoroso Lima, que no ano anterior, já tinha ocupado a UDF com a sua nomeação para a reitoria. Coube a ele desarticular o movimento liberal que pulsava nos cursos da instituição. Segundo Schwartzman, (2000, p. 227), “ela representou por alguns anos, a esperança dos setores liberais da intelectualidade do Rio de Janeiro, que viam, enfim, surgir uma instituição de nível superior à altura de suas aspirações”. O posicionamento de Amoroso Lima foi decisivo para alinhar a concepção de universidade difundida pelo Ministério da Educação.

Figura 14 - Matéria do Jornal do Brasil, com a publicação do Decreto de transferência dos alunos da Universidade do Distrito Federal para a Universidade do Brasil

# TRANSFERIDOS PARA A UNIVERSIDADE DO BRASIL

**Varios estabelecimentos de ensino da Universidade do Distrito Federal — O importante decreto assinado, hontem, na pasta da Educação**

Em data de hontem, o Sr. Presidente da Republica assinou, na pasta da Educação, o decreto-lei n. 1.063, dispondo sobre a transferencia de estabelecimentos de ensino da Universidade do Distrito Federal para a Universidade do Brasil e assim redigido em sua íntegra:

— "O PRESIDENTE DA REPUBLICA usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

**DECRETA:**

Art. 1 — Ficam transferidos para a Universidade do Brasil os estabelecimentos de ensino que compõem a Universidade do Distrito Federal, ora mantida pela Prefeitura do Distrito Federal.

Paragrafo Unico — Ficam excluidos dos estabelecimentos de que trata este artigo o Instituto de Educação, o Departamento de Artes do Desenho e o Departamento de Musica, bem como o curso de formação de professores primarios, o curso de orientadores de ensino primario, o curso de administradores escolares e os cursos de aperfeiçoamento da Faculdade de Educação.

Art. 2 — A Faculdade de Filosofia e Letras, a Faculdade de Ciências, a Faculdade de Política e Economia e os cursos transferidos da Faculdade de Educação serão incorporados à Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras.

Art. 3 — Os cursos que compõem o Instituto de Artes serão incorporados à Escola Nacional de Belas Artes e à Escola Nacional de Musica.

Art. 4 — Os professores catedráticos efetivos, pertencentes aos cursos transferidos, serão aproveitados pelo Governo Federal em cargos da mesma natureza na Universidade do Brasil.

Paragrafo Unico — Até que se realize o aproveitamento, os professores catedráticos de que trata este artigo terão todos os seus direitos garantidos perante a Prefeitura do Distrito Federal.

Art. 5 — Os alunos regularmente matriculados nos cursos transferidos serão admitidos a continuar normalmente os seus estudos na Universidade do Brasil, nos cursos por esta mantidos.

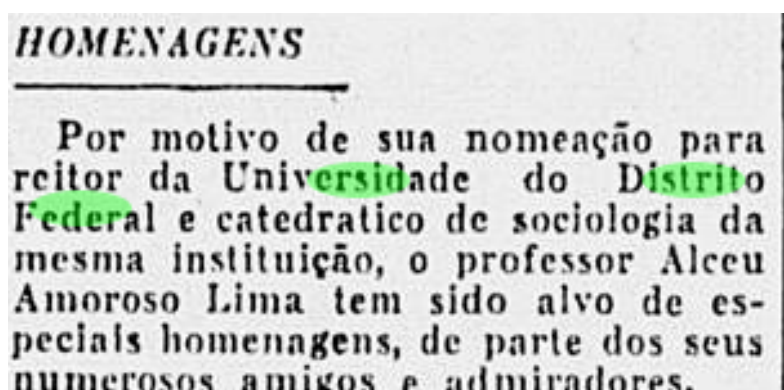
Art. 6 — A Prefeitura do Distrito Federal porá, provisoriamente, à disposição do Ministerio da Educação instalações em edificio adequado para o funcionamento dos cursos transferidos, até que sejam montadas pelo Governo Federal, para estes cursos, as instalações proprias.

Art. 7 — Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação, operando-se de fato a transferencia na data em que, para este efeito, fôr assinado o necessario termo entre o Ministro da Educação e o Prefeito do Distrito Federal.

Art. 8 — Ficam revogadas as disposições em contrario."

Fonte: *Jornal do Brasil*, 21 de Janeiro de 1939, p. 12

Figura 15 - Homenagem a Alceu Amoroso Lima pela nomeação à reitoria da Universidade do Distrito Federal



Fonte: A Noite, 14 de Junho de 1938, p. 3

As figuras 14 e 15 trazem o decreto de transferência dos alunos da UDF para a Universidade do Brasil e as felicitações e homenagens a Alceu Amoroso Lima pela nomeação à reitoria da UDF. Essas matérias, do Jornal do Brasil e de A Noite, respectivamente nos fazem observar a possível articulação entre Amoroso Lima e Capanema no intuito do sufocamento da UDF até o final dos seus trabalhos de formação universitária. Com a reitoria sob a regência de um intelectual católico, a transferência dos alunos para a nova instituição, então a única reconhecida pelo Ministério como referência à concepção de ensino superior aspirado pelo governo federal, a UDF caminhou para a extinção de suas atividades.

### 3.1.3 Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi), a Formação sob um Único Pensamento

No compasso da instauração das faculdades para integração da Universidade do Brasil, a Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi), deveria vir nos moldes da Universidade de São Paulo, porém sua organização e condução seria de “estrito controle doutrinário da igreja católica” (SCHWARTZMAN, 2000, p. 330). O objetivo do Ministério da Educação, era o de investir na formação de uma elite cultural, com o desenvolvimento de pesquisa e ampla produção intelectual. Na busca de estabelecer a FNFi, Capanema recorreu a indicações para composição de seu corpo docente, para atender à demanda da Igreja e do Estado Novo.

Nesse sentido, o ministro recorreu a George Dumas, professor de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP). Em correspondências trocadas entre ambos, Schwartzman,

2000, analisa algumas das questões que envolveram a seleção de nomeação do corpo docente da FNFfi. Em um dos trechos das cartas trocadas entre Capanema e Dumas, o ministro, em solicitação de professores para as cadeiras de Psicologia e Sociologia, escreveu:

[...] desejo professores habituados à pesquisa e de estudos bem orientados, mas ligados à Igreja. A faculdade vai ficar sob a direção do Sr. Alceu Amoroso Lima, católico, amigo de Jacques Maritain. Daí não encontrar eu boa acolhida para nomes que sejam conhecidos por suas tendências opostas à Igreja ou dela divergentes (CAPANEMA, 1936 apud SCHWARTZMAN, 2000, p. 332)

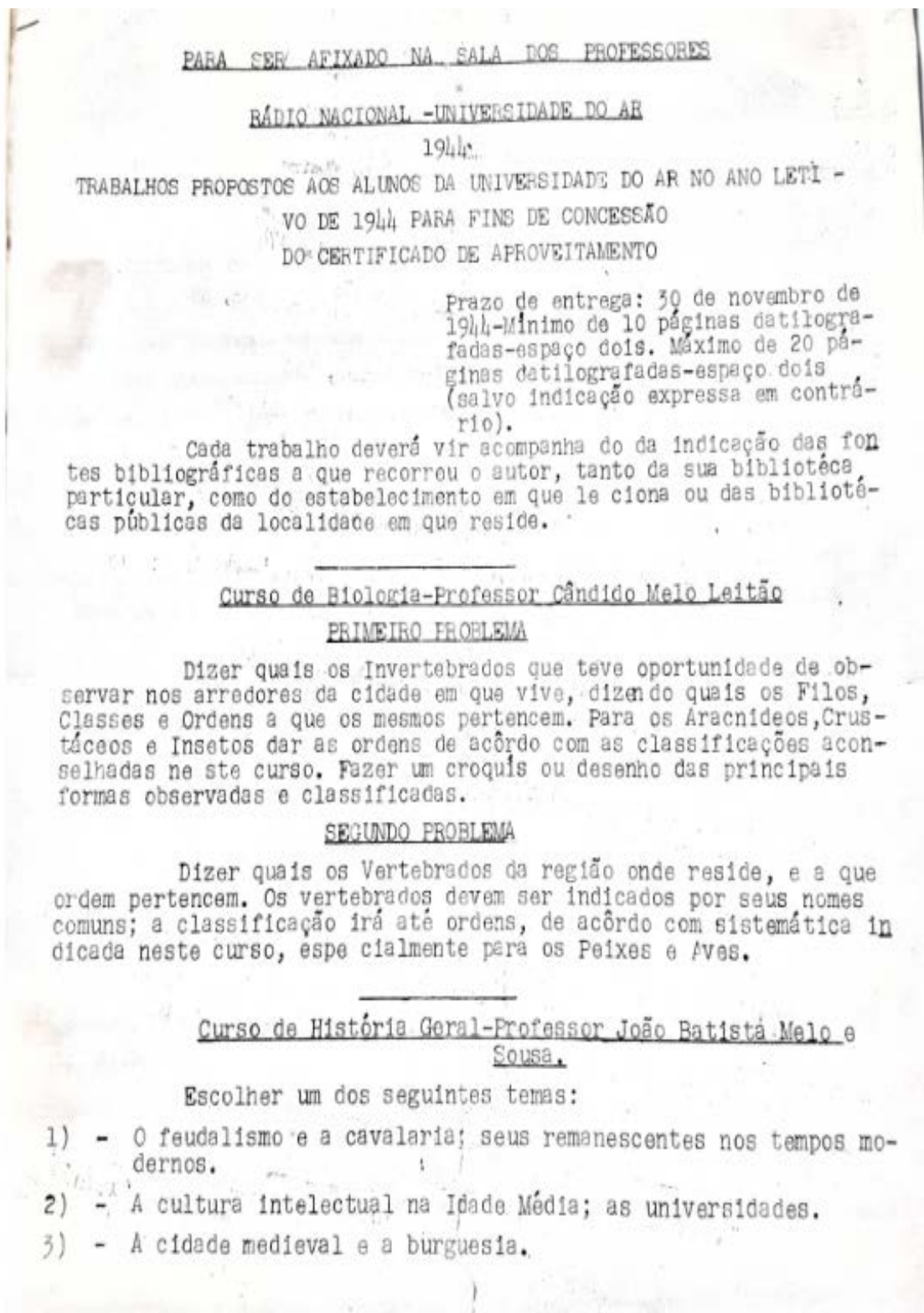
A pretensa solicitação de Capanema por professores que reunissem apreço e dedicação deixa claro o posicionamento que declinava-se à corrente católica de ensino. A postura do Ministério da Educação na indicação de Alceu Amoro Lima para a reitoria da Faculdade Nacional de Filosofia, no entanto, esbarrou em inúmeros contrapelos políticos, desde as indicações para cadeiras importantes da nova instituição, até a questão de desagrado por parte de Amoroso Lima, diante da ideia de incorporar os quase 500 alunos e 100 professores à FNFfi. Para o educador, esse movimento faria com que a instituição já nascesse com o estigma do desafeto para os seus sujeitos, o que comprometeria aquela que deveria ser o ícone de formação filosófica nacional. Assim, Amoroso Lima não assumiu a direção da Faculdade Nacional de Filosofia, mas aceitaria a cátedra de Literatura Brasileira oferecida pelo amigo, ministro Gustavo Capanema.

Diante da extinção da UDF frente à instauração da Universidade do Brasil e da criação da Faculdade Nacional de Filosofia – instituição essa componente da Universidade do Brasil - observamos o movimento político na condução do ministro da educação para a elevação do ensino superior centralizado no país. No bojo dessa discussão, a Universidade do Ar capitula uma importante posição, num momento em que se discutia a concepção de universidade. O programa radiofônico representou para seus professores catedráticos, muito mais que uma programação. A Universidade do Ar contava com o espaço físico próprio, como observamos em um dos comunicados aos professores do programa.

O fato do programa ter um espaço físico destinado a ele dentro dos estúdios da Rádio Nacional, no Rio de Janeiro, de onde eram transmitidas suas aulas, foi bastante simbólico para a representação de um espaço universitário real, em que professores e alunos trocavam, compartilhavam suas dúvidas, recebiam feedbacks e conduziam os cursos das disciplinas que eram oferecidas pela Universidade do Ar. Os mestres catedráticos frequentavam os espaços para a transmissão de suas aulas, o que para eles, também pode ter sido muito importante,

para a sensação de pertencimento a uma instituição a distância, estavam próximos aos alunos através das ondas radiofônicas.

Figura 16 - Circular para os professores da Universidade do Ar



Essa representação da “sala dos professores” confere um peso ao projeto ali desenvolvido. Uma espécie de local próprio para o desenvolvimento da Universidade dentro da Rádio Nacional. Se é possível estabelecermos esse paralelo, a UDF não contava com espaços físicos próprios, dependendo de prédios cedidos para realização de suas atividades. Em detrimento a essa questão, a Universidade do Ar, apesar de não ser uma instituição física, o Ministério da Educação deu a ela todo o necessário para que os docentes tivessem os aparatos necessários para ministrar as aulas pelo ar.

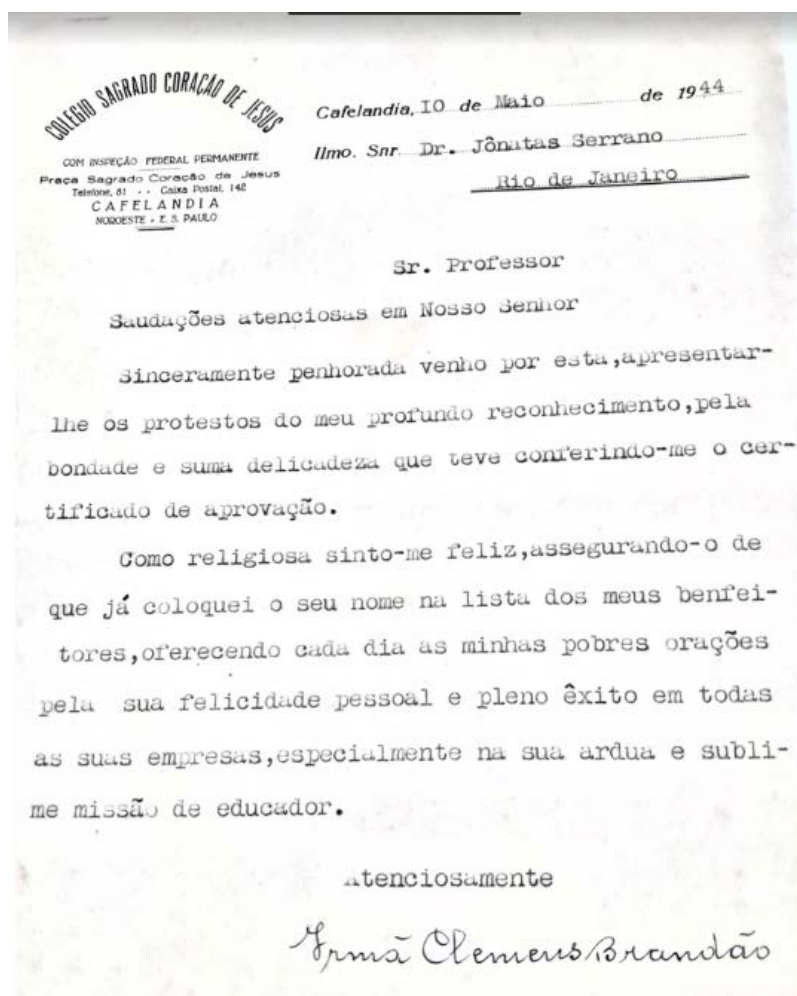
Na análise do contexto em que o programa radiofônico alcançou os professores, é interessante observar que levar o conhecimento tal como era difundido na Faculdade de Filosofia, mostra-se como uma estratégia por parte do Ministério da Educação para a difusão de uma concepção de ensino alinhada aos ideais do Estado Novo.

Visando alcançar, pela maior eficiência do professor, a melhoria do índice cultural do país, a ‘Universidade do Ar’ iniciará em abril de 1941 um curso abrangendo a metodologia das matérias do ensino secundário. Ficam assim ao alcance de todos os professores, mesmo dos pontos mais remotos do país, cursos de didática semelhantes aos ministrados nas faculdades de Filosofia, cuja frequência nem sempre lhes é possível, já pela distância, já por dificuldades horárias. (A Noite, 16/04/1941, p. 3)

A Universidade do Ar chega ao professor secundário de forma desburocratizada, levando em sua base, orientações metodológicas em consonância com preceitos de bases cívicas, patrióticas e religiosas. Prova desse movimento encontra-se nas cartas trocadas pelo professor Jonathas Serrano com os alunos, em grande parte, alunos esses professores de escolas católicas. Os alunos do professor Serrano enviavam ao mestre, cartas que eram lidas no ar sobre os mais variados assuntos. Nas correspondências, era frequente o uso de expressões cristãs em saudações, ou em votos de estimas ao professor da disciplina de História. Seus remetentes, em grande parte, eram freiras envolvidas nas escolas católicas. Essas representavam boa parte das alunas matriculadas na Universidade do Ar. O tratamento e os usos de expressões do cotidiano cristão das instituições de ensino cristãs também da igreja, podem ser vistas na forma em que os professores secundaristas dirigiam-se aos professores do rádio. Abaixo, segue a carta da irmã Clímenes Brandão, do Colégio Sagrado Coração de Jesus, em São Paulo, datada de maio de 1944. No texto, a aluna do professor Serrano agradece pelo certificado a ela conferido.



Figura 17 - Carta da aluna Irmã Climens Brandão ao professor Jonathas Serrano



“Saudação atenciosas em nosso Senhor,

Sinceramente, apenhorada venho por esta, apresentar-lhe os protestos do meus profundeconhecimento, pela bondade e suma delicadeza que teve conferindo-me o certificado de aprovação

Como religiosa sinto-me feliz, assegurando de que já coloquei seu nome na lista de meus benfeitores, oferecendo todos os dias as minhas pobres orações pela sua felicidade pessoal e pleno êxito em todas as suas empresas, principalmente na sua árdua e sublime missão de educador.

Atenciosamente

Irmão Climens Brandão

Fonte: Arquivo Nacional, FJS/NA, cx. 17

O discurso da irmã Climens Brandão apresenta-nos uma educadora de escola católica, Colégio Sagrado Coração de Jesus. Em seu texto, podemos ver que a concepção de educação

se entrelaça aos preceitos cristãos. O tom bondoso de sua escrita, reflete o tratamento dado pela freira ao seu interlocutor, professor Jonathas Serrano, a quem ela agradece de forma delicada e devota, seu certificado de aprovação. Interessante para essa análise, verificarmos que desde a saudação até a despedida, a religiosa, que na carta não deixa claro tratar-se de fato de uma professora secundária, demonstra a relação do trabalho docente, ao sacerdócio, “sua árdua e sublime missão de educador”

Diante de um cenário no qual a Educação configurava-se como uma peça fundamental na engrenagem política, a ênfase no ensino secundário e no ensino superior marcaram a passagem do ministro Gustavo Capanema pelo Ministério da Educação. Desde a reforma Francisco Campos, corroborando com a reforma Capanema em 1942, o ensino superior foi um ponto a ser refletido e trabalhado com bastante cautela e afínco pelo governo. A trajetória de consolidação da universidade pautada na concepção católica de ensino era fundamental para a política do governo Vargas, mas propriamente, do Estado Novo, momento de repressão à liberdade de expressão e do livre pensamento.

Desse modo, fica-nos a percepção de que a Universidade do Ar foi, de fato, um canal para o alinhamento do professorado brasileiro à concepção de ensino que veio sendo desenhada desde a chegada de Vargas ao poder (1930), até o fim do Estado Novo (1945). Através dela, ao mesmo tempo em que identificamos a base do modelo universitário nacional, pautado em parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Educação para a formação superior, os professores secundaristas recebiam as metodologias de ensino de suas disciplinas, de acordo com os ideias do regime.

### **3.2 E na tessitura da história, as redes de sociabilidades fortalecem a hegemonia no ensino superior**

O clima político que se instaurou em torno do governo Vargas no Estado Novo, contou com a participação de vários intelectuais que compunham o governo. O contexto educacional, no qual o Ministério da Educação e Saúde ocupa centralidade, foi o espaço em que muitos desses intelectuais foram, estrategicamente, alocados para o êxito das políticas educacionais do governo. A figura do Ministro Gustavo Capanema como articulador de diferentes visões em direção à nacionalização do comportamento cidadão pela educação, tomou destaque nos anos que permaneceu frente ao Ministério (1934 -1945).

É nesse momento de grande efervescência política, com a Educação assumindo um papel fundamental no estabelecimento dos ideais postos pelo governo de Vargas que a Universidade do Ar pode ser visualizada como um lugar de representatividade de um grupo. Seus professores, pessoas de expressão intelectual no campo educacional, político e cultural, incorporavam ao projeto a credibilidade necessária a fim de difundirem entre os professores secundários, sujeitos do cotidiano escolar, a formação metodológica necessária para o desenvolvimento de seu trabalho pedagógico.

Na tessitura das diferentes visões que estruturavam o governo, mais enfaticamente o ministério da educação, a escolha dos professores para atuarem frente na Universidade do Ar, na função de representantes do governo junto ao professorado secundário brasileiro, não poderia ser diferente. O quadro docente do programa, refletiu a composição de distintas frentes de pensamentos. No entanto, a escolha dos nomes nos parece estrategicamente pensada de modo a corroborar com um projeto maior de formação de comportamentos próprios para o cidadão. Desse modo, um questionamento nos é evidenciado, essa escolha se deu de forma despretensiosa dentre os intelectuais atuantes junto ao Ministério da Educação? A percepção de redes de sociabilidades, trazidas por Sirinelli (2003) pode auxiliar-nos na observação do quadro docente estruturado para esse projeto. De acordo com o autor:

Todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. São estruturas de sociabilidade difíceis de apreender, mas que o historiador não pode ignorar, subestimar (SIRINELLI, 2003, p. 248)

Segundo Sirinelli (2003), as sensibilidades ideológicas ou culturais uniriam sujeitos, intelectuais em torno de uma causa, ainda que essas afinidades fossem difusas, ou seja, mesmo que fosse por posicionamentos distintos, pensar em favor de uma causa, uniriam os homens de pensamento. Essa orientação nos auxiliará na observação dos espaços de sociabilidade intelectual partilhados por esses professores atuantes na Universidade do Ar. Aqui, podemos observar que, a Universidade do Ar unia esses homens e mulheres de diferentes pensamentos políticos. Havia, então, espaços de sociabilidade que explicassem a escolha desses professores para compor um projeto de formação pedagógica para professores pelo rádio no Estado Novo?

É necessário colocar como origem da discussão aqui proposta, a noção de rede de sociabilidade proposta por Sirinelli (2003). No entanto, é preciso salientar que a rede de sociabilidade nos ajuda a compreender a atuação do intelectual nas instituições e na

sociedade. Cabe dizer, que nosso objetivo nesse trabalho, não é o de debruçar-nos sobre o estudo do intelectual, uma vez que a Universidade do Ar é composta de inúmeros professores, mas o de percebermos a composição desse quadro docente em um contexto de política repressiva, em que os intelectuais assumiam importantes posições junto ao governo. Sendo assim, é importante para nós, percebermos como Sirinelli (2003) concebe o intelectual, sabendo que esse será o sujeito das redes de sociabilidades.

Não é possível pensarmos as instituições sem os sujeitos que o compõem. Dentro dessa perspectiva, os campos da atuação que os educadores da Universidade do Ar compartilhavam, além do programa destinado aos docentes secundaristas, locais outros de encontros de pensamentos e posicionamentos. Um desses locais de partilha era a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD). Com o objetivo de tornar único o aprendizado nas escolas brasileiras, e também de exercer o controle sobre o conhecimento praticado nas unidades de ensino, o Ministério da Educação criou a Comissão Nacional do Livro didático. Como afirma Ferreira (2008, p. 37), “a centralização das políticas de controle deveria padronizar a literatura didática no país e evitar eventuais abusos decorrentes de iniciativas isoladas estabelecidas por alguns estados da federação”. Neste sentido, o Decreto-Lei nº 1006, estabeleceu em dezembro de 1938, as condições para produção, importação e utilização de livros didáticos no país.

Grande foi a repercussão na imprensa a respeito do lançamento da nova Comissão avaliadora dos materiais didáticos produzidos para serem vivenciados nas escolas. A política centralizadora do Estado Novo fora sentida em diversas áreas, mas na Educação, a ofensiva cultural era o ponto crucial para a “recriação institucional” (Ferreira, 2008, p.47). Desse modo, os veículos de comunicação com a sociedade foram usados de forma abrangente a cada movimento político do governo. Nessa direção, a divulgação da CNLD pela empresa se deu por informes diários dos mais variados jornais. Alguns, de posicionamento claramente alinhado ao governo e ao Ministério da Educação, como o jornal *A Batalha*, *A Noite* e a revista *A Ordem*.

Por outro lado, jornais como *O Jornal do Brasil*, não só informavam, como também traziam pareceres a respeito da morosidade dos trabalhos da Comissão e ainda, sobre os episódios de lisura quanto à escolha dos títulos avaliados como em conformidade ao que estabelecia o decreto. Mesmo com a publicação de visões de especialistas a respeito das contradições da Comissão em relação a fazer cumprir o que o propósito de sua criação, o jornal não se colocava em oposição ao governo ou ao Estado Novo. O impresso era favorável

ao sistema político de Vargas e uma das razões de se colocar criticamente em relação à comissão, pode ser seu comportamento diplomático em relação ao regime.

Já o jornal *A Batalha* foi concebido em caráter de oposição ao governo, mas ao longo do tempo, por problemas financeiros de seus idealizadores, foi vendido a Julio Barata, que apoiou por interesses financeiros do jornal *A Batalha*, o golpe e o novo regime do Estado Novo. Com a nomeação à direção do setor de radiodifusão do DIP, Barata ficou impossibilitado de publicar em seu jornal. Assim, o impresso foi vendido à União. O jornal *A Noite*, parte integrante do grupo de comunicação que levava o mesmo nome, foi entregue ao governo federal como parte de pagamento de dívidas de seus donos à União. Junto ao Jornal *A Noite*, o governo contava ainda com emissoras de rádio, entre elas a Rádio Nacional, que abrangia de forma extensa a sociedade com os feitos políticos do governo Vargas.

A revista *A Ordem* justificava sua existência no objetivo de difundir os preceitos católicos, suas concepções doutrinárias. As aspirações políticas e filosóficas religiosas ganhavam na divulgação desse periódico força para o combate à indiferença e a oposição à Igreja. Nesse sentido, a revista influenciava a expansão das instituições católicas na sociedade, ganhando o apoio de intelectuais para o projeto com base na moral, na ordem, sob a qual se daria a salvação nacional. Entre seus maiores colaboradores, destacam-se, Alceu de Amoroso Lima, Jonathas Serrano, entre outros.

Diante desse momento político-educacional, a Comissão Nacional do Livro Didático aparece-nos como o lugar de sociabilidade entre os professores atuantes na Universidade do Ar. Como a Comissão tem seu início marcado anos antes do lançamento do programa na Rádio Nacional, é possível observarmos como um lugar de sociabilidade, integrando os intelectuais como peças de uma engrenagem, que trariam vida a outros movimentos do Ministério da Educação, com a intenção de moldar comportamentos, consolidar o pensamento nacionalista brasileiro e forjar a identidade de um cidadão comprometido com o novo momento político da nação.

A comissão organizada para orientar a adoção de livros didáticos nas escolas brasileiras, teve sua instauração de forma bastante vagarosa. O decreto-lei 1.006, de 30 de dezembro de 1938, previa em seu capítulo II “o estabelecimento de uma comissão responsável pela produção, importação e utilização de livros didáticos no país” (FERREIRA, 2008, p. 50). Constituída por profissionais selecionados a partir da escolha do ministro Gustavo Capanema, a CNLD foi formada por profissionais de reconhecida credibilidade, de

notório conhecimento na área de atuação. Dentre esses profissionais estão professores da Universidade do Ar:

Quadro 4 - Professores da Universidade do Ar integrantes da Comissão Nacional do Livro Didático

<b>Professor</b>	<b>Disciplina na Universidade do Ar</b>	<b>Posição na CNLD</b>
Alceu Amoroso Lima	Professor de Sociologia na Universidade do Ar	Literatura Brasileira
Abgar Renaut	Diretor do Departamento Nacional de Ensino do Ministério da Educação / Professor de Inglês na Universidade do Ar	Literatura Inglesa
Jonathas Serrano	Professor de História do Brasil na Universidade do Ar	História da Civilização Geral
Dom Hélder Câmara	Professor de Didática na Universidade do Ar	Metodologia Pedagógica
Clóvis Rego Monteiro	Professor de Literatura Luso-Brasileira na Universidade do Ar	Filologia Portuguesa
Theobaldo Miranda Santos	História da Filosofia da Educação na Universidade do Ar	História da Pedagogia
Melo Leitão	Professor de Biologia na Universidade do Ar	Ciências Físicas e Naturais
Delgado Carvalho	Professor de Geografia Geral e do Brasil na Universidade do Ar	Geografia
Maria Junqueira Smdthi	Professora de Língua e Literatura Francesa na Universidade do Ar	Metodologia Pedagógica

Lucia Magalhães	Diretora da Divisão de Ensino Secundário do Ministério da Educação / Diretora da Universidade do Ar	Filosofia da Criança e do Adolescente
-----------------	--	---------------------------------------

Produzido por nós a partir de Ferreira (2008)

Desde o lançamento de seu decreto de criação, até sua institucionalização em 1940, a CNLD vivenciou embates que tornaram o seu início e o desenvolvimento do trabalho morosos. O quadro acima com os professores componentes na da Comissão e também atuantes na Universidade do Ar, foi construído com os educadores que permaneceram na comissão para a execução dos trabalhos, uma vez que alguns outros professores, nomes que integraram a Universidade do Ar foram selecionados pelo ministro Capanema, mas não tiveram sua nomeação para a seleção dos livros didáticos. Como a escolha de cada nome foi realizada pelo Ministro, fica para nós, mais um indício de que a rede de sociabilidade pode ter sido um dos mecanismos de seleção desses professores para ambos os projetos.

### **3.3 A Comissão Nacional do Livro Didático e a Universidade do Ar, espaços de construção do pensamento**

Como forma de tornar a seleção de professores para Comissão Nacional do Livro Didático clara, o decreto 1.006 de 30 de dezembro de 1938, estabeleceu em seu capítulo II, o caráter permanente da Comissão, bem como a nomeação de todos os seus membros, como designação do Presidente da República. Para ocuparem um espaço na CNLD, o cidadão deveria ter preparo técnico e notória capacidade pedagógica, ter reconhecido valor moral. Dentre eles, dois deveriam ser especialistas em metodologia das línguas, três especializados em metodologia das ciências e dois especialistas em metodologia de ensino.

A função da CNLD era o de examinar os livros e compêndios, realizar apreciação sobre as obras apresentadas e emitir parecer favorável ou contra. Além disso, caberia ainda à ela “sugerir concursos para a produção de obras ainda não existentes no Brasil, promovendo, periodicamente, exposições nacionais de livros didáticos autorizados de acordo com a lei”

(Ferreira, 2008, p. 51). Era vedado ao corpo de membros da CNLD, qualquer tipo de ligação comercial com autores ou editoras do país ou do exterior. Era também necessária a presença de seus membros em até dez sessões mensais, nas quais, seriam pagos 1 conto de réis a cada mês, ou diárias de 100 mil réis a cada encontro<sup>54</sup>.

A escolha dos profissionais para integrarem a CNLD, feita pelo ministro Gustavo Capanema, à princípio contou com 52 nomes relacionados. Um dos critérios usados para essa seleção foi a disponibilidade dos especialistas nas áreas específicas. O Segundo, referiu-se às instituições as quais pertenciam os professores. Ferreira (2008, p. 50), diagnosticou que, “os nomes foram numerados e seguidos de informações como: instituição de origem, disciplina e observações quando o Ministro julgava conveniente”. Nesse sentido, é possível identificarmos nomes representativos ligados às áreas de educação, desenho e música. Entre as disciplinas estão, Matemática, Português, História da Civilização, Desenho e Francês. As disciplinas como química, geografia, sociologia e pedagogia em geral, apresentaram um baixo número de indicações. Entre as instituições, o Colégio Pedro ofereceu o maior número de profissionais especialistas.

Dentre as etapas de seleção dos profissionais para a atuação na CNLD, houve ainda o questionamento a respeito dos professores integrantes na comissão. Alguns deles também eram autores de livros didáticos, o que era muito comum, levando-se em conta que a escolha foi feita com base na competência técnica e pedagógica desses sujeitos. Assim, a legislação foi alterada para que fossem formadas comissões extras, para avaliarem os livros dos autores membros da CNLD, sendo os trabalhos extensos e o número de obras a serem analisadas, superior à capacidade de produção de pareceres dos professores encarregados.

Como afirma Ferreira (2008), quase dois mil livros foram encontrados entre os manuscritos de Capanema, a respeito das anotações das obras a serem avaliadas pela CNLD. No entanto, não houve registro de pareceres emitidos pela comissão de todas as obras, pois apesar da legislação ter sido alterada após o início dos trabalhos da comissão, a fim de adequar a análise ao tempo e ao seu número de membros, a equipe não conseguiu avançar como o previsto. A CNLD, permaneceu em suas funções nos anos seguintes, indo até 1969.

Um dos traços que reforçam a rede de sociabilidade existente entre esses professores atuantes na CNLD e na Universidade do Ar é justamente o Colégio Pedro II. A instituição exerceu grande influência na educação secundária, sendo o modelo de ensino a ser seguido pelas demais escolas secundaristas. Era grande o alinhamento do ministro Capanema, em

---

<sup>54</sup> Em valores convertidos, hoje, corresponde à quantia mensal de R\$ 123.000,00 (cento e vinte e três mil reais); diária de R\$ 12.300,00 (Doze mil e trezentos reais)



relação à política estabelecida no Estado Novo e o Colégio Pedro II. A instituição ganhou destaque como escola modelo de ensino secundário, na implementação das ações educativas que vivificavam o discurso nacionalista. Entre os professores pré-selecionados, haviam ainda profissionais do Instituto de Educação do Distrito Federal, da Escola Nacional de Engenharia, do Colégio Militar e Escola Naval, trazendo a presença de militares no ensino e no governo.

Assim como ocorreu no corpo docente da Universidade do Ar, o quadro de professores atuantes, girava em torno das principais instituições de ensino, porém daquelas alinhadas à nova ordem política do Estado Novo, sendo o Colégio Pedro II a instituição com maior número de professores representados. A análise de matérias das publicações já mencionadas, em especial a revista *A Ordem*, nos faz observar a relação entre os professores, que tinham na Comissão, um local de encontro, em suas reuniões. Parece-nos claro que os professores de ambos os projetos, foram cuidadosamente escolhidos para atuação em posições relevantes para as ações a que foram conduzidos. Como na metáfora dos fios, os intelectuais costuravam, teciam uma rede de ações em torno do Ministério da Educação.

Figura 18 - Publicação da primeira sessão da Comissão Nacional do Livro Didático

## Bons livros para a formação moral e civica dos brasileiros

O que foi a reunião da Comissão Nacional do Livro Didático



**Ministro Gustavo Capanema**

RIO, 16 Realizou-se terça feira ultima sob a presidencia do Ministro Gustavo Capanema mais uma reunião da **Comissão Nacional do Livro Didático**. Dando inicio á sessão, o ministro Gustavo Capanema encauceou, mais uma vez, a importância da tarefa cometida pelo governo áquele órgão, da qual dependerá a solução de um dos problemas mais relevantes para a educação dos brasileiros, qual o da escolha de bons livros, não somente visando a sua formação intelectual, como igualmente, a sua formação moral e civica. Conhecendo a extensão e a gravidade da missão atribuída á **Comissão Nacional do Livro Didático**, es-

tava certo todavia, de que ela seria levada a cabo de maneira plenamente satisfatoria dado o valor de cada um dos seus componentes, todos eles figuras de realce no magisterio, e patriotas cheios de boa vontade.

A comissão, em seguida, procedeu á eleição do seu presidente e do seu vice-presidente, sendo eleitos respectivamente, os professores Euclides Roxo e padre Leonel Franca.

O ministro da Educação, proclamando os nomes dos eleitos, referiu-se com palavras de simpatia á Escolha da Comissão. Em seguida, convidou o prof. Euclides Roxo a substitui-lo na presidencia, retirando-se da sessão.

Após a saída do ministro, a **Comissão Nacional do Livro Didático** voltou a se reunir, já em sessão ordinaria, organizando as novas secções didaticas em que se subdivide, de acôrdo com as instruções recentemente expedidas pelo ministro da Educação, e que ficaram assim constituídas :

Após a saída do ministro, a **Comissão Nacional do Livro Didático** voltou a se reunir, já em sessão ordinaria, organizando as novas secções didaticas em que se subdivide, de acôrdo com as instruções recentemente expedidas pelo ministro da Educação, e que ficaram assim constituídas :

Secção A—Línguas e literaturas: Hahnemann Guimarães, Abgar Renault e Maria Junqueira Schmidt.

Secção B—Matematica e desenho — Euclides Roxo, Alonso de Oliveira e Pereira Costa.

Secção C—Ciencias Fisicas e Naturais: Menezes de Oliveira, João Pecegueiro e Melo Leitão.

Secção D — Geografia: Delgado de Carvalho, Armando Pina e Alonso de Oliveira.

Secção E — Historia: Jonatas Serrano, Delgado de Carvalho e Leonel Franca.

Secção F — Filosofia, sociologia e pedagogia: Leonel Franca, Carneiro Leão e Jonatas Serrano.

Secção G — Metodologia das técnicas: Armando Pina, Melo Moraes e Rodolfo Fucha.

Secção H — Materias do ensino primario: Carneiro Leão, Maria Schmidt, Abgar Renault, Menezes de Oliveira e Pereira Costa.

Secção I — Redação — Souza de Oliveira, Hahnemann Guimarães e Jonatas Serrano.

A Comissão discutiu ainda varios assuntos pertinentes ao seu funcionamento, tendo sido feitas as primeiras distribuições de livros para estudo.



Fonte: *A Ordem*, 16/01/1941, p. 1. Num. 1588  
Hemeroteca Digital

A matéria da figura 18 “Bons livros para a formação moral e cívica dos brasileiros<sup>55</sup>”, trata da primeira sessão da Comissão Nacional do Livro Didático, a revista *A Ordem*, de viés político conversador, aponta para um posicionamento em pró do ministro Capanema e da política educacional praticada. Através do texto publicado, podemos ver a presença de professores da Universidade do Ar que compuseram as seções didáticas para o início dos trabalhos de julgamento dos livros. Dentre os professores já presentes nessa primeira reunião, estão: Abgar Renault, Maria Junqueira Schmitz, Melo Leitão, Delgado de Carvalho e Jonathas Serrano.

As sessões eram realizadas com frequência, totalizando até dez encontros mensais, o que de certo modo, colocou esses profissionais em contato permanente durante o período de atuação na Comissão. Nesse sentido, o contexto político embasaria as ações educativas do Ministério da Educação, que se movimentava em direção à formação escolar voltada às aspirações nacionalistas. Assim, os professores a desempenharem essa formação, deveriam estar em primeira ordem, alinhados aos preceitos educacionais do Estado Novo. A recorrência dos nomes em diferentes projetos do ministério Capanema, não podem ser ignorados ou observados por simples coincidência, mas sim pelas redes de sociabilidades.

A redes de sociabilidades dos professores que atuavam tanto na CNLD, quanto na Universidade do Ar, dentre outras motivações, parece-nos que a partilha de um pensamento ideológico seria predominante. No entanto, não é pertinente afirmarmos que todos os profissionais compartilhavam das mesmas aspirações. Como afirma Sirinelli (2003, p. 253), “a palavra sociabilidade reveste-se de uma dupla acepção, ao mesmo tempo “redes” que estruturam e “microclima”, que caracteriza um microcosmo intelectual particular”. Sendo assim, ainda que fizessem parte do projeto de educação no Estado Novo, poderiam ter diferentes posicionamentos, porém trabalhavam nos ideais de educação que ressoavam no Estado Novo.

A relação entre os educadores envolvidos no contexto político do ensino era apresentada pela imprensa e leva-nos à análise desses intelectuais em posições nas quais a tessitura do projeto de educação vai se desenhando. No caso de Julio Barata, por exemplo, vemos este intelectual como diretor do jornal *A Batalha*, aliado ao governo Vargas por questões políticas e financeiras, uma vez que o jornal nasceu como um veículo de denúncia e cobrança, antes mesmo da chegada de Vargas ao poder. Por conta dos problemas financeiros Barata comprou o jornal, trazendo consigo os incentivos financeiros do governo Vargas.

---

<sup>55</sup> Anexo N - Transcrição completa da matéria: Bons livros para a formação moral e cívica dos brasileiros

Alguns anos depois, ao ser nomeado diretor da Divisão de Radiodifusão do DIP, ele deixa a direção do jornal. No entanto, Julio Barata continua escrevendo ao jornal, imprimindo um discurso claro em relação ao seu posicionamento político favorável ao regime.

Figura 19 - Orientações de Julio Barata aos membros da CNLD

⊕ ⊖

**Rio de Janeiro, Quinta-feira, 4 de Abril de 1940**

# ‘A LUZ DO REGIMEN

Sainte-Beuve, nos seus "Retratos Literários", retete que, numa assembleia de homens notáveis, convocada pelo duque de Harcourt, preceptor do Delfim de França, o general marquês de La Fayette foi interrogado, como os demais presentes, sobre os livros de historia, que se deviam entregar ao jovem príncipe. A reunião se realizava no ano de 1787. A resposta do grande defensor da independencia dos Estados Unidos foi esta: "Creio que, nas aulas do príncipe, a Historia de França deve começar no ano de 1787".

O general queria significar aos nobres e aulicos a necessidade de advertir a realza do movimento, já então iniciado e que havia de explodir na Revolução Francesa. Mas a sua frase não deixa de ter um sentido geral. Lembra-nos que o estudo da historia não pôde desprezar o presente, deve olhá-lo com a mesma atenção, com que olha o passado, porque de outro modo seria infeundo o estudo e a historia não nos facultaria elementos para viver melhor e mais produtivamente na época em que devemos viver.

Com a restauração do ensino autonomo da Historia do Brasil, em duas series consecutivas do curso fundamental, elaborou o governo um programa para a disciplina, em que figuram, como pontos destacados, os que se referem á vida nacional contemporanea, obrigando-se o professor a explanar a progressiva deturpação das instituições republicanas, de 1889 a 1930, e, depois, os imperativos que determinaram, em 1937, o advento de um novo regimen. A geração, que povoa os bancos escolares, precisa conhecer a fundo as razões que inspiraram o golpe pacífico de Novembro, possuir a base intelectual indispensavel á compreensão dos rumos a que hoje obedece a Nação, compenetrar-se do seu dever de transmitir ao futuro o legado precioso, que a desordem ou os extremismos nunca poderão comprometer. A historia do presente deve retratar-se ao vivo, fazendo desfilhar aos olhos argutos da intelligencia juvenil os fatos e as iniciativas de agora, mais facilmente apreensíveis do que os do passado. Pelo menos, na exposição das coisas de hoje, que estão todas ao alcance de nossas mãos, não será necessario tentar aquela ressurreição de homens e costumes, que Michelet dizia ser a melhor tática do historiador: "Thierry acha que a historia deve ser uma narrativa, Guizot a encara como uma analyse. A mim me parece que a historia deve ser uma ressurreição. Homens, acontecimentos, costumes, tudo deve voltar á vida nas paginas da historia".

Mais importante, porém, do que a leal exposição das causas determinantes do Estado Novo é o espirito desse Estado, que deve impregnar a nossa reinterpretación do passado. Devemos habituar-nos a olhar o Brasil de ontem pelo prisma do Brasil de hoje, devemos aprender a procurar, na nossa infancia colonial, as raizes remotas, os influxos atavicos, as aspirações medulares, que foram tão lucida e superiormente postos em evidencia pelo nosso culto publicista, Azevedo Amaral, no seu estudo sociologico "A aventura politica do Brasil". Desde que se faça honestamente o exame do nosso passado, com o objetivo de realçar, dentro da mais incontrastavel verdade historica, o surto inicial do Brasil, sob o regimen do primado economico e do Estado tecnico, o carater estrangeiro e de importação das ideias liberais, que proliferam nos fins do ultimo seculo, os successivos esforços dos governantes bem intencionados, como Deodoro e Julio de Castlhos, para que a estrutura institucional do país se adaptasse á sua realidade, o ideal do novo regimen se nos desvendará como uma constante historica e um denominador comum, que reuniu, contra o divisionismo partidario e o romantismo dos inconformados, a todos os brasileiros em todos os tempos, até o dia em que se concretizou, pela identidade do Estado com a Nação, essa grande vontade interior da unidade nacional, de supressão dos regionalismos, de direção segura na economia, tudo, enfim, que forma a substancia do regimen em vigor. A Historia do Brasil não carece de ser virada pelo avesso ou de ser escrita da maneira que Hortensia de Beauharnais, a expertissima filha de Josephina e enteada de Napoleão, queria que se escrevesse a historia francesa, isto é, acomodando tudo aos Bonapartes e aos Beauharnais, para que do seu curso resulte a impressão de que o regimen vivente é o complemento natural e logico das boas aspirações do nosso passado e a coroação de um trabalho, que começou quando o Brasil ainda engatinhava e recebia os primeiros bafejos da civilização cristã. Basta contar a historia como a historia deve ser contada, Narrá-la á luz da verdade é narrá-la á luz do regimen. E á luz do regimen brasileiro é que a Historia do Brasil deve ser narrada.

A **Comissão Nacional do Livro Didatico** e ao ministro da Educação, sobre quem pesa a responsabilidade de organizar a Juventude Brasileira, de acordo com a patriótica ideia do Presidente Vargas, fundador e Chefe do regimen, encaminhamos estes pensamentos, na hora em que se vai iniciar a prometida e indispensavel revisão dos livros escolares de Historia Patria.

JULIO BARATA

Fonte: A Batalha, 04 de Abril de 1940

O pensamento filosófico que envolvia os projetos CNLD e da Universidade do Ar era compartilhado entre seus professores, como pode ver visto no artigo, *A Luz do Regimen*<sup>56</sup>, de Júlio Barata para o jornal *A Batalha*. Diretor da Divisão de Radiodifusão do DIP e professor da Universidade do Ar, o autor discursa a respeito do ensino de História Pátria, ou seja, sua fala vinha reforçar o posicionamento, não só do jornal, mas como o seu, pessoal em defesa ao ensino de História do Brasil a partir do olhar do regime.

Mais importante, porém, do que a leal exposição das causas determinantes do Estado Novo é o espírito desse Estado, que deve impregnar a nossa reinterpretação do passado. Devemos habituar-nos a olha o Brasil de ontem pelo prisma do Brasil de hoje, devemos aprender a procurar, na nossa infância de Nação livre e até nos primórdios da nossa existência colonial, as raízes remotas, os influxos atrativos, as aspirações medulares, que foram tão lúcida e superiormente postos em evidência pelo nosso culto publicista (A Batalha, 04 de Abril de 1940)

Além de exaltar os novos tempos, Barata faz destaque à Comissão de análise dos livros didáticos, órgão que regeria esse processo de ensino através dos livros autorizados nas escolas, com o objetivo de elucidar ao cidadão o novo tempo, o novo regime. No artigo, observa-se ainda que as costuras entre os setores do Estado Novo, caminhavam para que a educação pudesse realizar sua função de conduzir a um comportamento “ideal” da juventude, através do ensino secundário. Todavia, Julio Barata é bastante enfático ao situar-se posicionado ao lado do governo, do regime no discurso em defesa do ensino de História, ele afirma que: “Basta contar a história como a história deve ser contada. Narrá-la à luz da verdade é narrá-la à luz do regimen. E a luz do regimen brasileiro é que a História do Brasil deve ser narrada.”

Os professores envolvidos nos projetos educacionais durante a gestão Capanema sublimavam por diferentes órgãos de importantes posições no Estado Novo, como é o caso de Lucia Magalhães e Abgar Renaut, representantes diretos do Ministério da Educação por exercerem cargos de alto escalão na pasta, o que denota olhares e discursos afinados de ambos, à política do Estado Novo. Lucia Magalhães foi diretora da Divisão do Ensino Secundário do Ministério da Educação. Apesar de haver poucos registros em fontes sobre a professora, a identificamos como escritora, como as matérias de jornais a descrevem. Sua figura forte, era chefe do Serviço de Inspeção Escolar, responsável por liberar autorizações para novos cursos secundários. Além disso, foi membro da CNLD e diretora da Universidade do Ar.

---

<sup>56</sup> Anexo O – Transcrição completa do artigo *A Luz do Regimen*

Abgar Renault, catedrático do Colégio Pedro II, diretor do Departamento Nacional de Ensino (1939), escritor modernista, mineiro, com fortes laços de amizade com Carlos Drummond de Andrade, chefe do gabinete do Ministro Gustavo Capanema. A presença de Renault na Universidade do Ar como professor, conferia ao programa grande credibilidade. Além disso, sua atuação concomitante na CNLD demonstra a proximidade na concepção política em conformidade com o Estado Novo.

Além dos professores, atores educacionais que exerciam contato direto com os estudantes em sala de aula no ensino secundário, haviam ainda os que executavam papéis fundamentais no contexto educacional, como Lúcia Magalhães, no serviço de inspeção escolar; Maria Junqueira Schmidt, pioneira no trabalho de orientação educacional no Brasil, autora de obras didáticas de História em coautoria com Jonathas Serrano<sup>57</sup>. Desse modo, os educadores eram igualmente envolvidos no clima político e educacional vivenciado no Estado Novo. Assim, os professores foram também colocados na Universidade do Ar, no intuito de trabalharem pedagogicamente as metodologias de cada disciplina a serem aplicadas no ensino secundário.

As redes de sociabilidades que envolviam os professores presentes nos dois projetos analisados nos mostram que o Ministério da Educação constituía sua rede de educadores, estabelecidos em distintas áreas que compunham as disciplinas escolares, com ênfase na educação secundária, segmento sobre o qual, junto à educação superior, recebeu especial atenção do ministro Capanema. O fato da Comissão ter sido estabelecida em 1940, um ano antes do início da Universidade do Ar, nos faz inferir que as reuniões da CNLD podem ter sido momentos de trocas, de partilhas de pensamentos, de anseios dos quais, o Ministério da Educação difundia os ideais alinhados ao governo Vargas e à corrente católica de ensino.

---

<sup>57</sup> Escreveu em parceria com Jonathas Serrano o livro *História do Brasil*, lançado em 1931, pela editora Briguiet.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Caminho Continua....

A maneira mais simples em fazer avançar a história é preencher as lacunas do nosso conhecimento; A verdadeira lacuna é constituída pelas questões ainda sem resposta para os historiadores.

*Prost, 2014, p. 79*

Nesse trabalho, foi-nos possível, através da historicização do programa Universidade do Ar, observarmos que o uso do rádio pelo governo Vargas compôs uma estratégia de envolvimento da nação pela figura de um presidente estadista, que trouxe o Estado Novo, como a novidade para o avanço nacional. Para isso, foram cooptados diversos intelectuais e a mídia, tanto impressa, quanto radiofônica, foi amplamente usada na difusão da imagem do presidente. Além disso, os investimentos estatais na Rádio Nacional, tornou o entretenimento acessível à população, o que foi estrategicamente explorado para a divulgação dos atos do governo. Através do rádio, jornais e revistas, o povo foi alcançado pelos ideais do novo.

A nacionalização pretendida pelo governo de Getúlio Vargas buscou a centralização do poder e a divulgação na sociedade, dos feitos políticos, com o objetivo de motivar o culto à pátria. Nesse sentido, o Ministério da Educação tornou-se o fio condutor do pensamento ideológico difundido através de rádios, cartilhas e livros. O rádio, como aparelho pedagógico e ideológico, incumbiu-se da missão de incentivar, através de suas ondas, o nacionalismo. Com sua transmissão sob o controle, em grande parte, do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o rádio colaborou na construção de um sentimento uníssono.

A Educação foi fortemente influenciada nesse período, pelas ações dos intelectuais que estavam a serviço do regime. Durante a primeira fase do governo Vargas até o Estado Novo, as duas reformas do ensino promovidas por Francisco Campos (1931) e Gustavo Capanema (1942), respectivamente, colocaram em voga os pontos de interesse político do Ministério da Educação, o ensino secundário e o ensino superior. Aquele por representar o segmento no qual se formariam as elites dirigentes da sociedade. Esse por formar, entre outros profissionais, os professores para atuação na educação secundária.

As Reformas de 1931 e 1942 passaram a exigir a formação superior para o exercício do magistério no ensino secundário e a devida inscrição docente no Registro Geral de Professores. Esse último item como requisito essencial para a equiparação das instituições particulares ao Colégio Pedro II, e assim poderem oferecer o ensino secundário. As exigências trazidas pelas legislações, fizeram com que o ministro Gustavo Capanema tomasse algumas medidas para resolver o apagão docente de formação adequada, visto que grande parte dos professores já atuantes nesse segmento, não possuíam formação superior, em especial nas escolas particulares.

A Universidade do Ar, aqui analisada, pode ser compreendida como uma medida na busca de alcançar a solução para uma questão cara à difusão da concepção de Educação pretendida pelo Ministério da Educação, a de levar a formação pedagógica, de acordo com os preceitos filosóficos do regime, aos professores que já atuavam no ensino secundário. A partir de então, esses já desenvolveriam na ministração de suas disciplinas nas escolas, a visão de um conhecimento pautado no nacionalismo, na formação do comportamento do cidadão que comporia as futuras elites dirigentes do país.

A análise das matérias publicadas no jornal *A Noite*, na semana de inauguração do programa, nos faz observar o entusiasmo com que os professores da Universidade do Ar proferiam seus discursos à imprensa. A apropriação e representação ali identificadas, nos levou a ajustar nosso foco em direção à seleção dos nomes que compuseram o corpo docente da Universidade do Ar. Assim também, os intelectuais envolvidos na estrutura do programa como um todo. Figuras como Lucia Magalhães nos saltam os olhos. Uma intelectual feminina de grande importância política no meio predominantemente masculino.

As buscas feitas nos arquivos, não nos deram maiores pistas sobre essa figura, mas alguns indícios são colocados diante de nós, através da imprensa. Lucia Magalhães, diretora da Universidade do Ar e da Divisão de Ensino Secundário e da Inspeção Escolar, esse último órgão de maior influência no Ministério da Educação, foi uma das peças das engrenagens da gestão de Capanema (1934 – 1945). Por que uma mulher tão influente, não tem registros ou estudos historiográficos sobre ela? Sabemos que ela foi escritora, assinou vários artigos para revistas de linhas mais conservadoras, como *A Ordem*. Foi palestrante em diversas instituições católicas de ensino e homenagens a ela ocorriam com frequência nas instituições confessionais.

Além de Lúcia Magalhães, Maria Junqueira Shmdit compunham os nomes femininos na Universidade do Ar, o que nos chama a atenção. O número de professores do sexo

masculino no projeto é muito distante do número de professoras. Assim também nos atrai o número de professores secundaristas de escolas confessionais católicas matriculados no programa ser superior ao de escolas laicas. Esse dado nos levantou bastante inquietação durante a análise dos dados, mas como nossas lentes se posicionaram sobre a historiografia do projeto como um todo, vamos levar essa questão adiante nas pesquisas que não se findam aqui.

O nosso foco sobre os professores que deram vida à Universidade do Ar nos faz compreender que o projeto educacional do governo estava alinhado construção de um comportamento moral e religioso, do qual o ministro Capanema era favorável, por atender aos anseios patrióticos e nacionalistas do Estado Novo. Possivelmente, esse foi o tom para a composição do quadro de professores selecionados para atuarem no programa. Nomes como o de Jonathas Serrano, Maria Junqueira Schimidit, nos anos iniciais do programa e Theobaldo Miranda, Alceu Amoroso Lima, Pe. Dom Hélder Câmara, já nos anos finais de existência do curso, nos revelam que o os educadores ligados ao ensino de vertente católica, marcou o curso da Universidade do Ar.

O projeto da difusão de um ensino voltado às concepções cristãs é ainda ratificado no programa, quando diagnosticamos os números de inscritos e o número de professores concluintes do curso de História do Brasil, com o professor Jonathas Serrano, no ano de 1943. Em relação às escolas católicas o mesmo número de inscritos é o que aparece como concluintes, inclusive na lista nominal, o que não nos faz ter dúvidas sobre possível desistência de algum cursista, o que não ocorreu com os professores das escolas confessionais.

A pesquisa sobre as relações dos professores da Universidade do Ar nos levou à análise de suas redes de sociabilidades. Como uma agulha a tecer os fios, observamos que em meio aos projetos do Ministério da Educação, a Comissão Nacional do Livro didático representou um lugar de encontro entre vários professores atuantes também na Universidade do Ar. Explorando os trabalhos desenvolvidos por esses professores na CNLD, pudemos observar que esses educadores partilhavam de pensamentos consoantes. Vimos assim, que o ministro Capanema contava com uma rede de profissionais, intelectuais, que influenciavam de forma direta o ensino e as concepções de educação no país.

A Comissão Nacional do Livro Didático pode ter formado junto à Universidade do Ar, um mecanismo de troca e partilha entre professores no projeto educacional do ministro Capanema e do Estado Novo. O Ministério da Educação foi a célula difusora de concepções



que não só formariam, mas que moldariam o comportamento do cidadão ideal para o Estado Novo. Os professores envolvidos na escolha e autorização dos livros didáticos estavam imbuídos do propósito de unificar o conhecimento difundido nas escolas, a partir das disciplinas trabalhadas na formação da juventude.

Se por um lado, ao Ministério da Educação era fundamental englobar todas as escolas, com estrito monitoramento do que era difundido como conteúdo didático, sendo proibido o uso de qualquer outro material que não fosse o já aprovado pela CNLD, por outro foi fundamental alcançar os professores secundaristas com a mesma abrangência. Assim, a Universidade do Ar levou através das ondas do rádio, os recursos metodológicos imprescindíveis para a formação da elite dirigente da sociedade, da qual o ministro Capanema empenhou-se em formar durante os seus onze anos de gestão no Ministério da Educação.

Sendo assim, o Ministério da Educação alocou seus intelectuais na CNLD e na Universidade do Ar, passando a abranger os alunos secundaristas na difusão do material didático selecionado por uma comissão que compartilha dos preceitos educacionais para o novo regime. Além disso, difundiu entre os professores do ensino secundário, a metodologia específica que, possivelmente, tenha contribuído para a formação das elites regentes do país nos anos seguintes.

Alguns indícios ainda são deixados a nós, como a fundação das Faculdades Católicas no Rio de Janeiro, mais especificamente a Universidade Santa Úrsula e a Pontifícia Universidade Católica, a PUC. Alguns dos professores atuantes na fase final da Universidade do Ar foram os responsáveis pela inauguração de cursos nessas faculdades, como Alceu Amoroso Lima, Theobaldo Miranda e Pe. Dom Hélder Câmara. Esse movimento nos deixa a indagação: Esses professores deram continuidade ao processo de ensino católico em nível universitário? A Universidade do Ar contribuiu para a formação dessas instituições católicas?

De um modo geral, o que fica para anos pós a análise das fontes a que tivemos acesso, é que havia um projeto claro de educação por parte do governo Vargas para o Estado Novo. A figura do ministro Gustavo Capanema foi o articulador dessa concepção de ensino envolvendo intelectuais educadores em frentes importantes para o desenvolvimento desse projeto. Embora tenhamos visto intelectuais da linha liberal de ensino ocuparem importantes postos na educação, a habilidade de Capanema em conduzir os embates vividos no cenário Educacional, como o caso da implementação e reconhecimento da UDF como instituição universitária. Todavia, sua dissolução fortaleceu o ministério da Educação e a concepção centralizadora de ensino defendida por Capanema.

Chegamos ao final de um texto, que não representa o final de um trabalho, pois os indícios a respeito da atuação intelectual dos professores da Universidade do Ar são muitos e nos deixam rastros para novas indagações que continuarão a mover nosso olhar sobre as fontes que temos, como os scripts das aulas, os áudios do programa de abertura da Universidade do Ar, os trabalhos finais de alguns alunos. Assim, findamos esse trabalho movidos ainda pela inquietude.....

## REFERÊNCIAS

ABREU, J. A Educação Secundária no Brasil: ensaio de identificação de suas características principais. *Revista de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, MEC/CIMELE, v. 23, nº 58, abr/jun. 1955. p. 26 -104.

ANDRÉ, Marli. *Pesquisa e Educação: Buscando Rigor e Qualidade*. Cadernos de Pesquisa. n. 113. P. 51-64, Julho/2001.

AZEVEDO (et AL.). *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores 1959*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 122 p. – (Coleção Educadores) ISBN 978-85-7019-516-6. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4707.pdf>. Acessado em Setembro de 2016

BOURDIEU, Pierre. Campo intelectual e projeto criador. In: POUILLON, Jean (Org.) *Problemas do estruturalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

BOURDIEU, Pierre. *Sociologia Reflexiva*. In: **O Poder Simbólico**. Coleção Memória e Sociedade. Bertrand, Rio de Janeiro, 1989.

BRASIL.DECRETO Nº 21.111, DE 1º DE MARÇO DE 1932. “Dispões sobre o regulamento para a execução dos serviços de radiocomunicação no território nacional”. Câmara dos deputados. Disponível em:<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21111-1-marco-1932-498282-publicacaooriginal-81840-pe.html>. Acessado entre setembro e outubro de 2016.

CALABRE, Lia. *Políticas públicas culturais de 1924 a 1945: o rádio em destaque*. 2003. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/346.pdf> Acesso em Abril/ 2017

CAMARA, Sônia ; Rangel, Jorge Antonio . Educando o Brasil nas ondas do rádio: Fernando Tude de Souza e o projeto de radiodifusão educativa do Ministério da Educação e Saúde Pública (1943-1951). In: Josefa Eliana Souza; Joaquim Tavares da Conceição; Anamaria G. Bueno de Freitas. (Org.). *Intelectuais da Educação & Cultura Escolar*. 1ed.Maceió: Editora da Universidade Federal de Alagoas - Edufal, 2017, v. , p. 153-173.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: *O tempo do nacional-estadismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org). 5ª ed. Rio de Janeiro, ABDR, 2012.

CARVALHO, M. M. C. *Pedagogia da Escola Nova e usos do impresso: itinerário de uma investigação*. 2005. Disponível em: <http://coralx.ufsm.br/revce/revce/2005/02/a6.htm>. Acessado em: 17/03/2018

CLARINO, Juliana Maués Silva. DILLABRIDA, Norberto. *Ensino Secundário/ Ensino Médio, A Perspectiva de Jayme Abreu sobre a Reforma do Ensino Secundário no Contexto do*

*CBPE entre 1955 e 1964*. VIII Colóquio “Ensino Médio, História e Cidadania”. Florianópolis (SC), 2014

COSTA, M, L, F. *Rádio Educativo: A Contribuição de Edgard Roquette-Pinto para a democratização do conhecimento no Brasil*. s/d; Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo1/266.pdf>. Acessado em 20 de Agosto de 2016.

COSTA, Marisa Vorraber. Uma agenda para jovens pesquisadores. In: Caminhos Investigativos II. In: Maria Vorraber Costa (org). Outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. 2. ed. Rio de Janeiro (RJ): DP&A Editoea, 2002. v. 1., 143-156.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988

COELHO, Patricia da Costa. *Educadores do Rádio: concepção, realização e recepção de programas educacionais radiofônicos (1935 – 1950)*. Tese (Doutorado – Programa de Pós-graduação em Educação. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2012.

DIAS, A. *Formação do Magistério do Ensino Secundário: Instituições e Projetos de Hegemonia (1931-1942)*. In: Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, n. 26, 2011.

DIAS, A. *Apostolado Cívico: A Função Social do Magistério de Ensino Secundário (1931-1942)*. Revista Contemporânea de Educação, Vol. 8, n. 15, janeiro/julho de 2013.

FERRARETTO, Luiz Artur. Roquette-Pinto e o ensino pelo rádio. In MEDITSCH, Eduardo e ZUCULOTO, Valci (orgs.). *Teorias do rádio – textos e contextos*. Florianópolis: Insular, Vol.II, 2008.

FERREIRA, Rita de Cássio Cunha. *A comissão nacional do livro didático durante o estado novo (1937 - 1945)*. UNESP, Assis 2008.

GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. *Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo*. In: GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (orgs.). *Intelectuais Mediadores. Práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileiras, 2016.

GUINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. Introdução; O inquisidor como antropólogo. In: *O fio e os rastros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GREJO, Carlo. B. *CARLOS OCTAVIO BUNGE E JOSÉ INGENIEROS: entre o científico e o político. Pensamento racial e identidade nacional na Argentina (1880-1920)*. 2009. 120f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis. 2009.

HERSCHMANN, M; PEREIRA, C. *A invenção do Brasil moderno, Medicina, Educação e engenharia nos anos 20 - 30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

JAMBEIRO, O., et al. *Tempos de Vargas: o rádio e o controle da informação* [online]. Salvador: EDUFBA, 2004. 191p. ISBN 978-85-232-1241-4. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

Jornal A Noite, Rio de Janeiro. 12 de Abril de 1941. Ed. 10476. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970\\_04&pasta=ano%20194&pesq=universidade%20do%20ar](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_04&pasta=ano%20194&pesq=universidade%20do%20ar). Acessado em Julho de 2017.

Jornal A Noite, Rio de Janeiro. 16 de Abril de 1942. Ed. 10480. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970\\_04&pasta=ano%20194&pesq=universidade%20do%20ar](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_04&pasta=ano%20194&pesq=universidade%20do%20ar). Acessado em Julho de 2017.

Jornal A Noite, Rio de Janeiro. 18 de Abril de 1941. Ed. 10482. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970\\_04&pasta=ano%20194&pesq=universidade%20do%20ar](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_04&pasta=ano%20194&pesq=universidade%20do%20ar). Acessado em Julho de 2017.

Jornal A Noite, Rio de Janeiro. 19 de Abril de 1941. Ed. 10483. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970\\_04&pasta=ano%20194&pesq=universidade%20do%20ar](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_04&pasta=ano%20194&pesq=universidade%20do%20ar). Acessado em Julho de 2017.

Jornal A Noite, Rio de Janeiro. 21 de Abril de 1941. Ed. 10485. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970\\_04&pasta=ano%20194&pesq=universidade%20do%20ar](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_04&pasta=ano%20194&pesq=universidade%20do%20ar). Acessado em Julho de 2017.

Jornal A Noite, Rio de Janeiro. 22 de Abril de 1941. Ed. 10486. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970\\_04&pasta=ano%20194&pesq=universidade%20do%20ar](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_04&pasta=ano%20194&pesq=universidade%20do%20ar). Acessado em Julho de 2017.

Jornal A Noite, Rio de Janeiro. 06 de Maio de 1942. Ed. 10499. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970\\_04&pasta=ano%20194&pesq=universidade%20do%20ar](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_04&pasta=ano%20194&pesq=universidade%20do%20ar). Acessado em Julho de 2017.

LEAL, Maria Cristina. *Nas ondas da razão e da ciência: a radiodifusão como instrumento da modernidade no Brasil dos anos 20 aos 50*. Disponível em: [www.moderna.com.br/artigos/história/001](http://www.moderna.com.br/artigos/história/001) Acessado em: 26 de Outub de 2016.

NUNES, Cinthya de Oliveira. *“A cidade vai ao campo”: o serviço de radiodifusão e a educação rural nos anos de 1943 a 1951*. Dissertação. Faculdade de Formação de Professores - UERJ. São Gonçalo: 2018

\_\_\_\_\_. *Modernidade pedagógica e política educacional: gestão de Anísio Teixeira na Secretaria Municipal de Educação da cidade do Rio de Janeiro (1931-1935)*. In: *Reformas Educacionais. As manifestações da Escola Nova no Brasil (1920-1946)*. MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck., et al. (orgs). Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2011.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Sinais da Modernidade na era Vargas: Vida literária, cinema e rádio. In: *O tempo do nacional-estadismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org). 5ª ed. Rio de Janeiro, ABDR, 2012.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do Regime. In: *O tempo do nacional-estadismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org). 5ª ed. Rio de Janeiro, ABDR, 2012.

PIMENTEL, F. P. O Rádio Educativo no Brasil, uma visão histórica. Rio de Janeiro: Soarmec Editora, 2010

PRADO, Adonia Antunes. A educação para a política do Estado Novo: um estudo dos conceitos e dos objetivos educacionais na revista Cultura Política. Dissertação de mestrado em educação. Rio de Janeiro: IESAE/FGV, 1982.

PROST, Antoine. Doze lições sobre a história. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

RANGEL, Jorge Antônio. 'O Moderno Dom Quixote'- *A trajetória intelectual do Educador Fernando Tude Souza no Campo Educacional nas décadas de 30 a 50*. Universidade Federal Fluminense. Niterói: 1997.

\_\_\_\_\_. *O Moderno Dom Quixote: Fernando Tude de Souza e o projeto roquettiano de educação popular através do Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação e Saúde nas décadas de 40 e 50*. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema4/0448.pdf>. Acessado em: 24 de outubro de 2018.

\_\_\_\_\_. *Roquette-Pinto*. Fundação Joaquim Nabuco (Coleção Educadores MEC): Massangana, 2010.

REVEL. Jacques. Jogos de escalas. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

ROCHA, Mariana Vieira. *ARádio Sociedade e a Educação para Roquette-Pinto*. 2010. 170f. Dissertação (Mestrado em Educação, conhecimento e a inclusão social) – Faculdade de Educação da UFMG, 2010.

ROMERO, Maria Helena Cicci. Universidade do Ar: em foco a primeira iniciativa de formação de professores secundaristas via rádio no Estado Novo (1941 – 1944). 2014. 159f. Dissertação (Mestrado em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação) – Faculdade de Educação da UFU, 2014.

SALGADO, Álvaro. *A Radiodifusão educativa no Brasil (notas)*. Brasil: MEC, 1946.

SCHNEIDER, C. *Pelos Caminhos da História Cultural: Geração, Intelectual, Sociabilidade e Circularidade*. Revista Dialogus. Ribeirão Preto, v.4, n.1, 2008.

SIQUEIRA, Ruana Perla Motta de. *Anísio Teixeira e a UDF: A Universidade Sonhada. História e Democracia, precisamos falar sobre isso*. UNESP. Gaurulhos, SP, 2018. Disponível em:

[https://www.encontro2018.sp.anpuh.org/resources/anais/8/1534861982\\_ARQUIVO\\_ANPUH-ANISIOTEIXEIRAEAUDF.pdf](https://www.encontro2018.sp.anpuh.org/resources/anais/8/1534861982_ARQUIVO_ANPUH-ANISIOTEIXEIRAEAUDF.pdf)

SIRINELLI, Jean- François. Os Intelectuais. In: REMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2003.

SOUZA, M. M. C. *O analfabetismo no Brasil sob enfoque demográfico*. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n107/n107a07.pdf>. Acessado em outubro de 2018.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena M. Bousquet e Costa, Vanda M, Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra: Ed. FGV, 2000.

SILVA, José Geovane da. O Batismo de Clio: Catolicismo, Ensino de História e Novas Mídias em Jonathas Serrano. UFF, Rio de Janeiro, 2015

VELLOSO, Monica Pimenta. Os Intelectuais e o Estado Novo. In: *O tempo do nacional-estadismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org). 5ª ed. Rio de Janeiro, ABDR, 2012.

VIDAL, D. G. *Cinema, Laboratórios, Ciências Físicas e Escola Nova*. Caderno de Pesquisa. São Paulo, n. 89, p. 24-28, 1994.

VARGAS, Getúlio. Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/getulio-vargas/discurso-de-posse>>. Acesso em: 15/03/2018.

TAHAN, Malba. *Acervo online Malba Tahan*. <http://www.malbatahan.com.br/>. Acessado em julho de 2017

**APÊNDICE A** – Síntese das Matérias publicadas no Jornal A Noite, na semana de lançamento da Universidade do Ar

<b>Data</b>	<b>Matéria</b>	<b>Edição</b>	<b>Página</b>
12/04/1941	Lançamento da Universidade do Ar (Inauguração da Universidade do Ar em homenagem de Getúlio Vargas)	10476	3
16/04/1941	Os fins do importante empreendimento cultural da Rádio Nacional (Todas as informações necessárias para a realização do curso)	10480	7
18/04/1941	Abgar Renaut fala ao jornal sobre a instalação da Universidade do Ar	10482	3
19/04/1941	Lucia de Magalhaes, diretora da Divisão do Ensino Secundário, fala ao jornal sobre o lançamento do projeto	10483	3
19/04/1941	Programação da Rádio Nacional	10483	7
21/04/1941	Gilberto de Andrade fala ao jornal sobre o projeto Universidade do Ar	10485	2
21/04/1941	Instalada solenemente a Universidade do Ar	10485	3
22/04/1941	Propaganda	10486	6
22/04/1941	Universidade do Ar, Escola para Professores – Fala à Noite o professor Julio Barata, diretor da Divisão do Rádio do D.I.P.	10487	2
24/04/1941	“Universidade do Ar” Pertence à Nacional a prioridade de sua ideia – Afirmo à Noite o Sr. Alziro Zarur	10488	3
30/04/1941	“Universidade do Ar” A opinião do Cronista Edmundo Lys	10494	3
06/05/1941	“Universidade do Ar” o êxito extraordinário do empreendimento da Nacional – Fala à Noite o presidente do sindicato dos professores	10499	3
10/05/1944	Comunicado: Todo o corpo docente do Colégio Paula Freitas de Copacabana inscreveu-se na Universidade do Ar	10503	5
20/05/1941	Aplausos à criação da Universidade do Ar	10513	5



**APÊNDICE B** - Relação de alunos inscritos no ano letivo de 1943 na disciplina História do Brasil – Prof. Jonatas Serrano<sup>58</sup>

	<b>Alunos</b>	<b>Instituição de Ensino</b>	<b>Cidade/Estado</b>
1	Alayde Costa Pereir	Sem especificação	D. Federal
2	Alice Bitecnourt	Sem especificação	Prata/ MG
3	Allah Eurico da Silveira Batista	Sem especificação	D. Federal
4	Altina de Azevedo Borges	Colégio Sacré Coeur	D. Federal
5	Ana. S. Gitz de Vila Izabel	Ginásio Estadual	Cruz Alta/ RS
6	Ane Marie Paternot	Colégio Sacré Coeur	D. Federal
7	Aroldo Caron	Ginásio de Irati	Irati/ PR
8	Astrogildo Fernandes	Colégio Anchieta	Porto Alegre/ RS
9	Aurora Lins	Ginásio Sacré Coeur	Distrito Federal
10	Casemiro Kenaki	Ginásio e Faculdade Iratense de Comércio e Grupo Escolar de Irati	Irati/ PR
11	Clarice Leoni	Ginásio Sacré Coeur	Alto Boa Vista/
12	Conego Paschoal	Estação de Magalhães Bastos	Distrito Federal
13	Francisco de Albuquerque Castelo Branco	Sem especificação	Lavras/ MG
14	Francisco Julio dos Santos	Ginásio de Itajubá	Itajubá/ MG
15	Helena Fortunato	Ginásio Sacré Coeur	Alto Boa Vista/ Distrito Federal
16	Irmã Clemens Brandão	Colégio Sagrado Coração de Jesus	Cafelândia/ SP
17	Irmã Pacífica	Colégio Santa Catarina	Juiz de Fora/ MG
18	Isa Adonias	Colégio Notre Dame de Sion	D. Federal
19	Isabel Martins Correa	Colégio Sácre Coeur de Maria	Copacabana/ DF
20	João Barroso Pereira Junior	Professor e Diretor do Ginásio de Rio Branco	Rio Branco/ MG
21	João Paulo Juruena de Matos	Diretor do Colégio Juruena	D. Federal
22	José Antonio do Vale Filho	Ginásio São João	Januária/ MG
23	Lauro Sales Cunha	Escola Regimental do 2º R.C.D. Priassununga	Pirassununga/ SP

<sup>58</sup> Grafia tal como o documento original

2 4	Lavoisier Escobar Bueno	Ginásio Municipal de Alfenas	Alfenas/MG
2 5	Leticia Rodrigues Perlingeiro Perissé	Colégio Municipal de Pádua	Pádua/ RJ
2 6	Ligia Maria Coelho Rabelo	Grupo Escolar Martins Borges	Rio Verde/GO
2 7	Luiz Castanho Filho	Professor na Academia de Comércio de Barretos	Barretos/ SP
2 8	Luiza Nunes de Medeiros Pinto deSouza	Grupo Escolar Almirante Barão de Tefé	Pádua/ RJ
2 9	Madre Maria das Dores Brito	Ginásio Nossa Senhora da Soledade	Salvador/BA
3 0	Mafalda de Scoth Lopes	Grupo Escolar Duque de Caxias	Irati/ PR
3 1	Margarida Maria C. Oliva	Sem especificação	Bebedouro/ SP
3 2	Maria Eugenia de Menezes Melo	Colégio Regila Coelli	Brasília/ DF
3 3	Maria Geraldo de Azevedo	Colégio Sácre Coeur de Maria	Copacabana/ DF
3 4	Maria José Normandia Pascoal	Sem especificação	Maceió/AL
3 5	Marilia Figueiredo	Instituto de Educação Niterói	Niterói/ RJ
3 6	Marina Bandeira	Ginásio Sacré Coeur	Alto Boa Vista/ Distrito Federal
3 7	Mário Tavares de Oliveira Cavalcanti	Grupo Escolar Augusto Severo	Natal/ RN
3 8	Maura Leal Linda	Colégio Nossa Senhora Misericordia	D. Federal
3 9	Milani Filho	Grupo Escolar Adelina Regis Perdizes	SC
4 0	Nair da Silva Campos	Colégio Madre Cabrini	São Paulo/ SP
4 1	Odilon José Ferreira	Sem especificação	Uberlândia/ MG
4 2	Pedro Ressoa	Sem especificação	Ijuí/ RS
4 3	Plinio de Almeida	Sem especificação	Santo Amaro/BA
1 0	Raimundo Nonato da Silva	Ginásio Diocesano Santa Luzia	Mossoró / RN
4 5	Romão de Campos	Ginásio Nossa Senhora de Lourdes	Franca/SP
2 1	Romeu Venturelli	Colégio Municipal de Alfenas	Pirajuba/ SP
4 7	Ruth de Musio	Sem especificação	Londrina/ PR
4	Solange de Campos	Colégio Notre Dame de Sion	Petrópolis/ RJ

8	Chermont		
4 9	Telmo Candiota da Rosa	Colégio Nossa Senhora Auxiliadora	Bagê/RS
5 0	Urbana de Castro Teixeira	Colégio Notre Dame de Sion	D. Federal
5 1	Vanda Managui	Ginásio do Estado Piraju	Alfenas/MG
5 2	Vinicius Stein de Campos	Diretor do Ginásio Municipal de Capivari	Capivari/SP

**APÊNDICE C** - Universidade do Ar - História do Brasil – Prof. Jonathas Serrano Relação de alunos aprovados em 1943

	<b>Alunos</b>	<b>Instituição de Ensino</b>	<b>Cidade/Estado</b>
1	Alayde da Costa Pereira	Sem especificação	Rio de Janeiro/RJ
2	Altina de Azevedo Borges	Colégio Sacré-Coeur	Laranjeiras / RJ
3	Ane Marie Partenot	Colégio Sacré-Coeur	Laranjeiras / RJ
4	Antonieta de Sousa	Colégio Regina Coeli	Rio de Janeiro / RJ
5	Irmã Clemente Brandão	Colégio Sagrado Coração de Jesus	Cafelândia /SP
6	Irmã Maria Edméia	Colégio Nossa Senhora das Dores	Uberaba/MG
7	Irmã Maria Isabel de Godoy Cremer	Colégio Santo Amaro	Rio de Janeiro/ RJ
8	Irmã Pacífica	Colégio Santa Catarina	Juiz de Fora/ MG
9	Joaquim Ferreira da Silva	Sem especificação	Sem especificação
10	Luisa Nunes Medeiros Pinto de Sousa	Sem especificação	Pádua/ RJ
11	Madre Maria das Dores Brito	Ginásio Nossa Senhora da Soledade	Salvador/BA
12	Maria Alexandrina	Colégio Nossa Senhora das Dores	Uberaba/MG
13	Maria Augusta	Ginásio São Domingos	Araxá/MG
14	Mariana de Cerqueira Cinta (Soror Maria Paula)	Colégio Santo Amaro	Rio de Janeiro/RJ
15	Marina Bandeira	Internato Sácre-Coeur	Tijuca/ Rio de Janeiro
16	Ms. Isaias do Menino Jesus	Colégio Nossa Senhora das Dores	Uberaba/MG
17	Octaviano Evangelista de Araújo	Sem especificação	Rio de Janeiro/RJ
18	Plínio de Almeida	Sem especificação	Santo Amaro/BA
19	Professor Romeu Venturelli	Colégio Municipal de Alfenas	Alfenas/MG
20	Solange de Campos Chermont	Colégio N. D. de Sion	Petrópolis / RJ
21	Suzana Ramalho Dias	Colégio Santo Amaro	Rio de Janeiro/RJ
22	Vera Matina Barcelos	Colégio Nossa Senhora do Sion	Rio de Janeiro / RJ
23	Vinícius Stein de Campos	Ginásio Municipal de Capivari	São Paulo/ SP

**APÊNDICE D - Fontes**

Documento da Rádio Nacional referentes à Universidade do Ar	6
Cartas trocadas entre professores e alunos	15
Trabalhos dos alunos	4
Aulas de História	4
Proposta de Trabalhos para os alunos	5

## Áudios das palestras de inauguração da Universidade do Ar

CD – 1643

Acetato 42570

Faixa 1 – 3:33m (Universidade do Ar -19/04/1941) 2ª Parte

Faixa 2 – 3:31m (Universidade do Ar - 9/04/1941) 4ª Parte

Acetato 42571

Faixa 3 – 3:30m (Universidade do Ar - 19/04/1941) 5ª Parte

Faixa 4 – 3:26m (Universidade do Ar - 19/04/1941) 7ª Parte

Acetato 42572

Faixa 5 – 3:39 (Universidade do Ar - 19/04/1941) 6ª Parte

Faixa 6 – 3:41 (Universidade do Ar - 19/04/1941) 8ª Parte

CD - 1642

Acetato 42569

Faixa 9 – 3: 28m (Universidade do Ar -19/04/1941) 1ª Parte

Faixa 10 – 3:23m (Universidade do Ar - 19/04/1941) 3ª Parte

CD – 1985

Acetato 43363

Faixa 5 – 3:26 (Universidade do Ar -19/04/1941) 9ª Parte

Faixa 6 – 3:27 (A Hora da Juventude Brasileira 01/05/1941) 2ª Parte

Acetato 43365

Faixa 10 – 1:01 (Universidade do AR - 19/04/1941) 10ª Parte

## APÊNDICE E - Cartas trocadas

<b>Cartas</b>	<b>Remetente</b>	<b>Destinatário</b>	<b>Assunto</b>	<b>Data</b>	<b>Local</b>
1	Diretor da Rádio Nacional Gilberto de Andrade e Professora Diretora da DES. Lúcia de Magalhães	Jonathas Serrano	Relação de alunos inscritos. informa que as aulas de História não poderiam ter nunca menos de 15 minutos.	16/04/1941	Rio de Janeiro
2	Aluna: Rousset Bapitiste	Professora Diretora da Divisão do Ensino Secundário Lúcia Magalhães	Agradecimento à diretora pela qualidade dos cursos oferecidos na Universidade do Ar especialmente ao curso de História do Brasil, ministrado pelo Professor Jonatas Serrano.  Informa que havia feito um curso de aperfeiçoamento pedagógico na Europa em 1923 e que a aula do dia 12/07 proferida por Jonatas Serrano deveria ser reproduzida ou mimeografada para todos os estabelecimentos de ensino	13/07/1941	Sete Lagoas/MG
3	Aluna: Laura Simões Pena	Jonatas Serrano	Carta em agradecimento às aulas e enviando os trabalhos solicitados.	04/09/1941	Rio Claro/SP
4	Aluno: Aurélio Avalenlez	Jonatas Serrano	Bancário que ensina os filhos. Não tinha a pretensão de ser professor, mas escutava as aulas para ensinar aos filhos que não podiam ir a escola pela distância. Ressalta a importância de padronizar uniformes, livros didáticos, obras didáticas que a pedagogia moderna condena.	04/09/1941	Santo Amaro/BA
5	Aluno: Romão de Cam	Jonatas Serrano	Aluno relata que não conseguiu cursar as dis-	14/05/1943	Franca/SP

	pos		ciplinas do ano de 1942, pois a mudança de onda da Rádio Nacional não permitia ouvir as aulas transmitidas no período da tarde. O aluno deseja saber o porquê tirou tal nota, gostaria de um retorno, um feedback sobre o trabalho que fora enviado.		
6	Aluno: Romão de Campos	Jonatas Serrano	Professor reclamou a falta de tempo e livros da área para realizar os trabalhos solicitados pelo professor Jonatas Serrano. Pedia ao professor o envio a relação de livros que deveria adquirir para melhor cumprir sua tarefa como professor.	24/06/1943	Franca/SP
7	Aluno: Juiz de Direito	Jonatas Serrano	Juiz de Direito relembra os tempos que foi aluno do professor Jonatas Serrano no Colégio Paula Freitas em 1909 Disse que gostaria de receber uma carta do professor e que adorava escutar suas aulas de História do Brasil via rádio.	03/06/1943	Brusque/SC
8	Aluno: Arthur Eurípedes Nobrega	Jonatas Serrano	Aluno informava que estava enviando um trabalho sobre Frei Henrique e que gostaria de ouvir a apreciação do professor referente ao seu trabalho.	05/08/1943	Governador Valadares/MG
9	Aluno: Arthur Eurípedes Nobrega	Jonatas Serrano	Aluno informava que a cidade havia ficado sem luz de meados de julho até o final do mês de gosto e questionava se o professor havia recebido o último trabalho enviado sobre Frei Henrique de Coimbra. Também solicitava o envio dos resumos das aulas dos meses citados.	18/09/1943	Governador Valadares/ SP
10	Aluna:	Jonatas Serrano	Agradece a aula do	24/12/	Porto Alegre

	Nair Marques Pereira Professora do Instituto de Educação	rano	professor.	1943	gre/RS
11	Diretora da Divisão do Ensino Secundário Lúcia Magalhães	Jonatas Serrano	Lucia Magalhães convidando o professor Jonatas Serrano para que continuasse como professor de História do Brasil. Aguardava confirmação do mesmo para organizar os dias e horários de aulas.	27/03/1944	Rio de Janeiro/RJ
12	Aluna: Irmã Cleniens Brandão	Jonatas Serrano	Irmã Cleniens agradeceu o certificado de aprovação.	10/05/1944	Rio de Janeiro/RJ
13	Aluna: Irmã Inácia	Jonatas Serrano	Irmã Inacia solicitava matrícula para o restante do ano e agradeceu com admiração a aula realizada no dia 25/05/1944	29/05/1944	Juiz de Fora/MG
14	Aluno: João de Deus	Jonatas Serrano	Pediu ao professor para esclarecesse se pode fazer um trabalho sobre o Panamericanismo e a quantidade de páginas que deveria ter a tese.	26/06/1944	Rio de Janeiro/RJ



ANEXO - A - Comunicado para ser fixado na sala de professores da Universidade do Ar

PARA SER AFIIXADO NA SALA DOS PROFESSORES

RÁDIO NACIONAL - UNIVERSIDADE DO AR

1944

TRABALHOS PROPOSTOS AOS ALUNOS DA UNIVERSIDADE DO AR NO ANO LETIVO DE 1944 PARA FINS DE CONCESSÃO DO CERTIFICADO DE APROVEITAMENTO

Prazo de entrega: 30 de novembro de 1944 - Mínimo de 10 páginas datilografadas - espaço dois. Máximo de 20 páginas datilografadas - espaço dois (salvo indicação expressa em contrário).

Cada trabalho deverá vir acompanhado da indicação das fontes bibliográficas a que recorreu o autor, tanto da sua biblioteca particular, como do estabelecimento em que leciona ou das bibliotecas públicas da localidade em que reside.

Curso de Biologia - Professor Cândido Melo Leitão

PRIMEIRO PROBLEMA

Dizer quais os Invertebrados que teve oportunidade de observar nos arredores da cidade em que vive, dizendo quais os Filos, Classes e Ordens a que os mesmos pertencem. Para os Aracnídeos, Crustáceos e Insetos dar as ordens de acordo com as classificações aconselhadas neste curso. Fazer um croqui ou desenho das principais formas observadas e classificadas.

SEGUNDO PROBLEMA


Dizer quais os Vertebrados da região onde reside, e a que ordem pertencem. Os vertebrados devem ser indicados por seus nomes comuns; a classificação irá até ordens, de acordo com sistemática indicada neste curso, especialmente para os Peixes e Aves.

Curso de História Geral - Professor João Batista Melo e Sousa.

Escolher um dos seguintes temas:

- 1) - O feudalismo e a cavalaria; seus remanescentes nos tempos modernos.
- 2) - A cultura intelectual na Idade Média; as universidades.
- 3) - A cidade medieval e a burguesia.

ANEXO B – Planejamento Mensal das aulas

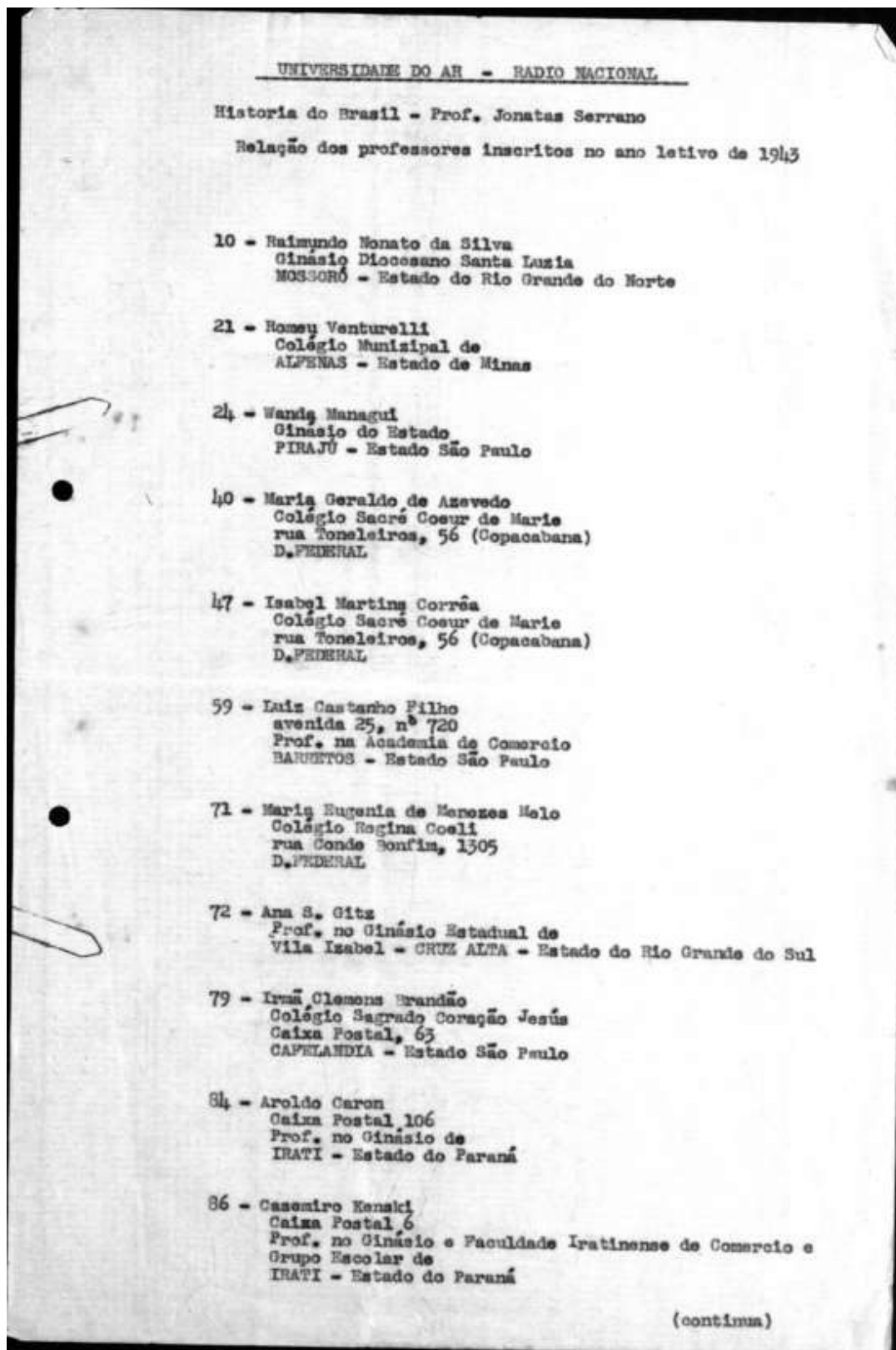


SUPERINTENDÊNCIA DE ENSINO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

CURSO DE

	<u>QUINTAS - FÉRIAS</u>				
	18 às 18,15				
ABRIL	29				
MAIO	6	13	20	27	
JUNHO	3	10	17	24	
JULHO	1	8	15	22	29
AGOSTO	5	12	19	26	
SETEMBRO	2	9	16	23	30
OUTUBRO	7	14	21	28	
NOVEMBRO	4	11	18	25	
DEZEMBRO	2	9	16	23	30

ANEXO C - Relação de alunos inscritos no ano letivo de 1943 na disciplina História do Brasil – Prof. Jonatas Serrano<sup>59</sup>



<sup>59</sup> Grafia tal como o documento original

Historia do Brasil (continuação - 2)

- 89 - Mafalda de Sooth Lopes  
Caixa Postal, 100  
Prof. no Grupo Escolar Duque de Caxias  
IRATI - Estado do Paraná
- 97 - Luiza Nunes de Medeiros Pinto de Souza  
Grupo Escolar Almirante Barão de Tefe  
PADUA - Estado do Rio
- 100 - Romão de Campos  
rua Campos Sales 602  
Prof. na Escola e Ginásio N.S.de Lourdes  
FRANCA - Estado São Paulo
- 105 - Maria José Normandia Pascoal  
rua Fernandes de Barros, 260  
MACEIÓ - Estado de Alagoas
- 106 - Lavoisier Escobar Bueno  
Prof. no Ginásio Municipal de  
ALFENAS - Estado de Minas
- 112 - Aurora Lins  
Ginásio Sacré Coeur  
rua Ferreira de Almeida, 42 (Alto Boa Vista)  
D.FEDERAL
- 115 - Mariça Bandeira  
Ginásio Sacré Coeur  
rua Ferreira de Almeida, 42 (Alto Boa Vista)  
D.FEDERAL
- 118 - Clarice Leoni  
Ginásio Sacré Coeur  
rua Ferreira de Almeida, 42 (Alto Boa Vista)  
D.FEDERAL
- 119 - Helena Fortúnato  
Ginásio Sacré Coeur  
rua Ferreira de Almeida, 42 (Alto Boa Vista)  
D.FEDERAL
- 125 - Nair da Silva Campos  
Colégio Madre Cabrini  
rua Domingos de Moraes, 1190  
SANTARÉM - CAPITAL - São Paulo
- 128 - Telmo Candiota da Rosa  
rua 5 de Fevereiro 114  
Prof. no Col. N.S. Auxiliadora  
BAGÉ - Estado do Rio Grande do Sul
- 130 - Marília Figueiredo  
rua Senador Duque Estrada, 119  
Prof. no Instituto de Educação  
NITERÓI - Estado do Rio

(continua)

## Historia do Brasil (continuação - 3)

- 143 - Aracy Castro Domingues  
Colégio Santa Marcelina  
rua do Agude, 64 (Alto Boa Vista)  
D.FEDERAL
- 151 - Maria de Mourdes Maia  
rua Oswaldo Cruz 1357  
Prof. na Escola Primária Gomes Roth  
SÃO LUIZ - Estado do Maranhão
- 152 - Padre Petronilo Pedrosa  
Prof. no Ginásio São José e Teresa Cristina  
NAZARÉ - Estado de Pernambuco
- 156 - Raimundo Renato da Silva  
rua Almeida Castro 226  
Prof. no Gin. Diocesano Santa Luzia  
MOSSORÓ - Estado do Rio Grande do Norte
- 157 - Olga Vieira Mil-Homens  
rua Gabriel Pinheiro 733  
Prof. no Col. Estadual de  
MOGOCA - Estado São Paulo
- 160 - Wilson Lopes de Rezende  
Ginásio Muniz Freire  
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - Estado Espirito Santo
- 171 - Maria Eunice Leme de Siqueira  
Colégio Santa Marcelina  
rua ~~Castro~~ Cardoso de Almeida, 541  
CAPITAL - São Paulo
- 172 - Susana Aguiar Lisboa  
219 - Colégio Santa Marcelina  
rua Cardoso de Almeida, 541  
CAPITAL - São Paulo
- 173 - Maria Dias  
220 - Colégio Santa Marcelina  
rua Cardoso de Almeida, 541  
CAPITAL - São Paulo
- 182 - Eny Vieira Machado  
229 - Colégio Santa Marcelina  
rua Cardoso de Almeida, 541  
CAPITAL - São Paulo
- 195 - ~~Alzbeta~~ Alzbeta de Souza  
Colégio Regina Coeli  
rua Conde Bonfim, 1305  
D.FEDERAL
- 202 - Hildebrand Vilça de Castro  
Prof. no Ginásio Oliveira Campos  
OLIVEIRA - Estado de Minas

202533553102533555555555

(continua)

## Historia do Brasil

(continuação - 4)

- 208 - Astrogildo Fernandes  
 rua Lima e Silva, 93  
 Prof. no Col. Anchieta  
 PORTO ALEGRE - Estado do Rio Grande do Sul
- 215 - Plinio de Almeida  
 Praça do Rosario 21  
 SANTO AMARO - Estado da Bahia
- 237 - Ruth De Musio  
 rua Mato Grosso 1523  
 LONDRINA - Estado do Paraná
- 239 - Gesego Paschoal  
 rua Almeida e Souza, 144  
 Estação de Magalhães Bastos - Correio de Deodoro -  
 D.FEDERAL
- 245 - Lauro Sales Cunha  
 la. Escola Regimental do 2º R.C.D.  
 PIRASSUNUNGA - Estado de São Paulo
- 248 - Milani Filho  
 Prof. no Grupo Escola Adelina Regis  
 FERRIZES - Estado de Santa Catarina
- 258 - Solange de Campos Chermont  
 Colégio Notre D. no de Sion  
 rua Benjamin Constant  
 PETROPOLIS - Estado do Rio
- 263 - Leticia Rodrigues Perlingeiro Perissé  
 Prof. no Colégio Municipal de  
 PADUA - Estado do Rio
- 265 - Mario Tavares de Oliveira Cavalcanti  
 Prof. no Grupo Escolar Augusto Severo  
 NATAL - Estado do Rio Grande do Norte
- 267 - Odilon José Ferreira  
 rua Visconde do Rio Branco, 50  
 UBERLANDIA - Estado de Minas
- 273 - Prof. João Barroso Pereira Junior  
 Prof. e Diretor do Ginásio de  
 RIO BRANCO - Estado de Minas
- 276 - ~~xxxx~~ Francisco Julio dos Santos  
 Prof. no Ginásio de  
 ITAJUBÁ - Estado de Minas
- 289 - Ligia Maria Coelho Rabelo  
 Prof. no Grupo Escolar Martins Borges  
 RIO VERDE - Estado de Goias
- 296 - João Paulo Furugua de Mattos  
 Diretor do Colégio Juruena  
 D.FEDERAL

(continua)

- 306 - Anne Marie Paternot  
Colégio Sacré Coeur  
rua Pinheiro Machado 22  
D.FEDERAL
- 307 - Altina de Azevedo Borges  
Colégio Sacré Coeur  
rua Pinheiro Machado, 22  
D.FEDERAL
- 312 - Madra Maria das Dores Brito  
Ginásio N. S. da Soledade  
SALVADOR - Estado da Bahia
- 315 - Alice Bitchnourt  
rua Governador Valadares 840  
PRATA - Estado de Minas
- 319 - Arthur Eugenio Nunes de Souza  
Prof. no Ginásio Ibituruna  
GOVERNADOR VALADARES - Estado de Minas
- 320 - Francisco de Albuquerque Castelo Branco  
LAVRAS - Estado de Minas
- 326 - Vinício Stein de Campos  
Diretor do Ginásio Municipal de  
CAPIVARI - Estado de São Paulo
- 327 - Margarida Maria C. Oliva  
BEBEDOURO - Estado São Paulo
- 329 - José Antonio do Vale Filho  
Prof. no Ginásio São João  
JANUARIA - Estado de Minas
- 330 - Isa Adonias  
Prof. no Col. Notre Dame de Sion  
D.FEDERAL
- 331 - Maura Leal Minda  
Prof. no Col. Nossa Senhora Misericórdia  
D.FEDERAL
- 332 - Alayde Costa Pereira  
rua Santo Lisboa,  
D.FEDERAL
- 337 - Irmã Pacifica  
Colégio Santa ~~Maria~~ Catarina  
avenida dos Andradas 1036  
JUIZ DE FORÇA - Estado de Minas

(continua)

- 338 - Pedro Passa  
IJUI - Estado do Rio Grande do Sul
- 340 - Allah Eurico da Silveira Batista  
rua Camerino 107  
D.PREMIAL
- 350 - Urbana de Castro Teixeira  
Colégio Notre Dame de Sion  
rua Cosme Velho, 30  
D.PREMIAL



**ANEXO D - Universidade do Ar - História do Brasil – Prof. Jonathas Serrano Relação de alunos aprovados em 1943**

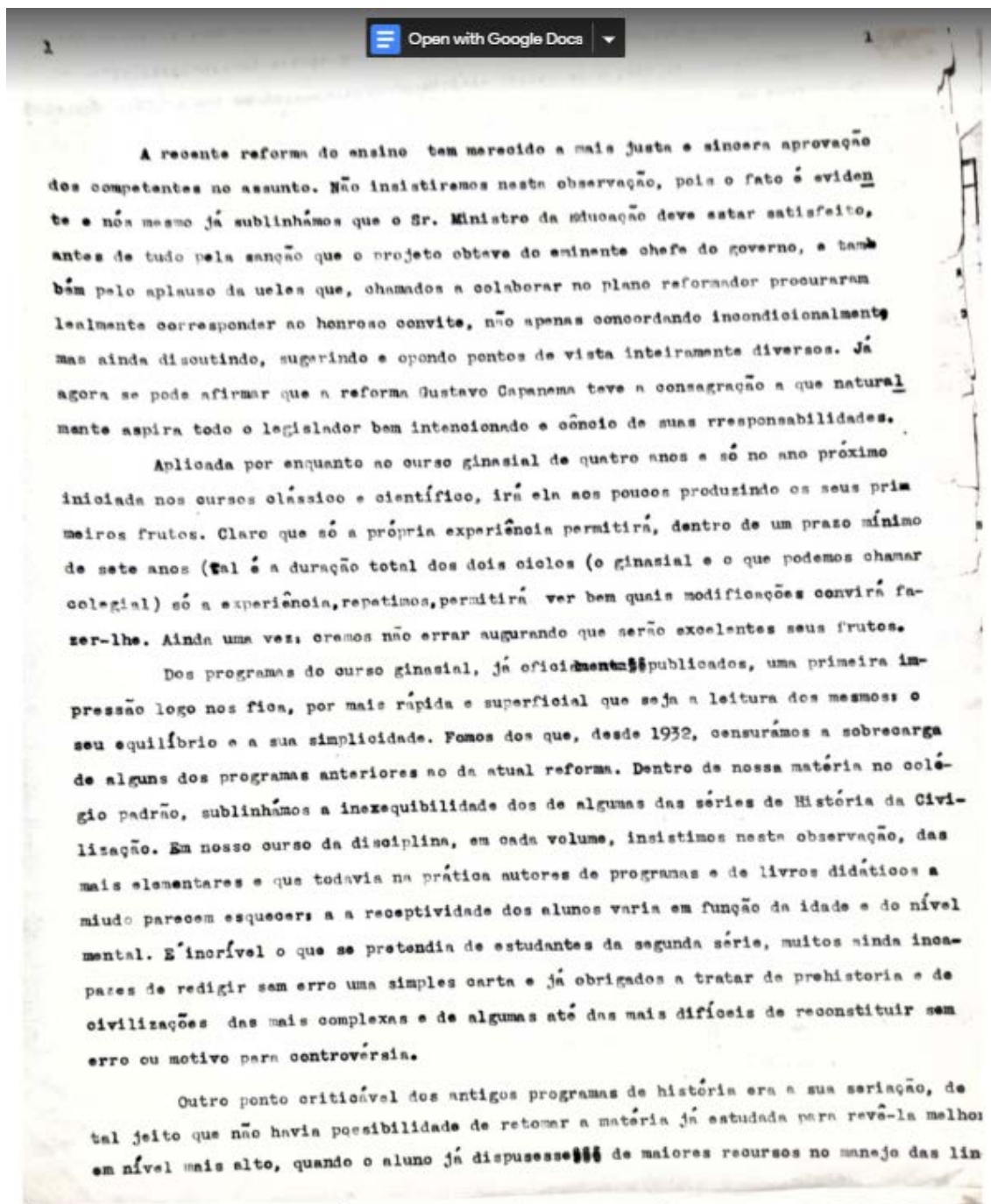
**UNIVERSIDADE DO AR**

**História do Brasil  
Prof. Jonathas Serrano**

**Relação dos alunos que enviaram trabalhos merecedores de aprovação:**

Altina de Azevedo Borges, (Colégio Sacré Coeur - Laranjeiras - Rio)  
 Anne-Marie Paternot (Colégio Sacré Coeur - Laranjeiras - Rio)  
 Marina Bandeira - (Internato Sacré Coeur - Tijuca - Rio)  
 Mariana de Cerqueira Cintra (Colégio Santo Amaro - Gen. Polidoro - Rio)  
 Susana Ramalho Dias (M.ª Maria de Lódes) - (Colégio Santo Amaro - Rio)  
 Irma Maria Edméia (Colégio N.S. das Dores - Uberaba - Minas)  
 Madre Maria das Dores Brito (Ginásio N.S. da Soledade - Salvador - Bahia)  
 Octaviano Evangelista de Araujo - Rio.  
 Luísa Nunes de Medeiros Pinto de Sousa - Pádua - E. do Rio)  
 Prof. Romeu Venturelli (Colégio Municipal de Alfenas - Minas)  
 Ms. Isaias do Menino Jesus (Colégio N.S. das Dores - Uberaba - Minas)  
 Maria Augusta - (Ginásio S. Domingos - Araxá - Minas)  
 Maria Alexandrina - (Colégio N.S. das Dores - Uberaba - Minas)  
 Irma Pacífica (Colégio Santa Catarina - Mariano Procópio - Juiz de Fora - Minas)  
 Alayde da Costa Pereira (Rio de Janeiro)  
 Antonieta de Sousa (Colégio Regina Coeli - Rio)  
 Vera Matina Barcelos (Colégio N.D. de Sion - Rio)  
 Plínio de Almeida - (Santo Amaro - Bahia)  
 Joaquim Ferreira da Silva  
 Irma Clemens Brandão (Colégio Sagrado Coração de Jesus - Cafelândia - S. Paulo)  
 Solange de Campos Chermont (Colégio N.D. de Sion - Petrópolis - E. do Rio)  
 Irma Maria Isabel de Godoy Gremer (Colégio Santo Amaro - Rio)  
 Vinício Stein de Campos (Ginásio Municipal de Capivari - S. Paulo)

## ANEXO E - Relatório da Reforma por Jonathas Serrano, S/d



2  
 Quas estrangeiras e no conhecimento de outras disciplinas necessárias a exata compreensão de certos pontos, e a aquisição de conhecimentos históricos e geográficos das regiões das quais se trata. Não se pode dizer só o pois ser integralmente para quem não esteja bem em dia com o progresso da didática em nossa época e em centros dos mais adiantados do ponto de vista educacional. E para que não pareça estar dizendo coisa sem fundamento e só com o fito de justificar o que os atuais programas consagram vitoriosamente, peço venha para lembrar, sem a mínima vaidade, que em modestíssimo epítome de História do Brasil, cuja primeira edição é de 1933, dispusemos a matéria por unidades didáticas e não de acordo com o programa então vigente. E, abrigando-nos a sombra do grande Clapareda, escrevemos: "Um programa nada vale sem um espírito que o anime, o fecunde e o faça frutificar." E acrescentamos: "Esse programa vivo, é, deverá ser, dentro da própria capacidade, cada professor."

As críticas aos atuais programas, que naturalmente virão (que é afinal que não se possa criticar neste mundo?) devem aguardar as instruções metodológicas de iminente publicação antes de qualquer pronunciamento precipitado. No caso por exemplo dos programas de História geral e do Brasil, cumpre não esquecer que foi adotado o método concêntrico ampliatório e as duas disciplinas serão retomadas e desenvolvidas nos cursos clássico e científico. Quer-se dar um exemplo, que se explique feudalismo a um menino de primeira série, é um pecado pedagógico. Claro que a propósito das Cruzadas será preciso tratar dos cavaleiros e dos aspectos sugestivos da vida feudal; mas pretender explicar o que é benefício, alódio, domínio emente e domínio útil a estudantes de onze ou doze anos, que por vezes ainda nem sabem redigir um bilhete sem graves enganos, isto - francamente - provoca o sorriso de quem tem experiência de ensino e não se limita a opinar teoricamente de dentro de um gabinete ou de uma biblioteca mais ou menos vistosa...

Publicados os programas do ciclo colegial e as instruções completas de um e outro curso, clássico e científico, em confronto com o ginásial, então será fácil verificar a diferença e graduação dos assuntos, de um ponto de vista psico-pedagógico.

De qualquer maneira, desde já se pode louvar a redução dos programas, a sua exequibilidade, a sua harmonia de conjunto. E o seu caráter de sadio patriotismo, assente num sólido humanismo cristão.

Estão de parabéns os estudantes, por que afinal são eles que vão lutar. Digamos-lhes, numa velha chapa, sempre verdadeira; quem vai lutar é o Brasil de amanhã.

## ANEXO F – Carta de Lucia Magalhães e Gilberto de Andrade a Jonathas Serrano

**RADIO NACIONAL**

PRE - 8

Rio de Janeiro, 19 de Junho de 1941

Edifício de A NOITE - 22.º andar. Telefone: 43-8850

Sr. Professor

Temos o prazer de comunicar-vos, ao ensejo da passagem do 22.º mês de existência da UNIVERSIDADE DO AR, ter atingido a 2.185 o numero de professores inscritos, estando as respectivas inscrições assim distribuidas pelos diversos cursos:

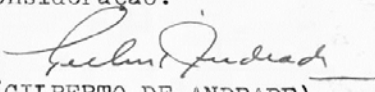
MATERIA	TOTAL	PERCENTAGEM
Português	721	16,655
Hist. da Civilização	496	11,457
Matemática	445	10,279
Ciências	443	10,233
Geografia	430	9,933
Hist. do Brasil	377	8,708
Francês	342	7,900
Hist. Natural	327	7,553
Inglês	305	7,045
Latim	284	6,560
Estatística	159	3,672
TOTAL .....	4.329	99,995


Fica, assim, bem patente o interesse com que foi acolhida a UNIVERSIDADE DO AR, e para tanto contribuiu poderosamente a vossa colaboração, expoente que sois do magistério nacional e como tal justamente considerado por todos os professores que se inscreveram nos vossos cursos.

Para que não esmoreça, todavia, esse interesse, é indispensável que a UNIVERSIDADE DO AR cumpra o que prometeu nos seus folhetos de propaganda, isto é, remeta aos alunos resumos mimeografados das aulas dadas. Muito agradeceríamos, portanto, si vos fosse possível entregar-nos, antes do proximo dia 30, os resumos das vossas aulas. Seria, alias, de todo conveniente que esse resumo fosse entregue no proprio dia da aula, juntamente com o texto integral da mesma, que deve ficar arquivada na Radio Nacional.

Tendo em vista, outrossim, que o horário da UNIVERSIDADE DO AR foi agora dilatado para 25 minutos, seria por certo muito agradável a todos os ouvintes, que as vossas preleções não tivessem nunca menos de 15 minutos de duração, prazo que lhes permitira auferir ainda maior proveito das aulas ministradas.

Servimo-nos da oportunidade para renovar-vos os protestos de nossa elevada estima e consideração.

  
 (GILBERTO DE ANDRADE)  
 Diretor-Presidente.

  
 (LUCIA MAGALHÃES)  
 Diretora da  
 UNIVERSIDADE DO AR

Ao Sr. Professor Jonatas Serrano  
 NESTA  
 LM/moa

**ANEXO G** - Matéria do jornal *A Noite* – Lançamento da Universidade do Ar (Inauguração da Universidade do Ar em homenagem de Getúlio Vargas)

Grupo feito na Rádio Nacional, ao ser resolvido o lançamento do importante programa

A Rádio Nacional vai lançar mais um extraordinário empreendimento que certamente alcançará o mais absoluto êxito nos círculos culturais e radiofônicos do país – ‘Universidade do Ar’.

‘Universidade do Ar’, assim se chamará a nova e grandiosa iniciativa da Rádio Nacional.

A convite do Sr. Gilberto de Andrade, diretor de PR-8, reuniram-se no salão nobre daquela emissora, quinta-feira última as seguintes pessoas: professora Lucia de Magalhães, diretora da Divisão do Ensino Secundário por si e representando o Sr. AbgarRenaut, diretor geral do Departamento nacional de Educação e os professores Julio Barata, Antenor Nascentes, Maria Junqueira Schmidt, Jonathas Serrano, João Baptista de Mello Souza, Julio Cesar de Mello Souza, Delgado de Carvalho, Francisco Venâncio Filho e Mello Leitão.

Nessa reunião ficou fundada a Universidade do Ar, iniciativa da Rádio Nacional, que tem por fim irradiar aulas de metodologia de português, francês, inglês, latim, História do Brasil, História Natural e matemática, destinadas, especialmente, aos professores.

Este notável empreendimento cultural da PR-8 será inaugurado no dia 19 do corrente, em homenagem à data natalícia do presidente Getúlio Vargas. (*A Noite*, 12/04/1941, p.3)

## **ANEXO H** - Matéria do Jornal *A Noite* - “Universidade do Ar, os fins do importante empreendimento cultural da Rádio Nacional”

Matéria do jornal *A Noite* com orientações sobre o funcionamento do programa Universidade do Ar

Os fins do importante empreendimento cultural da Rádio Nacional

Em homenagem à data natalícia do presidente Getúlio Vargas, inicia suas atividades no próximo sábado, às 18:45, a ‘universidade do Ar’ – empreendimento cultural da Rádio Nacional, patrocinado pela Divisão de Ensino Secundário que tem por fim levar aos professores de todo o país, através da palavra de mestres consagrados, a orientação metodológica que lhes deve nortear a função docente, dentro do espírito da legislação em vigor e dos mais modernos princípios da técnica pedagógica.

Visando alcançar, pela maior eficiência do professor, a melhoria do índice cultural do país, a ‘Universidade do Ar’ iniciará em abril de 1941 um curso abrangendo a metodologia das matérias do ensino secundário. Ficam assim ao alcance de todos os professores, mesmo dos pontos mais remotos do país, cursos de didática semelhantes aos ministrados nas faculdades de Filosofia, cuja frequência nem sempre lhes é possível, já pela distância, já por dificuldades horárias.

As aulas da “Universidade do Ar” realizar-se-ão diariamente, exceto as quintas-feiras e aos domingos, precisamente às 18:45 horas, pelo microfone da PRE-8, onda de 980 Kilociclos.

[...]

Inscrição

Os professores que desejarem seguir os cursos da Universidade do Ar deverão remeter seus nomes e endereços de acordo com a fórmula anexa, à Rádio Nacional. Edifício de A NOITE – Rio de Janeiro.

A inscrição, que não acarreta qualquer despesa e está aberta indistintamente a qualquer professor registrado ou não, do grau secundário, ginásial, comercial, etc, visa apenas o controle estatístico dos ouvintes para fins de distribuição também gratuita, de resumos mimeografados das aulas dadas e outras indicações necessárias ao curso.

Certificado de aperfeiçoamento

A todos os professores inscritos serão propostos trabalhos com o fim de apurar o aproveitamento no curso e possibilitar a outorga de um Certificado de Aperfeiçoamento na matéria escolhida.

Cada professor do curso determinará as bases desses trabalhos e as condições de julgamento, condizentes cada um com as exigências da matéria de seu cargo.

O corrente ano letivo abrangerá, aproximadamente, 25 aulas de cada matéria.

Corpo Docente

Português – Antenor Nascentes (Professor do Colégio Pedro II).

Francês – Maria Junqueira Schmidt (Catedrática da Prefeitura do Distrito Federal e diretora da Escola Amaro Cavalcanti. Da Comissão Nacional do Livro Didático).

Inglês – AbgarRenaut (Diretor da Divisão Geral do Departamento Nacional de Educação. Da Comissão Nacional do Livro Didático).

Matemática – J. C. Melo e Souza (Professor da Escola Nacional de Belas Artes da Universidade do Brasil).

Noções de Estatísticas (Úteis ao Professor) – Fernando R. Silveira (Professor do Instituto de Educação do Distrito Federal). [...] (A Noite do dia 16/04/1941, p. 3)

**ANEXO I** - Matéria do Joranl A Noite, “Universidade do Ar, promissora em seus frutos e em suas realizações”

O professor Abgar Renault falando ao redator de A NOITE

Universidade do Ar, promissora em seus frutos e em suas realizações

A opinião do diretor geral do Departamento Nacional de Educação, sobre a iniciativa da Rádio Nacional – Fala à Noite e o professor Abgar Renault – Amanhã a instalação da Universidade.

A Universidade do Ar, o novo empreendimento do Sr. Gilberto de Andrade, diretor da Rádio Nacional a ser lançado amanhã por aquela emissora, em homenagem à data natalícia do presidente Getúlio Vargas, foi recebida em meio do maior entusiasmo do público brasileiro e principalmente pelo magistério de todo o país, ao qual se destina particularmente. À direção da PRE-8 tem chegado aplausos a mais essa iniciativa daquela emissora que bem demonstram a compreensão das finalidades de tão importante empreendimento.

O professor Abgar Renault, diretor geral do Departamento Nacional de Educação, integrará o corpo docente da Universidade do Ar e ninguém melhor que ele poderia dar a primeira impressão sobre essa extraordinária iniciativa.

Fomos recebidos pelo Sr. Abgar Renault em declarar que não sei de iniciativa mais interessante, mas inteligente, destinada a maior repercussão, nem tão promissora em seus frutos e em suas realizações. Não sei se, em matéria de ensino, seria possível, neste momento, dar ao serviço de radiodifusão (desse grande órgão da opinião pública, que é a Rádio Nacional), mais nobre objetivo.

Realmente, num país como o nosso, ainda pobre em institutos destinados à formação de professores de ensino secundário, país onde a solução daquele problema continua a depender tão fundamentalmente da preparação adequada de docentes, não haveria exagero em dizer-se que, considerada a penosa formação autodidática a que a maioria se viu condenada, a situação do ensino daquele grau entre nós, longe de ser motivo de desânimo, pode constituir razão de confiança na capacidade criadora do nosso professorado; num país como o Brasil, dizia eu, dotado de tão poucos institutos de gênero faculdades de filosofia, a idéia de realizar, a través do rádio, uma série de lições sobre a metodologia das disciplinas do curso secundário, destinadas ao aperfeiçoamento técnico dos nossos professores, é merecedora de todos os aplausos.



É grande o número de professores que, por motivos são mais variados não se acham em condições de realizar cursos em nossas faculdades de filosofia, ciências e letras. Todos certamente acolherão com alegria essa oportunidade que a Rádio Nacional lhes oferece de ouvir pelo rádio, sobre as disciplinas que lecionam, lições que constituirão um verdadeiro curso de aperfeiçoamento.

Dirigida pela Rádio Nacional e tecnicamente orientada pela Divisão de Ensino Secundário do Departamento Nacional de Educação, a déia já tem todos os atributos da vitória e trará seguramente altos resultados, disse-nos, concluindo, o professor AbgarRenaut. (A Noite, 18/04/1941, p. 3)

**ANEXO J** - Entrevista do Jornal *A Noite* a professora Lucia de Magalhães, idealizadora do projeto: “Universidade do Ar, notável empreendimento cultural da Rádio Nacional”.

Universidade do Ar, notável empreendimento cultural da Rádio Nacional

A sua instalação, hoje, em homenagem à data natalícia do presidente Getúlio Vargas – Fala à Noite, sobre a iniciativa de PRE-8, a professora Lucia de Magalhães.

A exemplo do que já se verifica nos grandes centros, onde o rádio surge como veículo de primeira grandeza no auxílio e propagação do ensino, a Rádio Nacional inaugurará hoje, em homenagem à data natalícia do presidente, Getúlio Vargas, mais uma iniciativa de grande envergadura, que, dado o elevado objetivo a que se destina, acha-se fadada a alcançar o mais relevante êxito, Universidade do Ar, o programa cultural que a PRE-8 inaugurará hoje, às 18 e 45, difere apenas do programa há muito tempo irradiado pela Columbia Broadcasting, quanto à sua aplicação. Enquanto que a Escola do AR, empreendimento da grande cadeia radiofônica dos Estados Unidos se destina aos estudantes em geral, a Universidade do Ar foi imaginada para facilitar aos professores de todo o Brasil o estudo dos métodos modernos de pedagogia.

O corpo docente da Universidade do Ar está composto de nomes mais em evidência no magistério do país e isso constitui mais uma prova de êxito certo que obterá a nova iniciativa da Rádio Nacional. A professora Lucia de Magalhães, diretora da Divisão do Ensino Secundário do Ministério da Educação, será a orientadora do colégio radiofônico que hoje se instala solenemente, sendo, portanto, interessante ouvir as suas impressões acerca do empreendimento cultural e radiofônico em que vai tomar parte ativa.

#### **Fala a escritora Lucia de Magalhães**

- A Universidade do Ar, iniciativa das mais arrojadas nos meios radiofônicos do Brasil, veio colocar as ondas hertzianas ao serviço da cultura, a exemplo do que se vem fazendo nos países mais adiantados, disse-nos de início a diretora de Divisão do Ensino Secundário.

Solicitada, agora, pelo diretor da Rádio Nacional, Sr. Gilberto de Andrade, para dar organização a um programa cultural que viesse de encontro às aspirações da laboriosa classe constituída pelos incansáveis professores espalhados pelo Brasil a dentro, pude afinal realizar o que sempre tinha sido minha idéia: levar ao nosso professorado as vantagens e regalias dos cursos didáticos criados com as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Em torno desse objetivo, procurei reunir os maiores especialistas nas principais matérias do ensino secundário, encontrando da parte de todos eles entusiástica adesão ao gigantesco empreendimento que Rádio Nacional patrioticamente vai lançar hoje. Está pois, de parabéns,

todo o nosso professorado, visto como a maior parte dele, que se achava impedido de fruir as vantagens das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, já pela distância, já por dificuldades laborais, terá agora ao seu alcance, sem despesas, nem incômodos, a palavra abalizada dos maiores mestres de que dispomos.

Como se vê, a obra do Sr. Gilberto de Andrade, na direção da Rádio Nacional, merece de todos nós os aplausos e o apoio necessário, porque realmente se trata de obra de grande envergadura nacional, disse-nos , concluindo a professora Lucia Magalhães. (A Noite, 19/04/1941, p. 2)

**ANEXO K** – Entrevista de Gilberto de Andrade ao jornal *A Noite* – Instalada solenemente a Universidade do Ar

Instalada solenemente a “Universidade do Ar”

Como falou o Sr. Gilberto de Andrade, diretor da PR-8

Em homenagem à data natalícia do presidente da República, a Rádio Nacional instalou a “Universidade do Ar”, iniciativa cultural das mais arrojadas que já lançou na radiofonia brasileira. À solenidade da inauguração do colégio radiofônico, estiveram presentes o coronel Costa Netto, superintendente da Brasil Railway, e todos os professores que compõem o seu corpo docente.

O Sr. Gilberto de Andrade, diretor de PR-8, pronunciou um discurso, ressaltando a importância do novo empreendimento da emissora. Foi o seguinte o discurso do diretor da Rádio Nacional:

Tenho dupla satisfação ao iniciar-se esta nova atividade da Rádio Nacional.

Primeiro, pela possibilidade de homenagear a data natalícia do Exmo. Sr. Presidente Getúlio Vargas com esta obra de inegável valor educacional, homenagem que, pelo sentido que encerra, está em perfeita conexão com o pensamento do nosso grande presidente, sempre atento aos magnos problemas da cultura nacional.

Depois, porque as aulas de metodologia do curso secundário que hoje se inauguram, têm além do mais, a significação de uma promessa cumprida. Efetivamente, há um ano, quando tive a felicidade de convidar a professora Lucia Magalhães para dirigir o programa da Juventude Brasileira, declarei, através de publicação feita em *A NOITE*, edição de 26 de abril de 1940, 2ª página, 4ª coluna, edição das 11 horas, o seguinte:

A ‘Hora da Juventude Brasileira’, que será irradiada, semanalmente, às quintas-feiras, constará de três partes distintas: a primeira destinada aos alunos do curso secundário, a segunda aos pais de alunos e a terceira aos professores, conseguindo assim interessar o aluno e o meio social onde este vive.

Na primeira parte será dado lugar de destaque às lições de história e de civismo, procurando despertar o máximo interesse pelo contacto através da correspondência e por meio de concurso. Na segunda parte, conselhos sobre educação, dados escolares, respostas a consultas, etc. E na terceira a parte técnica da pedagogia, interessando aos mestres em geral.

Além disso a “Hora da Juventude Brasileira” promoverá aulas de metodologia para os professores do interior, como prova final de aproveitamento, cabendo ao professor que maior aproveitamento demonstrar, cabendo ao professor que mais aproveitamento demonstrar um prêmio e a todos que apresentarem trabalhos, um certificado das aulas pela diretora do programa e pelo diretor-presidente da sociedade Rádio Nacional.

Cumpro hoje o que prometi há um ano: Universidade do Ar, Rádio Universidade, Escola do AR, ou simplesmente aulas de metodologia das matérias do curso secundário, o título pouco, pouquíssimo importa. O que vale no caso é o serviço que a Rádio Nacional vai prestar ao ensino, graças à co-operação indispensável e brilhante dos eminentes professores Abgar Renault, Julio Barata, Lucia de Magalhães, João Baptista de Mello e Souza, Maria Junqueira Schmidt, Delgado de Carvalho, Venâncio Filho, Antenor Nascentes, Julio Cesar de Mello e Souza, Joanthas Serrano, Mello Leitão e Fernando Silveira.

Bem sei que não há neste empreendimento, nenhuma originalidade: aulas pelo rádio são programas comuns nas emissoras dos países onde a radiofonia atingiu grau de progresso elevado. Aqui mesmo, na nossa PRE-8, estamos irradiando há mais de seis meses as aulas e consultas do professor Altamiro Nunes Pereira; e o programa da Juventude brasileira constitui um curso sui-generis de História do Brasil, realizado em condições especiais. A diferença da Universidade do Ar é que os seus cursos, em vez de serem ministrados para a grande massa de ouvintes, indistintamente, destina-se a “levar aos mestres do ensino secundário em todo o Brasil a orientação metodológica que lhes deve nortear a função docente”, como acentua o folheto que estamos distribuindo.

Aos expoentes do magistério brasileiro, ora aqui reunidos entrego, pois, esta elevada e patriótica tarefa, honrando-me sobremaneira em fazê-lo no dia de hoje, como justo preito de homenagem ao eminente presidente Getúlio Vargas, o grande renovador do Brasil em todos os setores da vida nacional. (A Noite, 21/04/1941, p.3)

**ANEXO L** - Universidade do Ar, Escola para Professores – Fala à Noite o professor Julio Barata, diretor da Divisão do Rádio do D.I.P.

Teve larga repercussão em todas as esferas sociais do país, mormente no seio do magistério nacional, a extraordinária iniciativa da Rádio Nacional, lançando a Universidade do Ar, programa cultural dos mais arrojados e que tem por fim levar aos professores do curso secundário de todo o Brasil aulas de metodologias das principais matérias daquele curso.

Com a instalação desse importante empreendimento cultural e radiofônico, a Rádio Nacional cumpre o que prometeu precisamente em edição de A NOITE de 26 de abril de 1940, que lançaria pela sua onda aulas de metodologia das principais matérias do curso secundário, aulas estas destinadas aos professores que exercem sua atividade ensinando as disciplinas daquele curso.

O Sr. Julio Barata, diretor da Divisão de Rádio do Departamento de Imprensa integra o corpo docente da Universidade do AR, cabendo-lhe as aulas de Latim, língua cujos segredos conhece perfeitamente.

Fomo ouvi-lo sobre a idéia da PRE-8 e o controlador de todo o aparelhamento radiofônico do país teve para A NOITE as seguintes expressões:

- Considero a Universidade do Ar a mais importante iniciativa cultural que já se tentou, entre nós no campo da radiodifusão. O Ministério da Educação vem há tempos, fazendo sentir a crescente necessidade de formar bons professores. É de bons professores em número avultado, que o Brasil precisa, porque só bons professores são capazes de suprir quaisquer deficiências do ensino e amoldar os ditamos da sã pedagogia ao meio brasileiro.

A Universidade do Ar é, justamente, uma escola para professores. Leva, sobre quaisquer outras escolas desse tipo, a vantagem de poder abranger no seu anfiteatro, que é imenso como o éter, todos os professores de todos os Estados, que desejem ouvir as sugestões inspiradas pela experiência e pela especialização, de figuras respeitadas do magistério da capital da República.

O corpo docente da Universidade do Ar é um pequeno, mas brilhante, pelotão de mestres, que vão cooperar com o governo na tarefa de preparar outros mestres – objetivo que determinou a fundação da Faculdade de Filosofia, realização marcante do presidente Vargas. Tudo isso me faz augurar o maior êxito do programa, que a Rádio Nacional acaba de lançar, dando um exemplo, que oxalá seja imitado por todas as radiodifusoras de todo o país. (A Noite, 22/04/1944, p. 2)

**ANEXO M - Entrevista do professor Petronio Motta: “Universidade do Ar, o êxito extraordinário do empreendimento da Nacional”**

Universidade do Ar

O êxito extraordinário do empreendimento da Nacional – Fala à Noite o presidente do Sindicato dos Professores

‘Universidade do Ar’, essa grande iniciativa da Rádio Nacional, ora em pleno funcionamento, foi recebida com muito entusiasmo não pelos professores como pelos estudantes de todo o país. O elevado número de inscrições para todas as matérias, revela o interesse com que são acompanhadas as aulas da ‘Universidade do Ar’, ministradas pelas figuras de maior projeção no magistério Secundário do Brasil.

O professor Petronio Motta, presidente do Sindicato dos professores do Distrito Federal, a quem procuramos para pedir uma impressão sobre a iniciativa de PRE-8, declarou gentilmente o seguinte:

- Para que se tenha uma impressão do inestimável valor que encerra a criação da ‘Universidade do Ar’, basta realizar rápido exame retrospectivo do que tem sido a formação dos mestres de grau secundário no Brasil.

Que esforço indizível realizam para transmitir os melhores ensinamentos à juventude brasileira! Quanta decepções se lhes antolham no exercício desse martirizante sacerdócio! No aperfeiçoamento das disciplinas que se propõe a ensinar, quantas vezes se desesperam, quando os seus ínfimos recursos não lhes permitem adquirir as obras imprescindíveis. E que trabalho hercúleo é a improvisação da aula!

A causa de toda essa odisséia do magistério brasileiro residia na inexistência de escolas normais superiores que formassem professores secundários.

Dir-se-á, mas, agora, já existem tais escolas. Sim, existem. Como porém, poderiam frequentá-las os professores? Eles, que mal dispõem de tempo para a correção dos trabalhos escolares e para a preparação das aulas. Os futuros professores compreendem-se, podem frequentar os cursos das faculdades de filosofia; os demais, porém, estariam reduzidos a uma única solução: ganhar a vida noutra mister.

A Universidade do Ar vem libertar o professor brasileiro desse suplício de Tântalo, dessa espada de Damocles. Tenho a certeza de que, louvando, entusiasticamente, esse grandioso empreendimento da Rádio Nacional nada mais faço do que servir de mero porta-voz da imperecível gratidão de todas os mestres do Brasil.

Não bastaria entretanto, a louvável idéia. Era indispensável que, à frente da Universidade do Ar estivesse uma pessoa de cultura técnica e pedagógica completa. A Rádio Nacional solveu brilhantemente o problema, convidando para tão honroso cargo a insigne diretora da Divisão de Ensino Secundário, D. Lucia Magalhães, que confirmou, imediatamente, o elevado conceito em que todos tinham sua alta visão pedagógica e metodologia, organizando um corpo docente de tal valor que constitui o melhor augúrio para a vitória completa da Universidade do AR.

Doravante, nos rincões da nossa terra, vibrantes os corações e marejados os olhos, os obscuros mestres secundários brasileiros agradecerão a Rádio Nacional essa dádiva hertziana, sob o estímulo da inapreciável direção de D. Lucia Magalhães. (A Noite, 06/05/1941)



## ANEXO N - Bons livros para a formação moral e cívica dos brasileiros O que foi a reunião da Comissão Nacional do Livro Didático

Rio, 16 Realizou-se terça feira última sob a presidência do Ministro Gustavo Capanema mais uma reunião da Comissão Nacional do Livro Didático.

Dando início à sessão, o ministro Gustavo Capanema encareceu, mais uma vez, a importância da tarefa cometida pelo governo aquele órgão, da qual dependerá a solução de um dos problemas mais relevantes para a educação dos brasileiros, qual o da escolha de bons livros, não somente visando a as formação intelectual, como igualmente, a sua formação moral e cívica. Conhecendo a extensão e a gravidade da missão atribuída à Comissão Nacional do Livro Didático, estava certo todavia, de que ela seria levada a cabo de maneira plenamente satisfatória dado o valor de cada um dos seus componentes, todos eles figuras de realce no magistério, e patriotas cheios de boa vontade.

A comissão, em seguida, procedeu à eleição do seu presidente e do seu vice-presidente, os professores Euclides Roxo e padre Leonel Franca.

O ministro da Educação, proclamando os nomes dos eleitos, referiu-se com palavras de simpatia à escolha da comissão. Em seguida, convidou o prof. Euclides Roxo a substituí-lo na presidência, retirando-se da sede da Comissão.

Após a saída do ministro, a Comissão Nacional do Livro Didático voltou a se reunir, já em sessão ordinária, organizado as novas secções didáticas em que se subdivide, de acordo com as instruções recentemente expedidas pelo ministro da Educação, e que ficaram assim constituídas:

Secção A - Línguas e literaturas: Hahnemann Guimarães, Abgar Renaut e Maria Junqueira Schmit.

Secção B – Matemática e desenho – Euclides Roxo, Alonso de Oliveira e Pereira Costa.

Secção C – Ciências Físicas e Naturais: Menezes de Oliveira, João Pecegueiro e Melo Leitão.

Secção D – Geografia: Delgado de Carvalho, Armando Pina e Alonso de Oliveira.

Secção E – História: Jonathas Serrano, Delgado de Carvalho e Leonel Franca.

Secção F - Filosofia, Sociologia e pedagogia: Leonel Franca, Carneiro Leão e Jonatas Serrano.

Secção G – Metodologia das técnicas: Armando Pina, Melo Moraes e Rodolfo Fucha.

Secção H – Matérias do ensino primário: Carneiro Leão, Maria Schmidt , Abgar Renaut, Menezes de Oliveira e Pereira Costa.

Secção I – Redação – Souza de Oliveira, Hahnemann Guimarães e Jonatas Serrano.

A Comissão discutiu ainda vários assuntos pertinentes ao seu funcionamento, tendo sido feitas as primeiras distribuições de livros para estudo.

**ANEXO O – A Luz do Regimen – Julio Barata**

Rio de Janeiro, Quinta-feira, 4 de Abril de 1940

**‘A LUZ DO REGIMEN’**

Sainte-Beuve nos seus “Retratos Literarios”, relata que, numa assembleia de homens notáveis, convocada pelo duque de Harcourt, preceptor do Delfim de França, o general marquês de La Fayette foi interrogado, como os demais presentes, sobre os livros de história, que se deviam entregar ao jovem príncipe. A reunião se realizava no ano de 1787. A resposta do grande defensor da independência dos Estado Unidos foi esta: “Creio que, nas aulas do príncipe, a História de França deve começar no ano de 1787.”

O general queria significar aos nobres e a áulicos a necessidade de advertir a realeza do movimento, já estão iniciado e que havia de explodir na Revolução Francesa. Mas a sua frase não deixa de ter um sentido geral. Lembra-nos que o estudo da História não pode desprezar o presente, deve olhá-lo com a mesma atenção, com que olha o passado, porque de outro modo seria infecundo o estudo e a história não nos facultaria elementos para viver melhor e mais produtivamente na época em que devemos viver.

Com a restauração do ensino autônomo da História do Brasil, em duas series consecutivas do curso fundamental, elaborou o governo um programa para a disciplina, em que figuram, como pontos destacados, os que se referem à vida nacional contemporânea, obrigando-se o professor a explanar a progressiva deturpação das instituições republicanas, de 1889 a 1930, e, depois, os imperativos que determinaram, em 1937, o advento de um novo regimen. A geração, que povoa os bancos escolares, precisa conhecer a fundo as razões que inspiraram o golpe pacífico de Novembro, possuir a base intelectual indispensável à compreensão dos rumos a que hoje obedece a Nação, compenetrar-se do seu dever de transmitir ao futuro o legado precioso, que a desordem ou os extremismos nunca poderão comprometer. A história do presente deve retratar-se ao vivo, fazendo desfilar aos olhos argutos da inteligência juvenil os fatos e as iniciativas de agora, mas facilmente apreensíveis do que os do passado. Pelo menos, na exposição das coisas de hoje, que estão todas ao alcance de nossas mãos, não será necessário tentar aquela ressurreição de homens e costumes, que acha que a história deve ser uma narrativa. Guizot a encara como uma análise. A mim me parece que a história deve ser uma ressurreição. Homens, acontecimentos, costumes, tudo deve voltar à vida nas páginas da história”.

Mais importante, porém, do que a leal exposição das causas determinantes do Estado Novo é o espírito desse Estado, que deve impregnar a nossa reinterpretação do passado. Devemos habituar-nos a olhar o Brasil de ontem pelo prisma do Brasil de hoje, devemos aprender a procurar, na nossa infância de Nação livre e até nos primórdios da nossa existência colonial, as raízes remotas, os influxos atrativos, as aspirações medulares, que foram tão lúcida e superiormente postos em evidência pelo nosso culto publicista. Azevedo Amaral, no seu estudo sociológico “A aventura política do Brasil”. Desde que se faça honestamente o exame do nosso passado com o objetivo de realçar, dentro da mais incontestável verdade histórica, o surto inicial do Brasil, sob regimen do primado econômico e do Estado técnico, o caráter estrangeiro e de importação das ideias liberais, que proliferaram nos fins do último século, os sucessivos esforços dos governantes bem intencionados, como Deodoro e Julio de Castilhos, para que a estrutura institucional do país se adaptasse à sua realidade, o ideal do novo regimen se nos desvendará como uma constante história e um denominador comum, que reuniu, contra o divisionismo partidário e o romantismo dos inconformados, a todos os brasileiros em todos os tempos, até o dia em que se concretizou, pela identidade do Estado com a Nação, essa grande vontade interior da unidade nacional, de supressão dos regionalismos de direção segura na economia, tudo enfim, que forma a substância do regimen em vigor. A História do Brasil não carece de ser virada pelo avesso ou de ser escrita de maneira que Hortensia de Beaubarnais, a espertíssima filha de Josephina e enteada de Napoleão, queria que se escrevesse a história francesa, isto é, acomodando tudo aos Bonapartes e aos Beaubarnais, para que do seu curso resulte a impressão de que o regimen vivente é o complemento natural e lógico das boas aspirações do nosso passado e a coroação de um trabalho, que começou quando o Brasil ainda engatinhava e recebia os primeiros bafejos da civilização cristã. Basta contar a história como a história deve ser contada. Narrá-la à luz da verdade é narrá-la à luz do regimen. E a luz do regimen brasileiro é que a História do Brasil deve ser narrada.

A Comissão Nacional do Livro Didático e ao ministro da Educação sobre quem pesa responsabilidade de organizar a Juventude Brasileira de acordo com a patriótica ideia do Presidente Vargas, fundador e Chefe do regimen, encaminhamos estes pensamentos na hora em que se vai iniciar a prometida e indispensável revisão dos livros escolares de História Pátria.

Julio Barata

## ANEXO P – Carta de Lucia Magalhães a Jonathas Serrano

